

A Bela Paz Doméstica Se Vai Por Água Abaixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca

O artigo da *Revista Ilustrada* que introduz esta tese interpreta o episódio da Abolição como o passo decisivo para o casamento entre o Estado e o povo brasileiro. Após desavenças e percalços, diz-nos aquele texto, conquistava-se, enfim, uma bela “paz doméstica”. A nação é nele percebida como um lar, como uma casa extensa, “patriarcal”, uma casa grande que acabava de integrar a senzala numa generosa aliança consensual.

Interpretação não unânime, bem o vimos, mas expressiva de uma parcela da opinião fortemente engajada no movimento abolicionista e que endossou a auto-imagem redentorista da Coroa. Nessa peça já por longa data encenada sobre o palco nacional, os conflitos se dirimiam em festiva reconciliação final, onde não foi de pequeno impacto a visão impressionista da gratidão dos negros.

O que queremos nesse capítulo é suspender a cerimônia, relatar num *feedback* as objeções que temos a um consórcio de farsa, avisar que o noivo não era solteiro, que vivia ainda numa antiga união, só que agora suportando a crise de um casamento arranjado.

Tudo começou quando o moço se tornou independente do pai e buscou forjar sua identidade. Essa afirmação de uma individualidade é o enredo da constituição e consolidação do Estado Imperial Brasileiro, que nesse preâmbulo vai narrado de forma alegórica como artifício para enquadrar um período que extrapola nosso recorte temporal. Quando tratarmos da fase de desintegração do regime recorreremos pontualmente às instituições montadas, privilegiando, contudo, sempre que possível, uma feição documental onde serão ouvidas as vozes contemporâneas.

Necessariamente incipiente, com um caráter meramente introdutório e superficial, tentaremos traçar tão somente as vigas mestras da construção do Estado Imperial Brasileiro.¹

Obra da parcela fluminense do Partido Conservador, tendo na tríade “saquarema” seus engenheiros mestres, o Estado Imperial Brasileiro se sustentou

¹ Para tanto, seguiremos, um tanto desajeitadamente, as pegadas deixadas pelo trabalho seminal de Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema*.

sobre bases bem delineadas: escravidão, ordem, unidade nacional, hierarquia e civilização.

Ganhando a concorrência sobre o projeto “luzia” de descentralização administrativa e de um liberalismo político com uma perspectiva mais ampla de representação nacional, construíram os “saquaremas” um Estado altamente centralizado, política e administrativamente, uma sociedade fortemente hierarquizada e uma nação que quiseram civilizada.

Concorrência ganha porque os adversários suspeitaram da capacidade de seu próprio projeto para impor a ordem e garantir seus privilégios. Porque também eles queriam erguer um edifício em planos distintos e com passagens exclusivas. Para tanto era preciso protegê-lo de qualquer cisma que viesse a abalar o solo do terreno sobre o qual se levantava: o da grande propriedade escravocrata.

Temiam os abalos. Se queriam dar força aos interesses privados das oligarquias regionais, fazer da sua representação na câmara temporária o condutor da política nacional, recuaram diante das rebeliões do período regencial. Viram fraca sua força para garantir a unidade nacional e sua posição social. E tinham diante de si o espectro dos esfacelados estados latino-americanos. Acabam, pois, por aderir ao projeto de uma monarquia centralizada como sustentáculo da ordem, da hierarquia e dos monopólios.

Um consenso, pois. Um conluio entre o Estado e a Casa. Aquele mais poderoso que esta, aquele sobranceiro a esta e dirimidor dos conflitos entre elas. Um Estado soberano não só nas relações externas como nas internas.

Uma sociedade hierarquizada entre livres e escravos, pessoas e coisas. Os livres distinguidos entre cidadãos ativos (detentores dos direitos políticos) e inativos. Cidadãos ativos discriminados entre os mais e os menos próximos da cabeça coroada — por implicações regionais ou de apadrinhamento. Dentre os mais próximos, destacado foi — ou melhor, se fez — o “cérebro da monarquia”, como Joaquim Nabuco chamou o Conselho de Estado. Seus membros e os do Senado, as instituições vitalícias, mas, por extensão, os que tinham as rédeas do governo. E sobre todos, sobre esse corpo disforme, sobre esse aleijão social, a reluzente Coroa — e os papos de tucano ...

Para levar esse corpo ao concerto das nações, cabia cobri-lo com as vestes da civilização. No molde europeu-americano costurou-se a roupa, apertada pela

instrução pública, enfeitada com o galhardão do IHGB e tendo na literatura romântica seu mais atrativo adereço².

5.1 A Crise do Regime

Através de um conjunto de leis político-administrativas e de instituições de caráter nacional, os “saquaremas” consolidaram o sistema imperial, garantindo a centralização através da reconstituição do Conselho de Estado, do retorno da vigência do Poder Moderador e da coerção consistente pela faculdade do Executivo de: 1) indicar delegados, juízes e polícia; 2) preenchimento por indicação da burocracia estatal (presidentes de província, Guarda Nacional, judiciário, cargos eclesiásticos, corpo docente das faculdades e do Colégio Pedro II, promoções militares).

Em 1847, cria-se o cargo de presidente do conselho de ministros numa opção parlamentarista de governo, com revezamento da elite no poder. Na prática, no entanto, o Partido Conservador teve clara proeminência³. Os liberais guardaram a ascendência sobre suas Casas e resistência política nos cantões onde tradicionalmente mantinham controle sobre o elemento local.

² Esse figurino foi vislumbrado no capítulo 2 dessa tese surpreendendo o momento em que ímpetos rebeldes desgostaram do feitio.

³ Como torna claro Ilmar R. de Mattos, a historiografia que insiste na exposição de um rodízio de gabinetes, esconde “o fracasso de um projeto de direção” — o projeto liberal (op. cit., p. 147). O poder concentrava-se, de fato, nas instituições vitalícias, o Senado e o Conselho de Estado. Este último, especialmente, tinha relativa independência em relação quer ao imperador, quer à Câmara temporária. José Murilo de Carvalho chega a propor uma posição altaneira do Conselho: o imperador não só o ouvia, conforme obrigação constitucional, mas, principalmente, acatava quase que invariavelmente as suas sugestões. O que é indiscutível é que na sua composição, de maneira mais restrita, mas também na dos membros da burocracia de Estado, em geral, contava com um corpo homogêneo de pessoas mutuamente socializadas, pelo treinamento e educação superior (José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*). O Conselho de Estado, ápice da carreira política — onde se assentava uma maioria de conservadores —, tinha seus partícipes nomeados pelo Poder Moderador e contava com 12 membros fixos e 12 extraordinários. Os senadores eram, igualmente, nomeados pelo imperador a partir da eleição de uma lista tríplice e tinham cargo vitalício. Já os deputados gerais eram eleitos por voto indireto e censitário, com mandato de 4 anos, embora tenha sido rara a legislatura que tenha chegado ao término regular. A maioria absoluta desses políticos tinha instrução superior e a representação privilegiava as províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. As eleições eram controladas pelo Executivo através da fiscalização dos delegados, funcionários por ele nomeados. Esse controle era firmado pelo judiciário, também nomeado e, em última instância, pelas fraudes e pelo recurso à violência. Foram instrumentos que deram origem ao fenômeno das câmaras unânimes. Os conservadores abocanharam o Executivo seguidamente por 26 anos, de 1848 a 1878 (com exceção dos 4 anos do período “ligueiro”, onde estavam presentes de certa forma através de sua dissidência).

Entretanto, aquele projeto vencido se insinuou na agenda política, forcejando, por vezes, sua aplicação parcial, principalmente na fase de crise do regime. Parte dele vai compor o programa liberal, especialmente quando da dissidência dos anos 1860. Mas não chegaram nunca a modificar o núcleo duro das instituições conservadoras. É o que dava aos contemporâneos a impressão de similitude entre os dois partidos.

Sem dúvida, os liberais foram por vezes chamados a compor gabinetes, usando para isto o imperador de suas prerrogativas constitucionais que lhe davam, ademais, o direito de dissolver a Câmara. Por outro lado, a centralização político-administrativa se mostrou ser um eficiente instrumento de manutenção da ordem e da garantia dos privilégios e monopólios. Foi o que deu a esse arranjo a anuência dos liberais num consenso hierarquizante intraelite que fez a estabilidade do regime.

Estabilidade relativa, de qualquer modo, pois o próprio solo de sustentação do regime já estava minado por uma infiltração estrutural: a questão escrava. Se o sistema “saquarema” tinha elasticidade suficiente para incorporar e administrar os conflitos intraelite, a garantia de sua perenidade estava na sua capacidade de manter os interesses vitais delas através da ordem escravocrata.

Acontece que desde sua inauguração, o Segundo Reinado teve que conviver com a impossibilidade da perpetuação da escravidão. A pressão inglesa não era de molde a permitir um infundável desafio a seus interesses e muito menos uma vitória brasileira. O que o sistema fez foi transformar essa pendência numa questão de soberania nacional e por isso tomou-lhe a dianteira, abolindo o tráfico em 1850.

A situação do trabalho era de grande complexidade. As elites não abririam mão de seu monopólio, os próprios “saquaremas” eram ligados aos traficantes, o Estado não podia parecer dominado por potência externa e nem desconsiderar as rendas da alfândega, sua principal fonte de tributos. Por outro lado, ele imiscuia-se nas relações internas da Casa, criando melindres.

A reação negativa dos liberais a essas medidas dão bem o diapasão do seu liberalismo. Ademais, os capitais liberados pelo tráfico foram investidos no desenvolvimento interno da infra-estrutura e no progressivo ramo da agricultura cafeeira. Tais mudanças complexificaram a sociedade brasileira com a emergência de novos grupos sociais enriquecidos, de mentalidade capitalista, e por um

crescimento do setor urbano, onde se dilatavam segmentos médios ilustrados. São traços que desarrumavam o desenho “saquarema”.

Essa renovação social que esgarçava os limites do sistema foi ainda reforçada com o *statu* político adquirido pelos militares após a Guerra do Paraguai, de onde saem como uma corporação cujos membros se achavam desvinculados dos laços apertados sobre os quais se amarrou o sistema. São membros da burocracia estatal, mas com outro tipo de educação e não proprietária nem ligada ao grande comércio.

No final do Império, colocam-se questões ligadas à nação, o que exigia uma redefinição da cidadania. A opção republicana se inscreve na busca de soluções para essa equação nova. Essas alterações profundas na sociedade e na economia vieram a questionar a legitimidade do sistema representativo, da configuração do poder e de sua organização administrativa, pressionando por reformas. Reforma é a palavra chave, norteadora do debate, das desavenças e das buscas de caminho no período de desintegração progressiva do regime monárquico.

Nessa perspectiva, destacaremos na crise do regime dois aspectos que, por isso mesmo, foram os que suscitaram maiores debates e que envolveram mais interessadamente as emoções: o poder pessoal de D. Pedro II e a representação. Já a questão da abolição do cativo escravo, destacada no 1º capítulo, terá nesse um desdobramento de outra ordem.

5.1.1

O Poder Pessoal: a “política do Rei”

Os textos contemporâneos — e não só os de brasileiros como os de estrangeiros visitantes — extravasam uma forte impressão: a do imenso poder pessoal de D. Pedro II. Isto ficou singularmente patente em 1868 quando diante de uma Câmara de maioria liberal, o imperador indicou um conservador para a chefia do gabinete. Falou-se em “golpe de Estado”. Saldanha Marinho cunhou, na ocasião, a expressão “estelionato político”. O editorial do *Diário do Povo* falou em “absolutismo”⁴.

⁴ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 256.

Na década de 1860 são já visíveis os sinais de esgotamento do sistema montado pelos “saquaremas”⁵. Na década seguinte, uma nova geração política ascende ao poder. Gente que não vivera o trauma do período regencial, não se impressionando muito, portanto, com discursos que brandissem ameaças sobre a ordem e a unidade nacional. Mas, por outro lado, eram mais sensíveis aos gargalos do sistema que vinham alijando da burocracia e da carreira política uma boa parte da elite econômica e cultural. Esse quadro conjuntural é enxergado como uma imperiosa necessidade de reformas, desde então o tema absoluto da agenda política. Foram as famosas “questões”: servil, militar, eleitoral, religiosa⁶. Pedia-se, a grosso modo, a ampliação da cidadania, a secularização do Estado, a descentralização e a liberdade do trabalho, como instrumentos de modernização do país.

A ala mais radical das dissidências inovou o debate político, levando-o para a rua através de conferências em teatros. Em 1870, dela sai o Partido Republicano formado por uma elite diferente daquela dos partidos tradicionais. Sua organização mostrou a existência de setores sociais que, muito embora importantes, não se conseguiam fazer representar no sistema político. Essa nova conjuntura vai ser pensada com as categorias e os recursos do “bando de idéias novas” que invadia o país desde a década de 1870.

Se o Ato de 1847 instaurou no Brasil um parlamentarismo **criollo** pela aclimação do modelo inglês de revezamento de poder, o “espírito do regime” buscara sua inspiração na Restauração Francesa, instituindo o quarto poder, neutro

⁵ Do Partido Conservador saiu uma dissidência — com Nabuco de Araújo, Zacarias de Goes, Sinimbu, Saraiva e Paranaíba — que se uniu à ala moderada do Partido Liberal para formar a Liga Progressista em 1862. Assumiu esta o gabinete com uma pauta tímida de reformas. Em 1868, os “emperrados” do Partido Conservador retornam ao poder. Os “ligueiros” passam, então para o Partido Liberal, que se cinde em Partido Liberal Radical e Novo Partido Liberal. Sua ala moderada, formada pelo liberais históricos e os dissidentes conservadores vão formar o Club da Reforma, em 1868, núcleo do novo Partido Liberal. O programa deste será uma luta contra o “absolutismo” — isto é, contra o predomínio do Executivo —, pela abolição do Poder Moderador, extinção gradual da escravidão e ampliação da representação. Para eles, a situação vivenciada pelo país podia ser resumida no dilema: “Ou a Reforma ou a Revolução”. A ala mais radical do Partido Liberal formou o Club Radical que trouxe de volta ao debate político o programa liberal da Regência: federação, abolição, supressão do Conselho de Estado, do Poder Moderador, da Guarda Nacional e da vitaliciedade do senado, eleição para presidentes de província e cargos na polícia, voto direto, ensino livre, liberdade de culto, justiça independente e proibição de se ocupar, simultaneamente, cargos públicos e eletivos (Américo Brasiliense, *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*, p. 36-37).

⁶ “Questão” era um termo usual naquela conjuntura por imitação da terminologia em voga na Europa, onde se tratava, por exemplo, da “Questão do Oriente”. Mesmo assuntos banais recebiam essa configuração. Falava-se em “questão sanitária”, em “questão do ouro” (com referência ao padrão metálico), em “questão operária” e até mesmo na “questão dos vinhos do Porto”.

e sobranceiro aos demais, o Poder Moderador, privativo do soberano. O nosso rei reinava, governava e administrava, segundo a fórmula de Guizot. Por temperamento, D. Pedro II imiscuía-se em todos os assuntos do Estado, do ensino, da sociedade, dos costumes. Cooptava artistas e literatos, acompanhava exames no Colégio Pedro II, quando argüia alunos. Nada escapava ao seu espírito detalhista e era dele a última palavra em todos os negócios do Estado. Referindo-se ao Poder Moderador, Lúcio de Mendonça verbaliza uma opinião corrente: era ele “o vício substancial de nossa organização política”⁷.

Essa soma de poderes que os contemporâneos designaram como “imperialismo” impressionava a sociedade culta. Mas também causava espécie aos estrangeiros. Louis Couty assim definiu a estranheza que lhe causava o nosso sistema político: “Uma personalidade resume essa nação (...). Tudo depende de uma vontade só e todos ficam a espera dela. (...) Nunca talvez um homem esteve em condição de fazer tanto por um povo. Segue-se que nunca, talvez, acumulou um homem, sobre seus ombros, o peso de tamanhas responsabilidades”⁸.

A partir do “estelionato” de 1868, vai-se assistindo a uma progressiva desafeição ao regime, como disse Calógeras⁹. Acontece que pelo instituto do Poder Moderador, as críticas ao regime acabavam por recair sobre D. Pedro, a quem se atribuía, para grande desgosto seu, um poder pessoal. Saldanha Marinho caracterizou o sistema político brasileiro como uma “política do rei”. Em 1883, a *Revista Ilustrada* é incisiva na sua ilustração: “E o governo provou que o poder não é mais o poder, mas sim, o PODER PESSOAL”¹⁰. No ano seguinte, apresenta ela um quadro ilustrado com todos os ministros de gatinhas diante do Imperador, explicando que “tudo o mais lhes segue: comércio, agricultura, indústria, justiça, instrução, polícia, exército, disciplina, marinha, Belas Artes, clero”¹¹.

Servindo-se de um vocabulário e argumentação bebidos em outras fontes, os republicanos passam a insistir na idéia da **irresponsabilidade** do Poder Moderador, posto que inimputável. Usavam a expressão “poder irresponsável”¹².

⁷ Lúcio de Mendonça, “O Monstro Constitucional” in *A Caminho*, p. 237.

⁸ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 75.

⁹ João Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, p. 310.

¹⁰ *Revista Ilustrada* de 17 de março de 1883.

¹¹ *Revista Ilustrada* de 12 de janeiro de 1884.

¹² Para a teoria republicana do século XIX só havia duas formas de governo: a monarquia e a república. Pela estratégia comparativa, insistiam eles em que toda monarquia era absoluta porque repousada na figura do rei, que é declarada sagrada, inviolável e inimputável. Esta última característica era brandida frequentemente pelos republicanos para demonstrar a superioridade da

A *Revista* faz o seu sorites: “dá-se que o executivo torna-se uma dependência do moderador, pela faculdade de nomear e demitir os seus ministros; o legislativo depende do governo pelas eleições e o judicial pelas nomeações e promoções. (...) o futuro há de pesar tudo isso devidamente”¹³. E, no mesmo número, parafraseando Benjamin Constant: “nosso regime, representando a Coroa a chave de todos os poderes”¹⁴. Rui Barbosa, sob o significativo título “Representantes de que?”, escreve, em setembro de 1889, um artigo em que traz, através de imagens, uma impressão usual: “Por isso, se lhe erguerdes as casacas [dos deputados], não raro, por baixo, lhe encontrareis as librés”¹⁵.

Hesitante quanto à melhor avaliação sobre a ação de D. Pedro no tocante à Abolição — o que confunde mesmo até autores modernos — reclama a *Revista*, paradoxalmente, da não ingerência do Poder Moderador — o que em outros contextos é percebido como “imperialismo” — para acabar definitivamente com o cativo escravo¹⁶. A prática desdizia o discurso. Desenhando D. Pedro com um espada à mão, onde se lê a palavra PODER, critica ela: “Enfim o homem põe e o Todo poderoso dispõe. Se o ilustre escravocrata [Martinho Campos] recebe o penacho de quem promoveu a lei de 28 de setembro [lei do Ventre livre] é que ...”¹⁷ (fig. 12)¹⁸

opção deles, ou seja, o chefe de Estado, na monarquia, além de hereditário, era “irresponsável”. Explica Assis Brasil: “O rei é irresponsável por que o rei não pode cometer crimes, ainda que os cometa, supõe-se que não cometeu porque o rei é uma FICÇÃO, — simboliza a lei” (*A República Federal*, p. 25).

¹³ “A Pátria Paulista” in *Revista Ilustrada* de 15 de março de 1887.

¹⁴ “Ex-Política”, in *ibid.*, *ibidem*.

¹⁵ Rui Barbosa, “Representantes de Que?”, 4 de setembro de 1889, in *A Queda do Império*, tomo VI, p. 26.

¹⁶ José Murilo de Carvalho chamou atenção para esse paradoxo, referindo-se à ambigüidade dos reformistas brasileiros que, ao mesmo tempo, exigiam a diminuição da interferência do Estado, da centralização, a extinção do Poder Moderador, mas que recorriam a ele para a abolição da escravidão, para a imigração, para contratos de trabalho, créditos agrícolas ou proteção à indústria (op. cit. p. 234).

¹⁷ *Revista Ilustrada* de 6 de maio de 1882.

¹⁸ In *Revista Ilustrada* de 6 de maio de 1882.

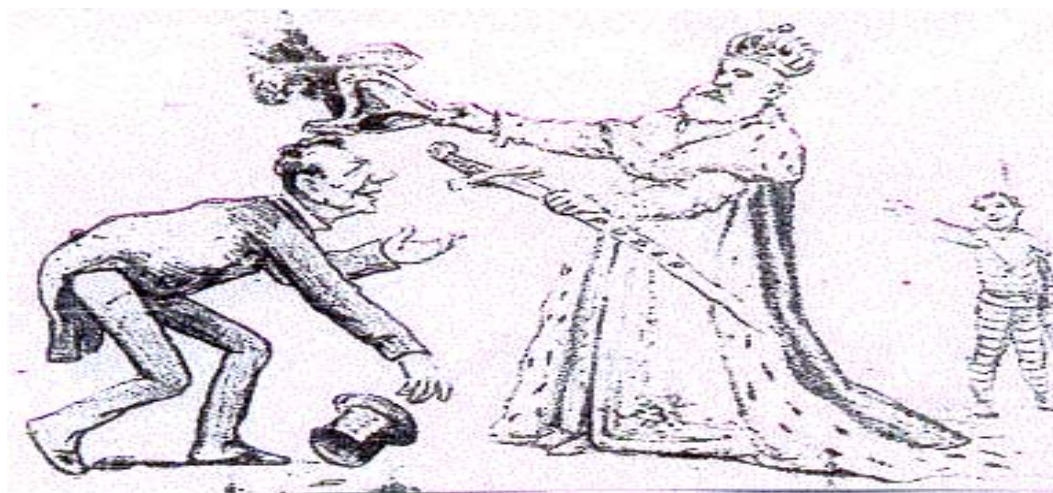
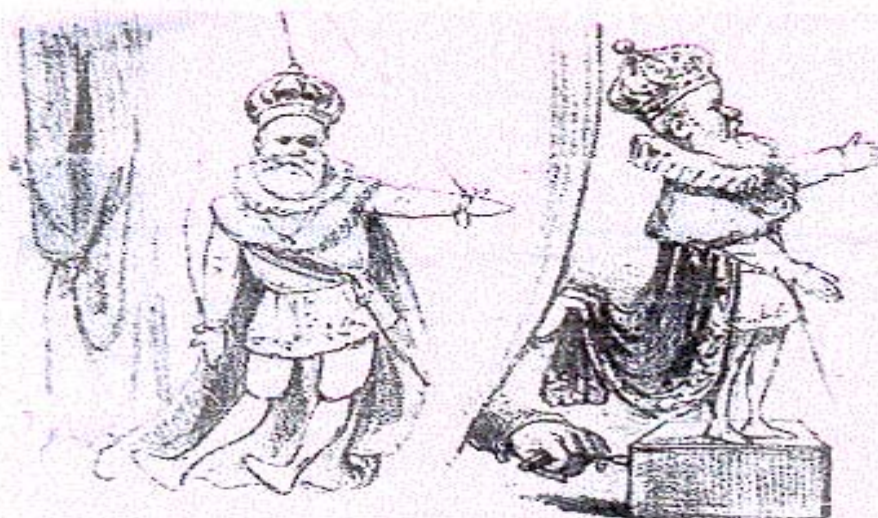


fig. 12

Há momentos, no entanto, em que D. Pedro parecia sujeitar-se às vontades alheias. A mais típica dessas situações era, sem dúvida, a abertura das sessões anuais do parlamento. Mas os contemporâneos não se deixavam enganar por esse ritual. Em 9 de maio de 1884, por exemplo, a ilustração da *Revista* faz do imperador um boneco de marionete, enquanto o texto diz que também lhe serviria a vestimenta de um moleque de recado (fig. 13).



Revestindo-se do seu papel de rei Constitucional e autônomo, S. M. te apresenta a primeira scena-comica da grande comedia politica do parlamento brasileiro.
A falla do throno, transforma o rei num boneco igual aos do theatro scdo Minhoes.

Hoje, o progresso tem aperfeicoado tudo.
Dá-se corda pelo p...
e os bonecos fallam.

fig. 13

E conclui: “Essas são as falas do trono, mas o rei se vinga sentando-se sobre os ministros”. Por tais razões, entendia-se que se as reformas não andavam, era porque D. Pedro não as queria.

Mesmo o revezamento do poder era percebido como estratégia do imperante brasileiro. Era assim que se entendia, muitas vezes, que ao entregar o encargo de reformas propostas pelo Partido Liberal a políticos conservadores, o que visava ele realmente era o esvaziamento daquele partido. Esse esdrúxulo e paradoxal processo — o das reformas liberais serem feitas por conservadores — era motivo de perplexidade para os contemporâneos. Era fato muito comentado, submetido a debates judiciosos ou mesmo tratado de forma jocosa, como na sátira dramática de França Junior, *Caiu o Ministério*, encenada com grande sucesso em 1883. Afinal, quase todo o encaminhamento da libertação dos escravos foi feito sob ministérios conservadores: a extinção do tráfico, a lei do Ventre Livre e por fim a própria Abolição.

Em 29 de abril de 1885, diz a *Revista*: “No Senado tem-se falado muito em revolução. É uma atualidade. O dilema de 1878 está com uma das pontas nas mãos dos liberais que clamam: reforma! E com a outra na dos conservadores que berram: revolução!”

Era convicção generalizada que a única perspectiva de progresso para o país estava na execução das reformas liberais. Sem elas “como a ‘nau do Estado’ não solta as velas [das reformas liberais], o país só desliza”¹⁹.

Um corolário da crítica ao poder pessoal de D. Pedro II era o aulicismo que cercava o palácio, o que era tido como uma das características do temperamento do monarca. Ainda sob o impacto da Revolta do Vintém, a *Revista Ilustrada* constata, no seu número de 13 de maio de 1880: “há muito que se formou em volta do trono um círculo vicioso de homens maleáveis e dóceis”.

A distribuição de cargos, benesses e concessões aplacava a frustração da elite não dirigente. A disputa por indicações era acirrada porque o governo era o grande empregador, o que fazia do emprego um instrumento de cooptação. Em sua viagem ao norte do país para contrabalançar a propaganda monárquica do Conde d’Eu, Silva Jardim dá disto testemunho: em Pernambuco, um homem do

¹⁹ *Revista Ilustrada* de 19 de agosto de 1882.

povo lhe relata que um amigo seu lhe declarara que se não fosse por esperar um emprego que dependia do governo, se passaria para o lado republicano²⁰.

Por outro lado, o favoritismo era gerador de escândalos de corrupção. A *Revista Ilustrada* esmerou-se em denunciar negociatas e furtos do erário público. O Conde d'Eu foi personagem de frequência assídua em insinuações ou ataques diretos. No caso do roubo das jóias da imperatriz, foi nela desenhada uma Coroa envolta em véus, encimando a frase: “A opinião pública enxerga um poder envolvido nesse negócio”²¹. Francisco Cunha exagera: “o mais forte esteio da monarquia do Brasil é o saque aos cofres públicos”²².

A mais chocante figuração sobre o assunto foi aquela que ocupou as páginas centrais da *Revista* no seu número de 12 de maio de 1883, tendo por título “teatro político”, ou seja, a fala do trono. Copiamos o texto de uma narrativa ilustrada:

Como sempre, coube à S. M. a primeira cantata (...). S.M. esteve, como mandam as instituições que felizmente nos regem, constitucionalmente ridículo. Nós que andamos por entre os bastidores, tivemos a ocasião de ver de perto o manto imperial. É uma lastima [aparece todo rasgado]! O constitucional manto acha-se tão esburacado que já não pode encobrir o Poder irresponsável [D. Pedro figurado de costas]. Por isso vê-se o trono abrigar famintas e áulicas ratazanas e outras coisas que ... não deveria ver [um cupido flechando o coração do imperador]. Não admira pois que S.M. tenha assinado a patota monstro Duvivier [o rei aparece com os olhos vendados]. O folheto publicado por Saldanha Marinho veio derramar luz sobre o mais vergonhoso atentado, até hoje cometido, contra a primeira companhia de bonds do Brasil [o imperador carrega um saco de 400.000 contos para a condessa de Lages]. Uma carta do senador Otaviano, publicada no tal folheto, descobre a coroa [é retirado um véu de sobre a coroa] e dá a entender que ela é o quartel general das ratazanas copacabanenses [o escândalo que acompanhou a extensão das linhas de bonds para Copacabana]. O Conde d'Eu também meteu a mão na cumbuca. Que este caísse ... vá. Mas o seu augusto e imperial sogro que já é ... velho! (fig. 14 a, 14 b)

²⁰ Antonio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 378.

²¹ *Revista Ilustrada* de 26 de março de 1882.

²² Francisco Cunha, “O Saque” in op. cit., p. 829.



Como sempre, coube a S. M. a primeira cantada no dia da abertura do Theatro Político. S. M. cedeu, como mandam as instituições que infelizmente nos regem, constitucionalmente ridículo.

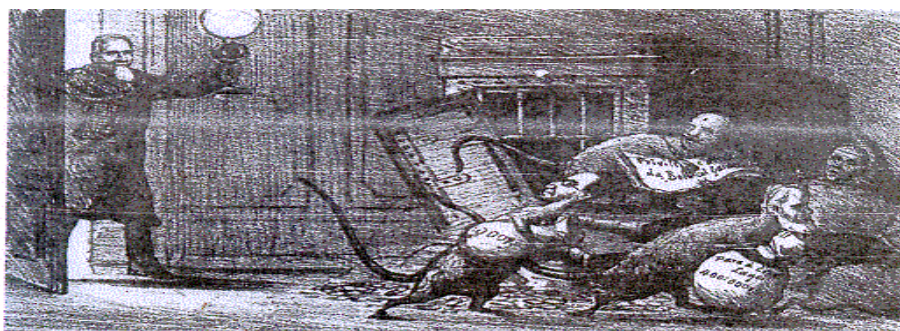
Mas, que andamos por entre os bastidores, tivemos ocasião de ver de perto o mau imperial. É uma farsinha!



Não admira pois que S. M. tenha assignado a palata ministro Substituto.

O constitucional tanto achase tão esbarrando que já não pôde encubrir a fadga irresponsável. Por isso vê-se o livro abrigar famintas e ávidas valasunas, e outras coisas que... não se deveriam ver.

fig. 14a



O folheto publicado pelo Saldanha Marinho veio derramar luz sobre o mais vergonhoso atentado, até hoje cometido, contra a primeira companhia de bonas no Brasil.



Uma carta da senhador Octaviano, publicada no J. P. de 1884, descobriu a coroa e dá a entender que é o quarto general das valasunas copas cabanas.

O Conde d'Eu também metteu-se mais na contenda. Que este cahisse... vê. Mas o seu otimismo e imperini jogro que já é... velho!

fig. 14b

Em 1884, referindo-se ao funcionalismo público, Lúcio de Mendonça verbaliza uma opinião corrente: é ele numeroso, caro e os empregados são

ociosos. E acrescenta: “enorme massa de consciências aniquiladas, de bocas famintas, de cérebros atrofiados, de espinhas curvas”²³.

No levantamento que fez de manifestações antimonárquicas de monarquistas brasileiros, capítulo II de seu livro sobre a queda do Império, Evaristo de Moraes transcreve parte de um discurso de Silveira Martins, pronunciado a 16 de maio de 1876 no *Teatro Fênix Dramática*. Nele, o senador liberal usa argumentos novos de crítica, próprios da “Geração 70”, ou seja, a reclamação quanto ao descaso pelo talento e mérito:

Os grandes empregos públicos estão reservados, ou para seduzir homens importantes nas duas casas do Parlamento, ou para dotar as filhas e regalar os filhos dos magnatas, ou para recompensar a dedicação dos válidos, e daí vem que só por um acaso feliz pode uma província ter um administrador capaz. Estudo, inteligência, trabalho, mérito, nada valem.²⁴

Evidencia-se naquele discurso uma crítica que se tornou contumaz na nova geração. É o que Lúcio de Mendonça explicita: “o privilégio, sob as formas mais odiosas, é a substância da monarquia”²⁵. O regime do privilégio enfraquecia a nação, atirando-a na inércia — para usar um termo recorrente na época —, demonstrando descaso pelo progresso e amolecendo o caráter. No famoso discurso em que o conservador Ferreira Viana cognominou D. Pedro de “César caricato”, denunciava ele: “O Imperador estragou as forças vivas do País” porque “a monarquia é pródiga, injusta e governa o País pela corrupção e pela violência”²⁶. O apelido dado ao Imperador e a expressão “forças vivas do país” passaram a freqüentar repetidamente a imprensa.

Nessa toada, clamava-se contra o preterimento de candidatos melhor selecionados para cargos públicos. Causou indignação a não nomeação de Martins Junior para uma cátedra da Faculdade Direito do Recife, até porque o episódio repetiu-se três vezes, não deixando dúvidas sobre os critérios e métodos dos governos imperiais. Tinha ele contra si um acentuada militância republicana. Advertiu a *Revista* na ocasião: “É assim que as instituições criam os formidáveis adversários”²⁷. Também Rui Barbosa escreve no *Diário de Notícias* artigo indignado, explicitando que o preterimento de Martins Junior devia-se ao fato de

²³ Lúcio de Mendonça, “Centralização-descentralização” in *A Caminho*, p. 283.

²⁴ Citado por Evaristo de Moraes in *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, p. 44.

²⁵ Lúcio de Mendonça, “Retrospecto” in *A Caminho*, p. 311.

²⁶ Citado por Evaristo de Moraes in op. cit., p. 46.

²⁷ “Pequenos Ecos” in *Revista Ilustrada* de 29 de setembro de 1888.

ser ele republicano²⁸. E volta à carga um mês depois: “continua, no ensino superior, a preterição das superioridades, friamente imoladas pelo governo ao patronato”²⁹. O jornal *O País*, advertindo que “Martins Junior é um nome quase desconhecido no sul”³⁰, reclama igualmente da injustiça, o que dá a dimensão do quanto esse caso escandalizou a elite intelectual da corte, onde, como tudo leva a crer, era o poeta jornalista pernambucano bem conhecido. O mesmo sucedeu a Benjamim Constant e a João Ribeiro³¹.

Dos escândalos não escaparam nem mesmo chefes de governo. Sinimbu foi acusado de envolvimento escuso com o Banco Nacional, Cotegipe com um contrabando de popelines e até João Alfredo teve seu nome citado no “caso Loyos”³². Significativamente, a *Revista Ilustrada* que tanto apoiara esse gabinete que fez a Abolição, no ano seguinte define assim o termo “loiada”: “Capadoçagem nos negócios públicos, ou seja escandalosos favoritismos de ministros a parentes, amigos e correligionários”³³. Na sua campanha através da

²⁸ Rui Barbosa, “Faculdade do Recife”, 24 de agosto de 1889, in op. cit., tomo V, p. 250.

²⁹ Rui Barbosa, “Fischio!”, 12 de setembro de 1889, in op. cit., tomo VI, p. 99.

³⁰ *O País*, 3 de julho de 1888.

³¹ Oriundo de família de escassos recursos, Benjamin Constant desde cedo buscou trabalho no magistério, sua verdadeira vocação. Mesmo antes de concluir a Escola Militar prestou concurso, em 1860, para repetidor de matemática no Colégio Pedro II. Apesar de obter a primeira classificação, foi preterido pelo candidato segundo colocado. O não apadrinhamento acompanhou sua vida profissional. Em 1862, também com a primeira colocação em concurso pretendeu a cadeira de matemática da Escola Normal do Rio de Janeiro, mas interessava ao presidente da província dar lugar ao segundo colocado, mesmo já tendo Benjamin prestígio docente. Tanto assim que o imperador convidou-o para lecionar para suas filhas, o que acabou por não acontecer porque pessoa interposta quis favorecer um parente. Consegue, enfim, uma vaga, também pelo destaque maior em concurso, no Instituto Comercial, instituição, no entanto, de pouco prestígio e que remunerava mal. Em 1873, igualmente primeiro classificado, assume o lugar de repetidor da Escola Militar, em decorrência de um concurso, aliás presidido pelo imperador, diante do qual Benjamin se declarou positivista. Em 1875, foi convidado para a Escola Politécnica. No ano seguinte, foi nomeado diretor, e depois professor, da recém inaugurada Escola Normal da capital, onde permaneceu até 1889. Mas para equilibrar sua situação financeira precisava a cátedra da Escola Militar. A congregação da Escola, desde 1879, buscava sua nomeação, mas cansado de tantas injustiças e preterimentos odiosos, se recusava ele a prestar novos exames. Em 1886, o governo permite abrir concurso para as vagas desocupadas de lentes catedráticos da Escola. Os repetidores que já vinham há muito exercendo, na prática, esse encargo exigem o direito de nomeação sem concurso. Nesse ínterim, o governo suspende o concurso (V. Celso Castro, *Os Militares e a República*, capítulo 5). Também João Ribeiro, republicano convicto, apesar de ter prestado concurso para professor de português do Colégio Pedro II, em 1887, só será admitido com a República (V. Patrícia Santos Hansen, *Feição & Fisionomias. A História do Brasil de João Ribeiro*, p. 16-17).

³² A falência do Banco Nacional em 1879 foi declarada fraudulenta, mas o processo contra Sinimbu foi engavetado sob a alegação do direito do senador a foro privilegiado. Em 1877, o barão de Cotegipe foi acusado de ter sociedade com um conferente da alfândega indiciado num contrabando de popelines. Em 1888, o governo foi acusado de transação fabulosamente lucrativa com a firma Loyos, cujo chefe era ligado à família do presidente do conselho, cujo ministério, por isso mesmo, caiu em 1º de julho de 1889.

³³ “Farpas à Meia Volta” in *Revista Ilustrada* de 27 de julho de 1889.

imprensa, Rui Barbosa afirma que “cada passo de defesa do governo no escândalo Loio é um esforço para sair do lamaçal, firmando-se na lama”³⁴. Ou mais contundente: “(...) como ora se está dando, em circunstâncias, que autorizassem a hipótese de um pacto entre a coroa e a corrupção administrativa de um gabinete”³⁵.

Coerente com essa mesma linha de atuação política ficava a prática das condecorações que visavam compensar notáveis sem cargos públicos ou agradecer dedicações. Mas no final do regime, principalmente depois da Abolição, houve uma verdadeira enxurrada de condecorações. Daquela data até a Proclamação da República foram concedidos 180 títulos de nobreza, o que foi objeto de chacotas na imprensa e nas ruas. Rui Barbosa no *Diário de Notícias* se pronuncia contra essa “aristocracia castrada para formar sopranos e contraltos de uma corte servil”³⁶. No Parlamento, um deputado entende “o sistema de concessões como um meio de conservar o regime que temos”³⁷.

O corolário do “imperialismo” de D. Pedro II foi a sensação de vazio de poder que tomou a sociedade a partir de sua doença, quando, por acréscimo, desconfiava-se da competência da Regente. Com a viagem de D. Pedro II à Europa em busca de cura para sua diabetes, a *Revista* reclama: “nada acontece porque o Imperador está doente. É muito monótono”³⁸.

Os republicanos avolumaram o fato dando a entender que o imperador perdia progressivamente sua capacidade mental. Dermeval da Fonseca, como correspondente da *Gazeta de Notícias*, acompanhou o imperador à Europa e de lá mandava notícias sobre o estado de saúde de D. Pedro. Nelas eram evidentes as insinuações de demência.

O que a propaganda republicana buscava infiltrar era a idéia de que sem o poder pessoal, o “espírito do regime” ficava atingido. O termo “anarquia” voltou a freqüentar os periódicos, agora no seu sentido literal.

A sensação geral era a de que a monarquia estava com os dias contados: ou a tragédia de uma anarquia — o que por si só tinha o condão de reavivar antigos e perenes temores — ou o governo da princesa carola, festeira, melômana,

³⁴ Rui Barbosa, “A Pior”, 15 de abril de 1889, in op. cit., tomo II, p. 13.

³⁵ Rui Barbosa, “A Moléstia do Imperador”, 27 de maio de 1889, in op. cit., tomo III, p. 136.

³⁶ Apud Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa*, p. 274.

³⁷ Citado na coluna de Tomé Jr. sob o título “Seara Ingrata” in *Revista Ilustrada* de 21 de setembro de 1889.

³⁸ “Nada de Política” in *Revista Ilustrada* de 15 de abril de 1887.

incompetente e tutelada pelo marido estrangeiro, personagem bem pouco amado pelos brasileiros. A *Revista Ilustrada* usa da galhofa: “nos povos latinos, o poder moderador de saias, não tem provado bem. Orleans tem paixão pela música, sentimento religioso exaltado, grande inexperiência de negócios”³⁹.

Nas suas conferências, Silva Jardim fazia longas dissertações sobre os Braganças e os Orleans e diminuía a princesa. A primeira delas, realizada em Santos, teve como objetivo advertir para o perigo do Terceiro Reinado. Como estratégia, expõe um quadro de degeneração da família Bragança e dos defeitos recorrentes nos Orleans. Esse histórico é acrescido pela incapacidade da Regente. Mais tarde, em outras oportunidades, repetirá os temas expostos nesta ocasião. Suas teses se resumiam nos seguintes ítems: o rei estava “inutilizado para o governo”; o pouco desenvolvimento havido no país durante sua gestão fora obra de forças espontâneas da nação; o monarca herdara do pai “os germens da política reacionária”, possibilitando esperanças de opressão; os Bragança são “uma família decadente e condenada pela fatalidade das leis naturais; a herdeira “não possui absolutamente qualidades de governo”; “famílias privilegiadas” da Europa que foram “desalojadas pelo novo espírito filosófico e político do século” tentam ainda assentar-se sobre tronos, como era o caso dos Orleans.

Começou o propagandista o seu discurso descrevendo os sinais de “insânia” do imperador, sinais que o fizeram perder o prestígio perante o país. Em um tom mais alto, fechou ele assim seu longo parágrafo: “rei louco é rei morto!...”. Embora a ciência ainda não tivesse sobre o assunto uma conclusão definitiva, afirmou ele que não se aconselhava o casamento contínuo dentro de grupos fechados. D^a Maria morreu louca. Advertiu, então: “cidadãos, cuidado! A lei da hereditariedade é uma lei fatal. Cuidado com os descendentes de loucos! Cidadãos, os povos não se governam pela loucura dos reis!”. Assim é que os Braganças, concluía, estavam condenados não só pela fatalidade histórica como também pela fatalidade natural.

Quanto à D^a Isabel, “é-lhe primeiro e original obstáculo o seu sexo”. Embora haja exceções na história, tal não era o caso da “nossa infantil princesa”. Com seu espírito fraco se submeterá ao marido. Vive ela reclusa em “inocentes saraus burgueses”, tendo por leitura “gentis livrinhos de missa”. Não tem

³⁹ “Espécie de Crônicas” in *Revista Ilustrada* de 12 de novembro de 1887.

propriamente um fanatismo religioso, mas uma devoção “toda de sacristia (...) pertence ao clericalismo”. Portanto, não era ela competente para gerir o Estado brasileiro, mormente em momento tão difícil. E nesse diapasão resume, sob risos e aplausos, o que seria a obra dessa rainha:

O que eu creio, sim, é que do governo da Regente fique o apuro das belas-artes de segunda mão, a perfeição dos concertos, o entusiasmo pelo bailado e pelo piano, os versos de balas de estalo, a indústria dos gelados, o progresso das modistas e dos alfaiates, e a consagração do recitativo como princípio moderador do sistema constitucional.

Faz ele em seguida uma narrativa desairosa da família Orleans, terminando por afirmar que o Conde d'Eu queria ser o imperador do Brasil. Que características de personalidade lhe atribui? “Papista, clerical, intolerante, belicoso e atrevido, procurando resolver as questões pela força de sua espada.”

Daí emenda o discurso com a lei da evolução que substituiu “crenças fictícias por concepções reais”. E para escapar do perigo do “orleanismo”, da “ambição do Conde d'Eu”, temos que confiar “na grande alma popular para conter o estado de coisas futuro”, assim como no exército. E este norte progressista já estava na tradição brasileira de liberdade. O que se impunha pois era que o povo se reunisse “em *meetings*, em assembléias populares”⁴⁰.

Outro alvo de críticas ao regime era o da centralização administrativa. Ponto antigo da pauta liberal, era a descentralização uma estratégia de reforço dos poderes locais, a alma do Ato Adicional de 1834, que foi totalmente subvertido pela Interpretação de 1840.

A questão ficou submersa para reaparecer em 1870 com os argumentos de Tavares Bastos em *A Província*, onde este contestava o visconde de Uruguai⁴¹. O

⁴⁰ Antônio da Silva Jardim, “A Pátria em Perigo” in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 48 a 71. A idéia de que um governo de D^a Isabel significaria um retorno ao absolutismo, ao cerceamento das liberdades, em função das tendências do Conde d'Eu estava difundida. Contra esse perigo, Rui Barbosa incetou sua campanha demolidora no *Diário de Notícias*. Aliava ao advento do terceiro reinado as repressões policiais: “porque os nossos concidadãos estão caindo, feridos pelas balas de quadrilhas insufladas com a senha do terceiro reinado” (“Viva à Rainha in op. cit., tomo II, p. 66). Também através desse monarquista se reforçaram as teses correntes que envolviam a moléstia do imperador. Explica ele que a degradações físicas eram fatos triviais nas famílias reinantes, especialmente, na portuguesa. Portanto, a ascendência imperial brasileira estava familiarizada “com o amargo destino da loucura.” (“A Moléstia do Imperador” in op. cit., tomo III, p. 161).

⁴¹ Em *A Província*, Tavares Bastos defende a descentralização administrativa contras as teses expostas por Paulino José Soares de Sousa, o visconde de Uruguai, um dos próceres da “Trindade Saquãrema”, no seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1862, onde advoga a excelência da centralização político-administrativa do modelo imperial brasileiro.

Partido Republicano, no mesmo ano, fez do federalismo sua principal bandeira reformista sob o dístico: “centralização — desmembramento, descentralização — unidade”. Em São Paulo importantes vozes repercutem em prol de uma “pátria paulista”. Províncias decadentes do norte manifestam descontentamento. Até mesmo monarquistas percebem a urgência da descentralização para a perpetuidade do regime. Uma monarquia federativa foi proposta de Joaquim Nabuco e de Rui Barbosa, após a Abolição.

Em 1889, Júlio Verim, o articulista político da *Revista Ilustrada*, lembra que a Corte “não é positivamente o Brasil”. E admoesta: “o estado do povo brasileiro, vítima de séculos de cativeiro e de centralização, chega a ser trágica.” Sem a federalização da monarquia seria então melhor para as províncias que elas se separassem “para o progresso e a liberdade” do que manterem-se unidas “para o despotismo e a miséria”⁴².

O debate sobre o federalismo volta com força no final do Império. Era uma bandeira do Partido Republicano que monarquistas buscaram tirar de suas mãos. Tanto Rui como Nabuco viam nela a salvação ou pelo a prorrogação do regime monárquico no Brasil. Na seção “Campo Neutro” do jornal *O País*, Nabuco alertou que a autonomia das províncias era a mais importante reforma para “deter o passo à idéia republicana e vencê-la”⁴³. Quatro dias depois volta à carga com mais ênfase: “Fundar a monarquia popular de 13 de Maio sobre a autonomia das províncias é torná-la intangível como o símbolo augusto da unidade da pátria”⁴⁴. Aliás, foi a não inscrição da federação no programa de Ouro Preto que fez o redator do *Diário de Notícias* recusar o convite para compor o seu gabinete. Entre muitas outras de suas considerações a respeito, citemos esse jogo de palavras, de força persuasiva: “Ou a monarquia faz a federação, ou o federalismo faz a república”⁴⁵. Como Nabuco, Rui entendia que com uma monarquia liberal e federalizada, o anseio republicano estaria satisfeito, assim como a inserção americana do país. Além disso, dessa forma se faria a educação republicana e democrática do país⁴⁶. Teve grande repersussão o seu artigo, “O Príncipe

⁴² “A Política” in *Revista Ilustrada* de 5 de outubro de 1889.

⁴³ Joaquim Nabuco, “Campo Neutro” in *O País*, 20 de novembro de 1888.

⁴⁴ *Ibid.*, 24 de novembro de 1888.

⁴⁵ Rui Barbosa, “Federação”, 6 de outubro de 1889, in op., cit., tomo VII, p. 55.

⁴⁶ Joaquim Nabuco, “Campo Neutro” in *O País*, 24 de novembro de 1888.

Consorte”, de 29 de março de 1889, onde exprimiu seu temor de um governo sob a influência e administração do Conde d’Eu que todos viam como um anti-liberal.

5.1.2

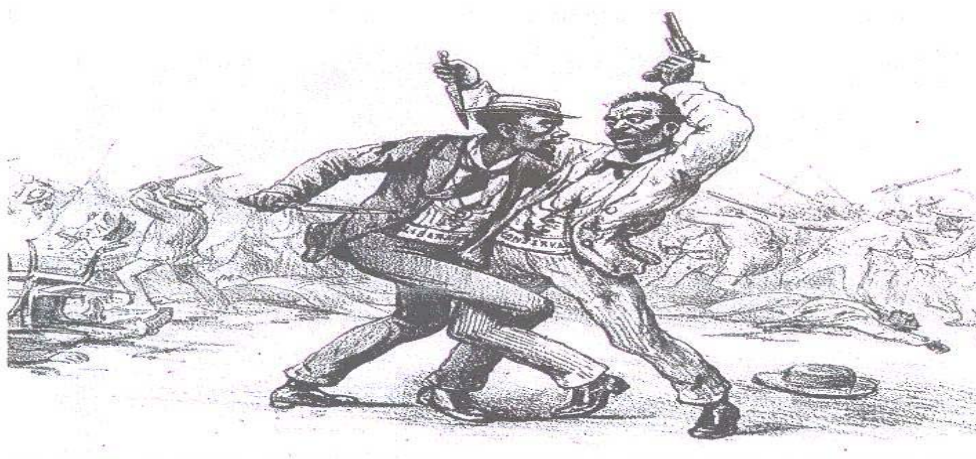
As Eleições e a Representação

Um assunto que ocupou os jornais e que deu motivo a seguidas figurações gráficas na *Revista Ilustrada* foi a crítica aos métodos empregados para se garantir a vitória do governo nas eleições e os critérios de representação nacional.

O Código de 1842 entregou a fiscalização das eleições aos delegados, todos nomeados pelo Executivo. O pleito se realizava em igrejas e cabia ao juiz, nomeado pelo Imperador, dirimir as pendências. Apesar desse controle do poder central, as eleições transcorriam debaixo de violência, quando os chefes locais destacavam cabras — e capoeiras, na Corte — para amedrontar os votantes. Também era freqüente a compra de votos e as apurações eram fraudadas. Em última instância, os resultados deviam ser confirmados.

Mas a liberalidade de D. Pedro II era incensada mesmo pelos segmentos que, pontualmente, reclamavam de atos repressivos. O tom maior das críticas ficava por conta do recurso à escória social, aos capoeiras, aos vadios, pela polícia. Essa gente atuava, especialmente, nos períodos de eleição e na repressão aos comícios.

As imagens da *Revista Ilustrada* eram contundentes. Na sua edição de 3 de julho de 1880, vemos os dois partidos como figuras ameaçadoras de cabras empunhando facas e revólveres, enquanto o texto ironizava: “o povo soberano exercendo a sua soberania” (fig. 15).



As eleições, ou o Povo Soberano exercendo a sua soberania!

No ano seguinte, a 29 de outubro, imagens semelhantes são completadas por pessoas nas ruas declarando haver recebido dinheiro de candidatos.

A fama dos capoeiras já corra o país. Em *Casa de Pensão*, Aluísio Azevedo faz o protagonista revelar que “no Maranhão, falavam com tanto assombro dos gatunos da Corte! — os tais capoeiras!”⁴⁷ Eles moravam e agiam no centro da Cidade Velha e eram afeitos a bebedeiras, furtos, vadiagem, desordens e violências. Atemorizavam os cidadãos⁴⁸.

Com esses métodos só muito dificilmente podia o governo perder as eleições⁴⁹, permitindo, aqui, a existência do fenômeno de câmaras unânimes. Mas quando havia reversão, aconteciam as “derrubadas”, ou seja, os vencedores trocavam por asseclas seus os detentores dos cargos burocráticos.

Esse amesquinamento da representação nacional esteve sempre no crivo de críticas ao sistema montado pelos “saquaremas” e os próprios conservadores percebiam a necessidade de ampliar a cidadania.

Em 1878, D. Pedro compõe um gabinete com a missão de redigir um projeto de reforma eleitoral. A idéia era a de tornar a representação melhor através de melhores votantes. Isso significava questionar o voto do analfabeto. Por outro lado, visava atender aos apelos por eleições diretas como um instrumento de moralização das eleições. No entanto, as propostas não deviam mexer no espírito da Constituição, o que implicava a manutenção do censo. Já vimos que tanto conservadores quanto liberais não estavam dispostos a perder seus privilégios e monopólios. Uma reforma, pois, que não questionava a extensão da participação popular, mas tão somente a moralização das eleições.

Uma discussão se impôs, qual seja, a do voto dos não católicos, potenciais eleitores qualificados. Era uma discussão de agrado dos liberais, Saldanha

⁴⁷ Aluísio Azevedo, *Casa de Pensão*, p. 41.

⁴⁸ É de supor-se que os capoeiras impunham muito mais medo do que a Guarda Nacional. Pelo menos a que foi instituída na Corte em 1889, ao que tudo indica para contrabalançar o esvaziamento das Forças Armadas, estratégia montada pelo gabinete Ouro Preto diante das freqüentes “questões militares”. A *Revista Ilustrada* anuncia o recrutamento da Guarda desenhando-a montada sobre cavalinhos de pau (edição de 7 de agosto de 1889).

⁴⁹ Tornou-se famoso o sorites de Nabuco de Araújo. A historiografia mais afeita ao elogio do Estado Imperial Brasileiro, costuma insistir no fato de que maior representação nacional do que as obtidas pelas eleições até a reforma de 1881, só de deu após a Revolução de 1930. Essa argumentação não considera devidamente a existência de uma imensa população escrava, do número de livres com renda inferior ao estipulado nas leis, assim como as condições em que se processavam as eleições. Sabemos que também na 1ª República as eleições se faziam “a bico de pena” e que muito tempo depois ainda se constrangia o eleitor. Seria, portanto, mais pertinaz a desqualificação das representações nos dois regimes do que apelar para malabarismos mentais na disputa pela maior excelência representacional de um deles.

Marinho à frente, que pugnaram pela abolição da união trono-altar no Brasil. Uma antiga reclamação que pedia um Estado laico. Também a restrição do voto dos analfabetos sofreu duras críticas porque, como instavam alguns liberais — não todos —, sem o cidadão ágrafo o colégio eleitoral seria incrivelmente diminuído e não representativo da opinião pública.

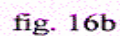
José Bonifácio, o moço, gastou na defesa da inclusão dos analfabetos seu excepcional dom de oratória. Era acompanhado por Silveira Martins, Saldanha Marinho e pelo jovem deputado Joaquim Nabuco. Suas preleções enchiam as galerias do parlamento e seus ecos eram sentidos nas ruas, como vimos. Mesmo assim, o projeto restritivo passou na Câmara com ampla maioria.

O entusiasmo da *Revista* com o projeto — especialmente porque ele tocava na questão do voto de acatólicos⁵⁰ — era prudente. A experiência lhe mostrava que não podia se esperar mudanças muito radicais no país. Nas suas páginas centrais se faz a narrativa ilustrada do seu encaminhamento nas casas legislativas. No primeiro quadro, o projeto é apresentado sob atitudes repreensivas de senadores, padres e magistrados, enquanto um personagem em trajes diferenciados daqueles da elite, significativamente, comenta: “Vai além dos meus desejos. É tão ultra liberal que parece até republicano.” Na sequência, o projeto vai sendo retocado pela Câmara e pelo Imperador e sai do Senado com uma forma irreconhecível⁵¹ (fig 16 a, 16 b⁵²).

⁵⁰ O anticlericalismo foi com o abolicionismo os principais motes de luta da *Revista*.

⁵¹ *Revista Ilustrada* de 10 de abril de 1880.

⁵² In *Revista Ilustrada* de 10 de abril de 1880.



A posição de certos republicanos podia ser realmente radical. Francisco Cunha afirmou na ocasião que “eleição livre e monarquia são dois termos em

antinomia, incapazes de acomodar nesta forma de governo”. Sua argumentação se sustentava sobre uma contradição inelutável: qualquer reforma seria prejudicial à monarquia. No limite de pressão, o regime trapaceava. Era como se deixasse de coxear com perna direita para coxear com a esquerda.⁵³

A reforma eleitoral foi uma vitória do gabinete Saraiva, em 1881. Estabelecia ela eleições diretas com voto censitário, não obrigatório, de alfabetizados, mas incluindo os não católicos. Entretanto, as exigências para a comprovação de renda se tornaram muito severas. Lúcio de Mendonça acusa: “uma lei eleitoral perfeitamente digna desta solene empulhação chamada monarquia constitucional representativa”⁵⁴. Ou ainda: a opinião nacional “que já foi mais do que é” reclamou uma reforma democrática, mas os liberais sujeitaram-na a tantas modificações que fizeram uma “obra conservadora”⁵⁵.

Pelo menos a primeira eleição após a aprovação da lei foi a de maior lisura da história do império e deu maioria aos liberais e entrada a três republicanos na Câmara. A *Revista* destacando aquelas inovações, comenta: “Os capoeiras, tristes pela paz das eleições, consolaram-se quebrando tipografias e fazendo das suas aos gritos de viva S.M. o imperador”⁵⁶.

Mas as práticas de coação retomadas voltaram a garantir os resultados desejados. No último ano do Império, nosso conhecido Júlio Verim usa os termos “leilão”, “cabala eleitoral”, “meios ilícitos”, “uso do tesouro” para se referir às eleições de agosto de 1889⁵⁷. Tendo alterado o tempo do verbo do título da sua peça, posto que ela foi publicada após a aprovação da reforma eleitoral, França Junior localiza a comédia “Como se fazia um deputado” — representada no *Teatro Recreio Dramático*, em 1882 — no interior da província do Rio de Janeiro. Aí aparece a repetida idéia de que conservadores e liberais são “filhos da mesma mãe, a senhora Dona Conveniência”. A certa altura, coloca essa fala na boca de um jovem recém egresso da faculdade:

Acabo de sair dos bancos da Academia, do meio de uma mocidade leal e generosa, cheia de crenças, sonhando a felicidade de minha pátria, e eis que de

⁵³ Francisco Cunha, op. cit., p. 551.

⁵⁴ Lúcio de Mendonça, “Reforma Eleitoral” in *A Caminho*, p. 129.

⁵⁵ Lúcio de Mendonça, “O Aniversário Imperial” in op. cit., p. 276.

⁵⁶ “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada* de 30 de setembro de 1881.

⁵⁷ Júlio Verim, “As Eleições” in *Revista Ilustrada* de 17 de agosto de 1889.

chofre matam-me as ilusões, atirando-me no meio da mais horrível das realidades deste país — uma eleição, com todo o seu cortejo de infâmias e misérias.⁵⁸

5.2

República Versus Monarquia: uma comparação desigual

Não como estratégia partidariamente definida, mas como uma atuação de fato, no final dos anos 1880 é a totalidade, é o regime monárquico como tal, que recebe um tratamento crítico bipolar pela propaganda republicana. Põe-se, então, em confrontação um par antitético: monarquia versus república, onde o último elemento apresenta o primeiro de maneira que aquele não se reconhece.

Além disso, valendo-se igualmente de uma linguagem retirada das idéias novas que dominavam o panorama intelectual desde a década de 1870, os monarquistas acabavam por fragilizar sua posição, começando a perder a guerra ideológica e simbólica quando é uma outra semântica que passa a dar conta da realidade. O uso e assimilação do léxico e da semântica do adversário leva à superação do símbolo antigo.

Já no início da década de 1880, Lúcio de Mendonça descredenciava a monarquia a partir de pressupostos não habituais: “E podemos afirmar que se a monarquia por ignorância (...) ainda tem adeptos (...)”⁵⁹. Apoiar a monarquia significava, pois, desconhecimento, desconhecimento das leis da evolução. A “Coluna Republicana” do *Diário de Notícias*, em 1889, transcreve um artigo do *Província de São Paulo* que, sob uma epígrafe de Darwin, quis mostrar o atraso do regime monárquico, pois por ele só poderia optar quem “se orgulha de pensar como pensavam os súditos do faraó”⁶⁰.

Evaristo de Moraes cita um discurso de Silveira Martins em que o senador refere-se a um regime em que o soberano só reina como “ficção” e tacha os reis europeus de “irresponsáveis”⁶¹ — termos e semântica novos.

Com o avanço da década, frustradas as reformas, a crítica passa a visar não os aspectos pontuais do regime, mas a sua legitimidade e principalmente a sua

⁵⁸ França Junior, *Como se Fazia um Deputado*, Ato III, cena II in França Junior, *Teatro de França Junior*.

⁵⁹ Lúcio de Mendonça, “O Ano Novo” in *A Caminho*, p. 86.

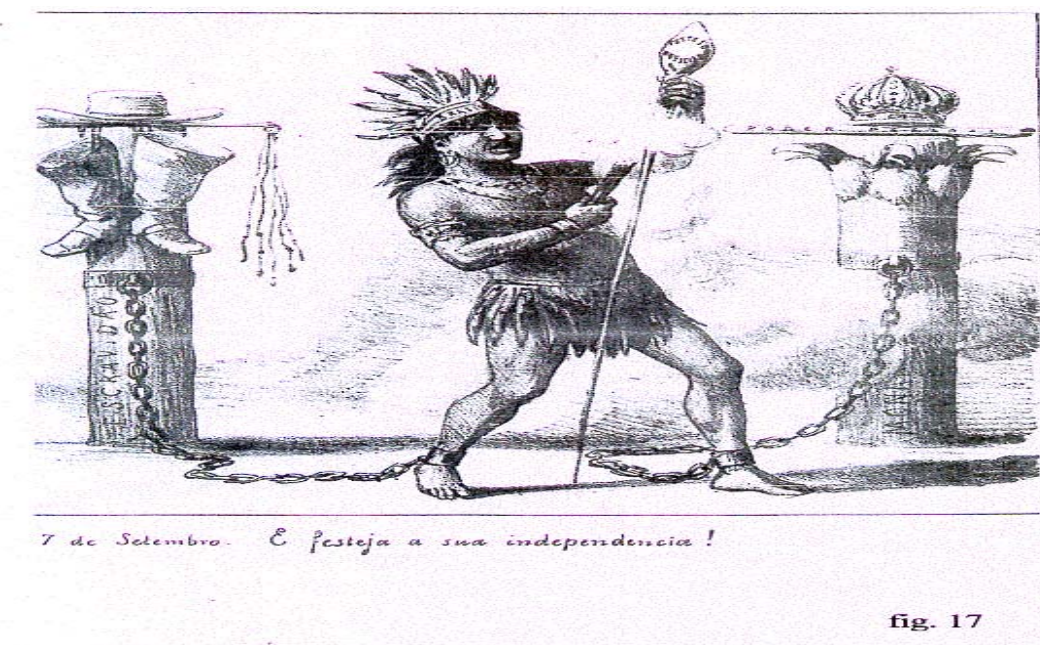
⁶⁰ In *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1889.

⁶¹ Apud Evaristo de Moraes, op. cit. p. 45.

“oportunidade”⁶². A Revolta do Vintém produziu um considerável desgaste na imagem do regime e do Imperador. Mas, em 1882, Lúcio de Mendonça ainda via uma adesão popular que era preciso ser desmontada, como comenta: “O povo governa-se como quer ou é governado como consente que seja. Entre nós o povo ainda consente em ser governado pela monarquia. É necessário, é urgente, que deixe de consentir nisso ...”⁶³

Em 1883, por ocasião do assassinato do jornalista Apulcro de Castro, dono do jornal *Corsário*, a *Revista*, rebelando-se contra a impossibilidade crítica da imprensa diante da coerção do governo, vai mais além e, através de ilustrações, diz que não se pode mais “endireitar o que está torto [a palavra “progresso” é apontada]” e legendando a imagem do índio-Brasil, cego, proclama: “abrir os olhos a quem não quer ver e supor civilizado quem ainda é selvagem ...”⁶⁴

Por ocasião das festas anuais de comemoração da independência, em 1885, aquele periódico apresenta o índio-Brasil com uma perna amarrada à “escravidão” e a outra à “monarquia”, o quadro encimado pelos dizeres: “poder pessoal”⁶⁵ (fig. 17⁶⁶).



⁶² “Oportunismo” na doutrina de Comte significa saber pesar o momento sociológico para mudanças necessárias — porque exigidas pela sociedade num determinado estágio social da evolução — para que ela não descaíça para a revolução. Revolução é, pois, um instrumento legítimo quando o sistema não permite as reformas imperiosas.

⁶³ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 236-237.

⁶⁴ *Revista Ilustrada* de 31 de outubro de 1883.

⁶⁵ *Revista Ilustrada* de 12 de setembro de 1885.

⁶⁶ In *Revista Ilustrada* de 12 de setembro de 1885.

Na *Casa de Pensão* de Madame Brizard, um dos pensionistas “não aceita emprego nenhum do atual governo, e espera a ocasião de ‘pegar numa espingarda e fuzilar as velhas instituições de seu miserando país’.” Outros só se referiam “aos homens do poder com palavrões brutais e desabridos.” A população das pensões era composta, em boa parte, de pessoas que haviam perdido posições sociais, engrossando o exército dos marginalizados e, portanto, “através dos cerrados negrumes daquela miséria e daquele ressentimento, nada enxergam de bom e de legítimo [no regime]”⁶⁷.

Buscando justificar a discutida e intrigante atitude de Floriano Peixoto no dia da Proclamação da República, Evaristo de Moraes — que a presenciou — sustenta que o prestigiado militar não quis derramar sangue inutilmente “na defesa *improfícua* de um governo impopular e de um regime em manifesta decadência”⁶⁸. É fato assente que Ouro Preto não encontrou quem se dispusesse a defender o regime naquele momento dramático.

Silva Jardim afirma que o que o animou ao combate foi que “a opinião pública quase geral do país perdera a confiança no trono”⁶⁹. É ele que mais se vale do par antônimo assimétrico como estratégia de persuasão. Introduz a conferência já citada, “A Pátria em Perigo”, com a afirmação de que duas correntes de elementos opostos se debatiam na nação: as tradições egoístas, aristocráticas, do privilégio, o espírito de retrogração, contra os fortes, os novos, os elementos populares de paz, trabalho, liberdade, fraternidade, progresso e ordem, que era representado pelas pessoas ali reunidas⁷⁰.

Em outra conferência com o mesmo título é pela dicotomia que a inicia: teologia e monarquia versus ciência e república⁷¹. Na primeira de suas conferências realizadas no Rio de Janeiro, em junho de 1889, opõe ele o regime do privilégio, de casta, do passado, ao governo da opinião, do futuro, ligado à tradição brasileira e americana⁷².

⁶⁷ Aluísio Azevedo in op. cit., pp. 319 e 321.

⁶⁸ Evaristo de Moraes, op. cit., p. 12, grifo meu.

⁶⁹ Antonio Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 224. No seu artigo de 11 de março de 1889, Rui Barbosa manifesta a mesma convicção, muito embora a relativize falando do ministério conservador: “já não há quem confie no governo! E este sentimento público basta para o qualificar” (“Reagir pela Vida” in op. cit., tomo I, p. 44).

⁷⁰ Antônio da Silva Jardim, “A Pátria em Perigo” in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 49.

⁷¹ Antônio da Silva Jardim, “A Pátria em Perigo” in op. cit., p. 80.

⁷² Antônio da Silva Jardim, “A República no Brasil” in op. cit., p. 143.

A estratégia persuasiva de explorar uma oposição assimétrica comparativa entre as duas formas de governo é a estrutura mesmo dos capítulos iniciais do seu compêndio sobre o regime republicano — no que copia o *Catecismo Republicano* de Alberto Salles e *A República Federativa* de Assis Brasil. Buscou escrevê-lo em linguagem simples, como declarou, já que visava a doutrinação da massa. Em 1889, esse livro já estava na 13ª edição e foi publicado em diversos jornais do país. Assim é que à soberania de um, opõe a soberania popular; ao privilégio, a opinião pública (que é a nação); a um senhor hereditário, um chefe eleito; a um monarca inviolável, sagrado e irresponsável, um chefe violável, profano e responsável; a um regime que tutela a sua população infantilizada, um outro de um povo emancipado. E conclui dessa forma singela: “Monarquia, ruim; República boa: quanto mais Monarquia, mais atraso; quanto mais República, mais progresso”⁷³.

Também sob a forma do apelo emocional, Jardim se vale da estrutura dicotômica. Ameaçado de morte, realiza a conferência de 30 de dezembro de 1888 na *Sociedade Francesa de Ginástica*, onde desde o início é aparteado seguidamente, sofrendo o discurso repetidas interrupções. Na primeira delas, quando da platéia alguém alardeia o talento de Joaquim Nabuco, o propagandista retoma logo a palavra para desafiar a quem for, com ou sem talento, a defender a monarquia, a se dispor a “viver pela monarquia como eu me disponho aqui a defender a República, a morrer pela República”⁷⁴.

É nessa mesma linha exploratória que ao escrever uma “Carta Política ao País e ao Partido Republicano”, após as agressões sofridas na tal conferência — e que foi reproduzida no jornal *O País*, na íntegra e, em partes, na *Revista Ilustrada* —, lembra que não tinha por si senão o “Pensamento e a Palavra” que foram sufocados pela “Arma e pela Revolução”⁷⁵.

No seu “Manifesto à Província da Bahia”, transcrito na *Gazeta de Notícias*, fala de um duelo entre a tirania e a liberdade⁷⁶. Escrevendo uma série de artigos para a coluna “Política Republicana” do mesmo jornal explica que seu intuito ao viajar com o Conde d’Eu para o norte do país foi o de que “a presença

⁷³ Antônio da Silva Jardim, “A República no Brasil” in op. cit., p. 181 e 182.

⁷⁴ Antônio da Silva Jardim, 2ª Conferência na Sociedade Francesa de Ginástica in op. cit., p. 281.

⁷⁵ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in op. cit., p. 319.

⁷⁶ Antônio da Silva Jardim, “Situação Política Atual” in op. cit., p. 391.

de um agitador republicano, ao lado do pretendente ao trono, plantava no cérebro popular as duas teses de monarquia e de república em luta constante”⁷⁷.

De fundamental importância foi o artigo de Rui Barbosa, logo no início de sua atuação através do *Diário de Notícias*, em 1889. Avisando que ainda não se bandeara para o lado republicano, adverte, entretanto que a monarquia deveria ser capaz de sustentar uma comparação com a república e não reprimir a propaganda. O texto já tem no seu título uma declaração de princípios: “Liberdade ou República”. Apesar de longa, a citação é importante para se ter idéia dos termos daquele debate e da força que já adquirira a idéia republicana:

Sustentamos que a propaganda republicana é legítima, legal, benfazeja, e gloriosa. Sua legitimidade nasce da pureza do seu patriotismo; sua legalidade na natureza de uma constituição, que se declara a si mesmo reformável, em todas as suas instituições, pela soberania nacional; sua utilidade, da ação reconstituente, que as lutas ardentes pela democracia vêm exercer numa sociedade apodrecida pela inércia; sua glória, da filiação, que a liga pelo entusiasmo aos magníficos modelos contemporâneos desse regime peculiarmente americano.

Se não suporta o contato destas opiniões, o embate destes movimentos, a monarquia não é digna de existir.

Há de mostrar-se tão compatível com a democracia, tão capaz da liberdade, quanto a república, se não quer que esta acabe varrendo-a do continente republicano. Há de defender-se, opondo aos seus inimigos o caráter dos seus estadistas, a amplitude das suas reformas, a distensibilidade das suas instituições.

(...)

Mas não se iludam: a monarquia de bandeira branca não se nacionalizará na América. Se quiser cortesãos, e não cidadãos, a dinastia está perdida.⁷⁸

A mesma preocupação tem Joaquim Nabuco. Fazendo de sua coluna, “Campo Neutro”, em *O País*, uma tribuna em defesa da monarquia, adverte para o perigo de não se acreditar na força do republicanismo. Também nesse caso, é importante dar-lhe inteira voz:

Mas a realidade é outra: a realidade é que o partido republicano é uma força que ninguém pode mais destruir, e à qual é preciso que a monarquia oponha pelo menos a fé em si mesma. (...). Para fazer frente ao movimento republicano (...) é preciso uma política que possa ser oposta à república com probabilidade de prevalecer sobre ela na opinião independente e patriótica do país.

Sem essa política, está visto que a república não terá competidor. (...). Depois de ter ganho as províncias do sul, onde está quase triunfante, ela ganharia com facilidade as do norte, hereditariamente democráticas.⁷⁹

⁷⁷ Antônio da Silva Jardim, “Sinais da Vitória”, artigo na coluna “Política Republicana” da *Gazeta de Notícias* in op. cit., p. 428.

⁷⁸ Rui Barbosa, “Liberdade ou República”, 17 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 90 a 98.

⁷⁹ Joaquim Nabuco, “Campo Neutro” in *O País*, 15 de setembro de 1888.

Francisco Cunha fazendo um balanço do regime monárquico no Brasil nega-lhe qualquer benefício, mesmo o da tão propalada paz interna. Para ele, “uma miragem à qual nossos pais sacrificaram a república.” Nem garantiu ele a paz externa. O estado econômico e financeiro era desastroso. A administração figurava como a “mais complicada e prolixa do mundo, centralizada na Corte e centenas de léguas dos administradores”. Deficientes também eram as classes militares, o ensino, e o sistema eleitoral. Os “imigrantes voltam as costas aos nossos convites.” E a opinião pública não existia entre nós “com força social”⁸⁰.

É famoso o discurso de Ferreira Viana quando de uma das muitas dissoluções da Câmara. Levanta, então, o político conservador, um violento libelo contra quarenta anos de opressões, sujeições e quase usurpação da liberdade constitucional. Assim ele termina: “Sobre as ruínas do princípio popular, o novo César caricato ousa encorajar os que vacilam ou temem”⁸¹.

No seu levantamento de manifestações de monarquistas contra a monarquia, Evaristo de Moraes lembra essa afirmação de Afonso Celso, pai: “A Monarquia no Brasil ainda não produziu o mínimo bem”. Uma proposição que bem nos remete àquela outra acima citada do republicano militante, Francisco Cunha. O jurista republicano registra ainda que de um Joaquim Nabuco — que asseverou que a monarquia não dispunha mais de defensores, assumindo esse encargo nos anos finais do regime — chegou-se a ouvir: “Há nesse país duas instituições que eu não sei se se estimam ou se odeiam, mas sei que se unem para avassalar tudo o que quer ser independente e livre — a Monarquia e a Escravidão”⁸².

Também em versos, mostrava-se o peso da monarquia sobre o povo, um casamento de forças desiguais:

Ele é rude sujeito honrado e generoso
Forte e trabalhador. Ela é toda franzina
(...)
Jura-lhe amor [ela], e tem-lhe ódio rancoroso
(...)
Deixa-se despojar [ele], e trabalha calado
Ela com uns padres vis anda de mancebia,

⁸⁰ Francisco Cunha, “O Partido Republicano Federal II” in op. cit., pp. 226 a 228.

⁸¹ Apud Evaristo de Moraes, op. cit., p. 46.

⁸² Apud Evaristo de Moraes, op. cit., p. 46. O autor lembra, ainda, que Oliveira Viana se referiu a uma “campanha demolidora do Império”, onde “a propaganda antidinástica era feita pelos próprios monarquistas” (ibid, ibidem).

E, fartos, riem dele, o enorme desgraçado.

Ela é a messalina, a barregã sombria,
(...)

Ele chama-se — Povo, e ela — Monarquia.⁸³

Em 1888, Valentim Magalhães publica *Horas Alegres*, das quais consta sua fantasia cômica, “O Império da lei”, nome de um país fictício. As personagens da farsa são “Sua Majestade Imperial”, a “LEI (que é invisível), sacratíssima esposa de Dom Direito Zero”. Outra peça inclusa no volume é “O País do Café”, o “reino da corrupção! A tirania com pés de lã”⁸⁴.

A equação comparativa: privilégio = atraso X talento = progresso foi muito explorada pela propaganda republicana⁸⁵. O que se colocava, no nosso recorte temporal, era uma premissa já assente no Ocidente: a Revolução Francesa e suas congêneres tiveram sua justificação e legitimação pela destruição do regime do privilégio, o Antigo Regime. A este fato emblemático, se somou um empreendimento teórico que o novo tempo inaugurado com aquela Revolução conseguiu introjetar nos corações e mentes: a idéia do progresso contínuo, da evolução.

Como vimos, Comte deu às aristocracias e à monarquia um lugar histórico. No entanto, no presente, já teria ela cumprido sua função. Lúcio de Mendonça verseja: “Tu [o czar] quiseste encerrar o Futuro e a Esperança / Num círculo de ferro — a Coroa”⁸⁶. De forma didática, ensinava Francisco Cunha que a monarquia só podia repetir o mesmo tempo:

A monarquia acompanhou o progresso da sociedade até onde o interesse lhe permitia chegar. Agora ela puxa para trás a sociedade e a sociedade puxa para adiante. Esta tem que caminhar fatalmente; é a sua lei. (...)

(...)

Essa renovação necessária dos instrumentos do progresso, renovação que se tem operado no trabalho e na ciência em ampla escala, aumentando a produção do braço humano e os domínios da razão, é uma ameaça de morte para a monarquia, velho e rotineiro instrumento, muito caro e muito imperfeito. (...)

(...)

⁸³ Lúcio de Mendonça, “O Consórcio Maldito” in *Vergastas*.

⁸⁴ Valentim Magalhães, “O País do Café” in *Horas Alegres*, p. 56.

⁸⁵ Os dados dessa equação só serão desmontados em parte quando, já em plena República — mais especificamente na década de 1920 — atribui-se maior talento aos políticos do Império, embora não se correlacionasse, então, a este fator qualquer índice necessário de progresso.

⁸⁶ Lúcio de Mendonça, “A Morte do Czar” in op. cit.

Por isso a monarquia se esforçará o mais possível por deter-nos na rotina e no atraso, dificultando todo o instrumento moral do progresso.⁸⁷

Sucedeu-lhe, segundo a doutrina positivista, a sociedade industrial, baseada na ciência, indutora do progresso capitalista, o que implicava entregar seu comando aos mais capazes pelo talento ou pelo mérito. É o que emprestava sentido a afirmações tais: “Nós republicanos do Brasil estamos convencidos que a monarquia é um estorvo constante ao progresso”⁸⁸.

Por longo tempo, durante o Império, os monarquistas tiveram por si um poderoso argumento que descredenciava, pela via da evidência, aquela equação inicial: as Repúblicas latino-americanas. Por isso brandiam o seu exemplo desqualificante como recurso ótimo para justificar e garantir adesões ao regime, fazendo calar os desideratos descentralizadores e democráticos, que pediam um olhar mais distante que mirasse os Estados Unidos. A diferença de formação das duas ex-colônias era de molde a esvaziar tal apelo, o que não impedia, é bem verdade, o aceno com o modelo inglês para a organização política do novo Estado brasileiro. No mais, a América Latina era o espelho mais veraz.

Mas para desgraça dos monarquistas, no entanto, o espantinho das repúblicas vizinhas só podia, no nosso contexto, espantar os passarinhos do campo. Ao contrário, o espelho compunha, agora, imagens de progresso e estabilidade: Argentina, Chile, México (às vezes, mesmo a Colômbia era citada). Diante delas, destoavam os “emperrados”, a enferrujada máquina do Estado brasileiro, a última nação escravocrata, sem instrução, sem indústrias, comandada por homens privilegiados por seu aulicismo. Lúcio de Mendonça ataca a “tríplice legião dos ociosos” — príncipes, padres, funcionários públicos — e resume: “O privilégio, sob as formas mais odiosas, é a substância da monarquia”⁸⁹. Tudo isso provocava, segundo os textos de época, um ambiente de inércia, de anomia, que estragava “as forças vivas do país”.

Contra esse estado de coisas se levantava o exemplo do acelerado progresso argentino, da estabilidade do Chile ou ainda o México de Porfírio Dias, tocado pelos jovens “científicos”. Ademais o desenvolvimento, a natureza aconfessional do regime político deles atraía uma qualificada imigração

⁸⁷ Francisco Cunha: “Embustéria” in op. cit., p. 552.

⁸⁸ Francisco Cunha, “Ao Público” in op. cit., p. 467.

⁸⁹ Lúcio de Mendonça, “Retrospecto” in *A Caminho*, p. 311.

espontânea. Num artigo louvando a institucionalização do casamento civil na Argentina, Rui assim faz o seu fecho: “o Brasil está condenado, pela força pessoal das influências dinásticas, a representar, no continente novo, um retrógrado pedaço da mais velha Europa (...)”⁹⁰. Até o Haiti, adotando a liberdade religiosa, nos ultrapassava. Compara Rui: “E aqui está o grande império!”⁹¹ Com o desenvolvimento argentino, só comparável ao dos Estados Unidos para o jornalista, a esperança dos jovens brasileiros estavam cada vez mais “em Washington e Buenos Aires”⁹². Quando da visita do couraçado chileno ao Brasil, no final de 1889, o jornal *O País* elenca as já muito divulgadas características daquela república: coesão nacional, riqueza, sólida estrutura governamental, grande e próspero desenvolvimento da sua civilização, integridade proverbial das suas magistraturas e expansão do sistema de instrução popular⁹³.

A exploração da dicotomia entre inércia e privilégio induz à dedução da superioridade de um regime sobre o outro. Vamos ouvir a argumentação de um teórico, cuja obra foi muito difundida nos anos 1880, inclusive entre militares, como já nos referimos em outro capítulo. Assis Brasil afirma que “o caráter essencial da república é a ausência absoluta de privilégios de toda e qualquer espécie: por isso só há democracia na república”. O sucesso maior da propaganda foi colar a idéia de democracia ao regime republicano. Por isso, para distinguir de qualquer outra acepção antiga, aquele doutrinador brasileiro diz que “a democracia legítima” só existe na república⁹⁴.

Também já vimos que na nova concepção de democracia não estava ausente a noção de distinções sociais, mas distinções estabelecidas pelo mérito e pelo talento. Um sentimento democrático que disputou com o sentimento aristocrático a adesão da opinião pública, já agora entendida como uma categoria bem mais ampla do que a dos proprietários.

Os segmentos ilustrados colocados à margem do sistema, buscavam acesso a ele reclamando do preterimento dos mais capazes. Alertavam que sem o concurso do talento, a estagnação forçosamente seria a norma. E atemorizavam: sem o sentido da “oportunidade”, abria-se o caminho da revolução.

⁹⁰ Rui Barbosa, “O Casamento Civil na República Argentina”, 14 de abril de 1889, in op. cit., tomo II, p.1.

⁹¹ Rui Barbosa, “Liberdade Religiosa”, 23 de maio de 1889, in op. cit., tomo II, p. 477.

⁹² Rui Barbosa, “República Argentina”, 25 de maio de 1889, in op. cit., tomo II, p. 491.

⁹³ *O País*, 12 de outubro de 1889.

⁹⁴ Assis Brasil, *A República Federal*, pp. 3 e VII.

A dicotomia privilégio e atraso versus talento e progresso ganha grande força persuasiva. Graças às visualizações de fácil compreensão popular utilizadas pela *Revista Ilustrada* — e que foram por nós descritas no 2º capítulo dessa tese — a idéia se difunde. Para uma camada mais culta, valeram, além delas, textos doutrinários, literários ou mesmo jornalísticos.

5.3

Não Há Reforma com a Monarquia

Vai ficando evidente com o correr do tempo para a opinião pública que as travas do sistema impediam as reformas, embora fosse claro para os homens do governo a sua imperiosa urgência. Desde 1862 foi esse o dilema colocado pela dissidência: “Ou a Reforma ou a Revolução”. Passadas duas décadas elas ainda se arrastavam pelas câmaras legislativas. Lúcio de Mendonça, em 1880, dirá que aquele brado foi pura frase de efeito, pura retórica⁹⁵.

Essa incapacidade do sistema em se adaptar às inovações que se operavam na sociedade brasileira e no mundo teve peso decisivo na queda da monarquia. O Estado construído pelos “saquaremas” atingira já há tempos seu ponto máximo de eficiência e não tinha elasticidade para incorporar mudanças porque elas alterariam a substância mesma de sustentação das elites.

A decepção maior ficava por conta da obra pífia dos gabinetes liberais. Silva Jardim, na primeira conferência na *Sociedade Francesa de Ginástica* para responder a artigos de Joaquim Nabuco no jornal *O País*, analisou: “Não fez reforma alguma [o Partido Liberal], porque mudanças não são reformas (...)”⁹⁶.

No início da década de 1880, França Junior faz em *O Globo Ilustrado* uma narrativa política: “Houve um partido chamado *Liga* (...). Chama-se a nova caravana — o *progressismo*. O progressismo deu à costa na praia do desengano. Surgiu depois uma outra caravana com rumo certo, tendo, porém, à frente ainda a mesma bandeira e sob outra denominação. Foram os reformadores”⁹⁷.

Assim é que se entendia o sistema como uma máquina enferrujada — com conservadores ou com liberais. A ilustração da *Revista*, em 9 de janeiro de 1880, desenha Sinimbu escorregando por uma ladeira, onde se lê “impopularidade”. Em

⁹⁵ Lúcio de Mendonça, “Atualidade Política” in op. cit., p. 118.

⁹⁶ Antônio da Silva Jardim, “Pela República contra a Monarquia” in Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 274.

⁹⁷ França Junior, “Notas de um Vadio IV” in *Folhetins*, p. 309.

5 de novembro de 1887, a cabeça de Cotegipe é desaparafusada para se descobrir que ela é oca, seus ouvidos tapados e seus olhos sofrendo de catarata.

Até a gestão de Rio Branco podia-se ainda se proclamar as vantagens da monarquia, alegar que ela se adequava às “idéias avançadas”. Comparativamente em relação às repúblicas vizinhas, o país era próspero, unido e tranquilo. A Argentina só vai se estabilizar em 1880.

Uma agenda de reformas era um clamor nacional, especialmente no que tocava à questão servil. A impossibilidade do sistema em abrir-se sem se quebrar manifestou-se no emperramento das reformas. Lúcio de Mendonça tem clara visão de que “com os meios de ação a que se limitam”, os liberais não realizariam nunca “nenhuma reforma política fundamental, de natureza francamente democrática”⁹⁸. O termo democracia já tem uma conotação que não estava no pensamento dos formuladores do Partido Liberal. O texto, portanto, se descola da tradição liberal, ressignificando a linguagem política. É a mesma linha de raciocínio do republicano Francisco Cunha para quem a monarquia só faria reformas secundárias, porque as reforma capitais fortificariam “o elemento democrático em detrimento do privilégio”⁹⁹. Aqui o antigo e tradicional termo “elemento democrático” é acoplado a novo significado. Por isso recomenda aos liberais que nada fizeram em cinco anos de governo: “Façam-se republicanos”¹⁰⁰. E vale-se de novo vocabulário político: “A monarquia é o sistema das ficções”¹⁰¹.

A campanha de Rui Barbosa no *Diário de Notícias*, em 1889, foi o demonstrativo vivo da impaciência com essa timidez institucional. Mas as reformas que propunha ele para salvar o regime — federalização e democratização da monarquia — exigiriam uma refundação do Império, minando as bases de sustentação da camada social privilegiada que já começava a não enxergar no regime o instrumento ótimo de manutenção de suas prerrogativas. Agora, a sagacidade do conservadorismo brasileiro talvez estivesse percebendo a mudança inelutável. Mais valia, pois, mudar para permanecer. Mudar e impedir a revolução. O diagnóstico dos contemporâneos é claro: “As instituições estão

⁹⁸ Lúcio de Mendonça, “A Situação” in op. cit., p. 229.

⁹⁹ Francisco Cunha, “As Reformas Imperiais” in op. cit., p. 551.

¹⁰⁰ Francisco Cunha, “Ação Liberal” in op. cit., p. 487.

¹⁰¹ Francisco Cunha “Ação Democrática” in op. cit., p. 491. O termo “ficção” era moeda corrente, entre republicanos — e não só entre eles — para designar o caráter simbólico do chefe de Estado numa monarquia por ser ele um ser sagrado, inviolável e inimputável, enfim, qualquer coisa de fantasmagórica, mas não uma pessoa humana, real.

dando lenha para se queimar e fazendo aos seus inimigos uma grande provisão de munições”¹⁰². Em 1889, o *Diário de Notícias* transcreve uma circular de candidatos conservadores da Bahia, onde se pode ler:

É convicção minha que não é da essência do partido conservador fazer, a todo o transe, questão de forma de governo.

(...)

(...) se erros acumulados, geraram a desconfiança e o indiferentismo pela atual forma de governo, não vejo que seja incompatível com o partido conservador, que lhe seja vedado aceitar a reforma que parece impor a vontade nacional.

(...)

Quanto à autonomia das províncias, estou com os mais adiantados: pouco se me dando que com a federação se possa conciliar a instituição monárquica, mero acidente na nossa vida política!¹⁰³

Num artigo que ficou famoso, Rui, ao responder à indagação de como se poderia evitar a revolução, radicaliza a senha liberal, transmutando-a em “reforma com ou sem a monarquia”. A reforma era a única estratégia para a conservação. Entretanto, diante das amarras interpostas pelos diversos governos, o que parecia era que a monarquia não as queria. Nesse caso, “se a monarquia não quiser as reformas radicais, o partido liberal resolver-se-á em partido republicano: eis a solução liberal”. E acusa duramente o governo pela existência de um clima revolucionário:

Os cinquenta anos, que datam da maioridade consistem numa longa história de resistência às reclamações reformistas da opinião (...). Tudo teve sido resistência; e de tal resistência, pela reação das aspirações comprimidas, nasceu a abolição, nasceu a preamar republicana, a revolução que cresce para nós.¹⁰⁴

Por outro lado, no campo republicano as posições se acirram. A aposta evolucionista, ainda esposada no final do regime, é fortemente submetida a questionamento. É bem conhecido, por outro lado, o fato de que foi a moção da Câmara Municipal de São Borja (RGS), exigindo uma consulta à nação para decidir sobre a oportunidade do 3º Reinado, que lançou Silva Jardim na campanha republicana. Essa proposta foi advogada por um certo número de republicanos ou de simpatizantes da causa. Outras câmaras pelo país afora respaldaram a moção do município gaúcho. Rui Barbosa garante a legitimidade da proposta porque os

¹⁰² Júlio Verim, “Nunca se Viu” in *Revista Ilustrada* de 6 de julho de 1889.

¹⁰³ Dr. José Marcelino de Souza, ex-deputado do 12º distrito in *Diário de Notícias*, 20 de agosto de 1889.

¹⁰⁴ Rui Barbosa, “E se a monarquia não quiser?”, 2 de maio de 1889, in op. cit., tomo II, p. 223.

que por ela se baterem “não incorrerão em procedimento revolucionário”¹⁰⁵, posto que uma mudança de governo estava prevista como possibilidade pela constituição.

Com a propaganda de Silva Jardim, a revolução ganha foros de legitimidade num espectro mais vasto de adesões. Não por acaso, a via revolucionária que implantou a República teve à sua cabeça o líder evolucionista, Quintino Bocaiúva.

Em 1879, quando da discussão da reforma eleitoral, o republicano Felício dos Santos tinha ainda a perspectiva otimista de que se a vontade nacional se fizesse representar, qualquer artigo constitucional poderia ser reformado independentemente da vontade do monarca¹⁰⁶. Das páginas do jornal *Colombo*, Lúcio de Mendonça admoesta contra essa esperança vã, contra o “grande engano dos que pretendem chegar à república pela monarquia”¹⁰⁷. Para ele, portanto, desde sempre, a república só viria pela revolução. Com os liberais e pela legalidade não se chegaria a ela. O único meio é a revolução, que Lúcio defende como um meio legal porque a salvação pública é a lei suprema e o que deriva do exercício da soberania nacional pela vontade popular é um ato legítimo. Os democratas liberais ou republicanos oportunistas — termos cunhados por Cristiano Ottoni, segundo Lúcio — se enganavam na sua estratégia porque “não pode haver democracia por outorga da monarquia”¹⁰⁸. Fixemos aqui a atenção na dificuldade em se achar o termo justo para dar expressão a uma diferenciação da tradição liberal. Cristiano Ottoni vale-se de uma conjugação buscada no vocabulário conhecido para dizer outra coisa, um democrata liberal. Ou apela para um vocabulário novo, de extração positivista, republicano oportunista. No começo da década de 1880, o vocabulário político vai se modificando e acabará no final dela por clarear sua distância daquele aplicado antes pelos liberais.

¹⁰⁵ Rui Barbosa, “O Direito de Reunião”, 18 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 99.

¹⁰⁶ A possibilidade de uma reforma através de uma constituinte parece ter sido o temor de José Justiniano da Rocha e a ameaça ao final de seu panfleto, onde adverte para a possibilidade de uma “nova reação democrática” que atire contra “todo o edifício político, e todo o edifício social” os que “quiserem uma constituinte” (José Justiniano da Rocha, “Ação: Reação: Transação” in R. Magalhães Júnior, *Três Panfletários do Segundo Reinado*). Mais realista e conhecedor das leis, Lúcio de Mendonça lembra que qualquer projeto de uma Constituinte para se tornar lei teria que passar pela sanção do Imperador, que podia usar de seu direito de veto ou dissolver a Câmara (“A República pela Monarquia” in *A Caminho*, p. 17).

¹⁰⁷ Lúcio de Mendonça, “A Reforma Liberal” in op. cit., p. 11.

¹⁰⁸ Lúcio de Mendonça, “A República pela Monarquia” in op. cit., p. 17.

É esse arrazoado que ganha as mentes no final do Império: as leis da História empurravam a evolução no sentido da democracia. E esse termo não mais era entendido como um governo de representação, um governo constitucional. A grande vitória da propaganda republicana foi estabelecer uma sinonímia entre democracia e república. E democracia é entendida agora como o governo de todos, diferente de um governo de privilegiados, constitucionalmente representados.

É nesse sentido que Lúcio é sensível à inovação da prática política pelos radicais desde a década de 1860: a tribuna das ruas com suas “conferências populares”. Lembra ele que Quintino Bocaiúva quando retornou do Prata valeu-se do *Teatro São Luís* para explicitar sua opção republicana, opção já vazada em nova argumentação: “perante um auditório eletrizado pela sua mágica palavra, condenava a monarquia representativa, ‘hermafrodita e por isso estéril’”¹⁰⁹.

Um programa de extensão da cidadania era entendido pelos radicais e positivistas de maneira muito ampla, embora não fosse ele, certamente, o ideal de todas as correntes republicanas. Silva Jardim, que reúne em si o radicalismo e o positivismo, percebe esta perspectiva como uma continuação da luta abolicionista, que era um “programa conjunto de reformas sociais, como o que hoje visa politicamente a República”. Esta se colocava no estágio de evolução do Ocidente, no momento da “incorporação do proletariado moderno”. Se o governo que decretou a libertação dos escravos, não fez as reformas subsequentes, se o escravo continuava como dantes, é porque faltava-lhe “convicções abolicionistas”¹¹⁰ reais. Numa conferência em desagravo à “questão militar”, publicada em *O País* de 27 de novembro de 1888, analisa o propagandista que só sobraram duas forças no país: “O Exército e o povo” (...) fundindo-se ambas em uma só coletividade: a dos cidadãos”¹¹¹.

¹⁰⁹ Lúcio de Mendonça, “A Monarquia Democrática” in op. cit., p. 28. O epíteto de hermafrodita dado à monarquia constitucional se baseia na idéia de que só há duas formas de governo: a monarquia ou a república, tendo cada uma delas seu lugar na história. A monarquia representativa ou “temperada” seria uma forma transitória, um degrau intermediário da evolução entre o absolutismo — inerente ao regime monárquico — e a república. De qualquer maneira, não se aceita que seja ela uma democracia porque o chefe de Estado é hereditário. Nesse mesmo artigo, Lúcio refere-se à “anglomania” de Rui Barbosa e dos “aclamadores da monarquia temperada”.

¹¹⁰ Antônio da Silva Jardim, “Treze de Maio”, artigo na *Gazeta de Notícias* de 13 de maio de 1889 in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 353 e 354.

¹¹¹ Antônio da Silva Jardim, “Soldado em Guarda” in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 239.

Vemos aqui os monarquistas perdendo a guerra simbólica, valendo-se — para fragilização deles mesmos — de um vocabulário que os desqualificava. Ao fim e ao cabo, da monarquia sobrava uma forma, sem conteúdo específico. Será fácil, então, no término da década, quando a nova cultura já estava difundida, espalhar a idéia de que uma “sombra vã”, um “simulacro” — porque demente — continuava a dispor, por aberração, de um imenso poder¹¹².

Por isso a reforma eleitoral só seria uma verdadeira reforma se viesse a “afirmar a soberania dos governados”, o que poderia, destarte, ser qualificado como uma “reforma democrática”¹¹³. A reforma democrática para os republicanos radicais seria aquela que incluiria “os infelizes que produzem a riqueza”, uma reforma que instituisse uma sociedade igualitária, como resultado da aplicação da razão humana porque a igualdade não era uma utopia¹¹⁴. É por isso que entendem alguns republicanos que o Partido Liberal já tinha “sua nobre missão concluída”, já havia entrado “no período de decadência progressiva, a qual ataca os partidos que já não respondem às exigências do progresso social”. Chegara ao fim a monarquia de inspiração inglesa: “Tréguas à anglomanía. Sejam os brasileiros, isto é, sejam os americanos”¹¹⁵. E ser americano, significava ser republicano. A superioridade desse regime era evidente: “A república forma cidadãos, a monarquia súditos”¹¹⁶. A palavra cidadão tem forte teor igualitário e sugere uma maioria civil frente à minoria infantil e servil dos súditos. Silva Jardim começava invariavelmente as suas conferências com o invocativo: “cidadãos!”.

O regime quis mostrar que podia suportar aberturas, adaptar-se às necessidades do país. Foi o intuito do imperador em diferentes ocasiões. Quando assumiu o gabinete, Sousa Dantas disse que queria dar diretrizes ao seu partido, o

¹¹² Estou me utilizando aqui dos termos que Rui Barbosa adotou para defender a validade contemporânea do regime monárquico, desde que optasse ele pela democracia, conforme foi citado no capítulo 2 dessa tese: “bastava uma imagem, um sinal, uma forma, uma sombra vã, um simulacro”.

¹¹³ Lúcio de Mendonça, “A Situação” in op. cit., p. 232.

¹¹⁴ Francisco Cunha, “A Revolução de Paris” in op. cit., p. 187. O autor rebate as teses dos monarquistas correspondentes de jornais brasileiros que da Europa usavam termos como “demagogia”, “vil canalha”, “despotismo da multidão” para caracterizar o movimento da Comuna de Paris. Contra essa interpretação, Francisco Cunha explica que a Europa se encontrava, naquela época, dividida em dois campos de guerra: reis e privilégios versus os infelizes que produzem a riqueza e pagam impostos. E ele se pergunta: “A razão não encontra um meio de constituir a sociedade humana sem a odiosa divisão de opressores e oprimidos?”. E ele mesmo responde que era possível a existência de uma sociedade melhor organizada porque a igualdade não era uma utopia (op. cit., p. 185 a 187).

¹¹⁵ Francisco Cunha, “Abstenção e Revolução” in op. cit., pp. 196 e 195.

¹¹⁶ Francisco Cunha, “Organizemo-nos” in op. cit., p. 197.

liberal, diante das pressões por reformas, mostrando tanto aos conservadores quanto aos republicanos que elas eram possíveis dentro do regime monárquico.

Mas o marasmo, as protelações, acabaram por demonstrar o contrário, ou seja, formou-se a convicção de que as reformas não se podiam realizar com a monarquia e, no entanto, sem elas, a modernização do país estava descartada.

Esse convencimento auxiliou a propaganda republicana. Tanto que o último gabinete acreditou inutilizar a revolução assumindo as reformas requeridas pelos republicanos.

Para estes, entretanto, a república seria a última das reformas pela liberdade e democracia. Isso fica claro no poema de Luiz Delfino, *Fiat Libertas*. Também nas festas pela Abolição em Santos, Silva Jardim advertiu: “A obra está inacabada”¹¹⁷. Já bem antes, numa sessão da Câmara dos Deputados, em maio de 1879, o republicano Saldanha Marinho propugnava por uma revolução pacífica das idéias até “a reforma desejada”¹¹⁸.

5.4 Popularidade de D. Pedro II

Apesar da progressiva desafeição ao regime com o correr da década de 1880, o imperador continuava a ser bem visto pelo povo. Suas qualidades, muitas vezes tão incensadas, ainda eram reconhecidas, apesar de submetidas, com muito maior frequência do que em qualquer outra época, à galhofa. Nada mais taxativo do que esse comentário na “Coluna Republicana” do *Diário de Notícias*: “Esta conclusão [a de harmonia entre aspirações democráticas e monarquia] emana fatalmente das relações entre o povo e o sr. D. Pedro II. Sua Majestade não tem inimigos pessoais. Sua política cavou profundos descontentamentos, mas não gerou ódios, e os seus próprios adversários políticos não visam o indivíduo quando atacam a instituição”¹¹⁹.

É bem conhecido um texto de Machado de Assis, de 1867, no qual ele manifestou uma opinião política. Disse, então, que de suas preferências uma era impossível, a República de Platão, mas que a outra já era uma realidade, o sistema representativo. Em relação ao Brasil, concluiu, naquela ocasião:

¹¹⁷ Antonio Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 88.

¹¹⁸ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 257.

¹¹⁹ *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1889.

Eu peço aos deuses (...) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais alumiou. Não frequento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. Ama o seu país e acha que ele merece todos os sacrifícios.¹²⁰

Quando no início da década de 1880, notícias chegavam aos jornais brasileiros de atentados anarquistas a soberanos europeus, se vemos, de um lado a defesa de tais atos por parte de órgãos como a *Revista Ilustrada* ou por Lúcio de Mendonça, por exemplo, por outro fica claro que no Brasil o nosso rei não seria nunca alvo de tanto ódio. Em 2 de abril de 1881, estando o imperador em Petrópolis, observa ironicamente aquele periódico: “Aqui não se tem medo de bombas, mas de que o povo apuie o Rei que só sai acompanhado”.

Assistimos mesmo a situações insólitas como aquela de Felício dos Santos ser acusado por Rui Barbosa de “republicano imperialista” devido à sua admiração por D. Pedro. Ao que aquele retruca explicando que era republicano por princípio “e não por ódio ao melhor monarca que poderiam ter”¹²¹.

Embora criticado pelo pouco apreço ao exercício do governo — crítica mais ligada à sua contumaz sonolência em atos públicos ou interesse por assuntos científicos e filosóficos —, ninguém discutia o amor de D. Pedro pelo país.

Causou comoção sua partida para a Europa em busca de tratamento para seu diabetes. O atentado de que foi vítima em 15 de julho de 1889, provocou generalizada repulsa no país, mesmo dentre os republicanos. O jornal *O País* rodou diversas edições extras e recebeu durante bastante tempo solicitações das províncias por maiores esclarecimentos e detalhamento sobre a ocorrência, além de telegramas de solidariedade.

A tentativa de implicar os republicanos no atentado mostrou-se improficua porque o culpado foi logo pego e confessou ter agido moto próprio, embora se dissesse empolgado com o teor das festividades do dia anterior. Quintino explicou que o Partido Republicano visava unicamente “a conquista moral dessa maioria da opinião — fonte donde se derivam todos os direitos e todas as delegações”¹²². A *Revista* sintetiza melhor: “No Brasil não há partido que fosse capaz do atentado”¹²³. Mais uma vez a “Coluna Republicana” do *Diário de Notícias* faz

¹²⁰ Apud Wilson Martins, op. cit., p. 197.

¹²¹ Wilson Martins, op. cit., p. 257.

¹²² Quintino Bocaiúva in *O País*, 17 de julho de 1889.

¹²³ “Inquérito” in *Revista Ilustrada* de 27 de julho de 1889.

distinção entre o monarca e o regime: “Nem o império é uma tirania, que seja urgente esmagar na cabeça, a tiros de revolver; é uma podridão, uma imensa esterqueira, que havemos de remover a vassouradas”¹²⁴.

O retorno de D. Pedro II ao país em 1888 deu ensejo a uma aclamação geral: desde muito cedo os bondes desciam apinhados de gente para a cidade engalanada, segundo descrição da *Revista* que, na edição de 25 de agosto, afirmou: “podendo-se dizer que o imperador atravessou a cidade em meio de um viva unísono e de uma ininterrupta salva de palmas. (...) a cidade está em júbilo”.

Mas também é certo que o monarca sofria enxovalho dos opositores que se valiam para tanto de um vocabulário malcriado e, freqüentemente, grosseiro. Por outro lado, essa liberdade da imprensa era, com justiça, muito incensada. É polêmico o quanto os contemporâneos sentiam como real essa liberalidade. Em variados tipos de textos assistimos a regulares reclamações sobre certas censuras veladas, indignação com casos de empastelamento e agressões policiais a jornais, assim como muito se criticava os “a pedido” oficiais nos jornais favoráveis aos governos.

De forma jocosa ou vazado numa terminologia agressiva e contundente, faz-se na década de 1880 a dessacralização da figura do imperador. E como ele é a Coroa, o que se atira à sua face respinga sobre a monarquia.

A sua fama de sábio, filósofo, astrônomo, artista, poeta, estudioso, servia também de mote para deboches. Era comum — como nos carros carnavalescos — representá-lo de luneta observando as estrelas. Já era de praxe textos, aberta ou veladamente críticos, se iniciarem com os termos “nosso sapientíssimo e imperial senhor” ou “o sábio universal, o memória prodigiosa, o fino político”¹²⁵. Na edição de 13 de janeiro de 1883, a *Revista* noticia que “os sábios astrônomos de Paris já [havam recebido] telegramas do mais sábio dos reis sobre a passagem de Vênus”.

Em geral, é visto como um homem bondoso e simples. Mesmo a língua ferina de Lúcio de Mendonça ameniza pelos adjetivos a substancialidade do abominável poder pessoal de D. Pedro. Num de seus poemas, caracteriza-o como “Calígula jogral”, como “tirano bonachão”¹²⁶. É a mesma imagem que nos dá a

¹²⁴ *Diário de Notícias*, 31 de julho de 1889.

¹²⁵ *Revista Ilustrada* de 30 de setembro de 1882 e de 14 de fevereiro de 1880.

¹²⁶ Lúcio de Mendonça, “A um Senador do Império” in *Vergastas*.

Revista: “Sua majestade é um príncipe bonachão”¹²⁷. Em 1886, sendo D. Pedro bem recebido quando de uma de suas viagens pelo país, diz que “o povo, em geral, mostra-se muito monarquista”¹²⁸.

J. Dast, articulista daquele periódico, não concorda com os traços de personalidade revelados no retrato de D. Pedro feito por Décio Vilares. Não gosta da figura orgulhosa, recolhida e sombria porque, para ele, o imperador não era tristonho nem pensador. Se não tivesse o peso do cargo, seria antes “bom homem, alegre, jovial e resoluto”¹²⁹.

Uma das maiores acusações que se fazia a D. Pedro era a de que ele seria “um desvirtuador de caracteres”. O mesmo articulista reclama:

O Sr. D. Pedro Segundo não merece talvez todos esses ataques de que tem sido objeto, nem tão pouco esse desdém. O pretendido desvirtuador de caracteres não é talvez senão um irresponsável descrente. O indiferente não é talvez senão um filósofo. Nunca quis mal a ninguém, nem mesmo aos criminosos. Perdoa os seus ladrões. Exerce o poder pessoal. Mas de quem a culpa? (...) Porém é sua finura que é imensa, a sua tática que é habilíssima? Ou os homens que são demasiado fáceis de abater e desmoralizar?¹³⁰

A defesa de J. Dast nos mostra, por outro lado, que o imperador também tinha desafetos que criticavam seu caráter. Na década de 1880, o símbolo da figura real, sagrada, é, com mais frequência e mais fundamente, conspurcado. Já no início da década, o mesmo periódico diz que “a coroa tem sido descoberta, desrespeitada mesmo”¹³¹. E disso quem muito se incumbiu foi ela própria. São incontáveis as vezes que retratou o imperador dormindo. Essa observação, leve e jocosa de início, vai aos poucos assumindo um tom mais crítico onde o que aparece é um desinteresse pela coisa pública. Em 7 de abril de 1883, é retratado com um *Guide de Voyage* caindo do colo devido ao seu estado de sonolência e na legenda se lê: “o Todo Poderoso cuja indiferença para os negócios sérios do país, o povo começa a notar”. Em 1885, mostrando o rei à janela, de luneta, reclama: “a monarquia se ocupa com o que se passa no mundo da lua”¹³².

¹²⁷ *Revista Ilustrada* de 11 de março de 1882.

¹²⁸ *Revista Ilustrada* de 15 de julho de 1886.

¹²⁹ J. Dast, “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada* de 24 de março de 1883.

¹³⁰ J. Dast, “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada* de 26 de maio de 1883. Esta fama, entretanto, manteve-se até o fim. Em maio de 1889, Rui Barbosa, resume a atuação do monarca: “Corromper os caracteres, as corporações, as classes era a sua especialidade, evitando embates e mares revoltos” (“A Moléstia do Imperador” in op. cit., tomo III, p. 135).

¹³¹ *Revista Ilustrada* de 14 de fevereiro de 1880.

¹³² *Revista Ilustrada* de 28 de julho de 1885.

O tom da imprensa oposicionista é mais duro. Indignado com a morosidade das reformas e o descuido para com os interesses mais imediatos do país, Lúcio de Mendonça exagera alegando que do ano anterior “fica-nos a impressão de quem contempla o sono pesado de um imbecil, sacudido às vezes pelas garras do pesadelo: pesada imobilidade preguiçosa, entrecortada de rara agitação enferma”¹³³.

A essa figura sonolenta sucederá ao final da década as insinuações de demência. Em 18 de maio de 1889, a *Revista* passa a desconfiança de que em relação aos boatos sobre o “miolo mole”, “il y a quelque chose là”. O uso da expressão francesa revela talvez uma certa timidez ou auto exigência de recato para tratar do assunto.

Em 1881, na estadia de veraneio em Petrópolis e na viagem a Minas, D. Pedro caiu do cavalo algumas vezes. A notícia, sem importância maior, conta pela brincadeira desrespeitosa: “Felizmente o Poder Moderador [o imperador é desenhado sentado no chão] não ficou muito machucado”¹³⁴ (fig. 18¹³⁵).



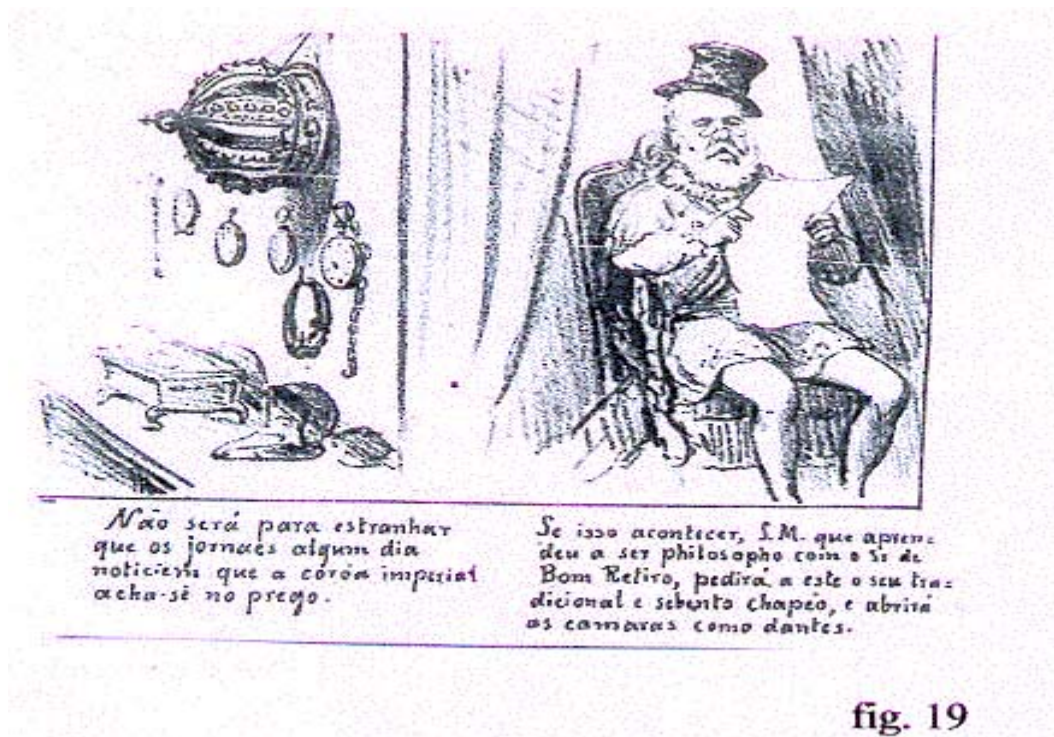
Os folhetins sobre o roubo das jóias da Coroa, saídos em 1882, são fatos marcantes dessa dessacralização. Aliás, aquele acontecimento deu panos para manga. A imprensa se fartou em críticas e gracejos. No fim do ano, na narrativa ilustrada de suas páginas centrais, a *Revista* diz que o rei anda tão distraído que qualquer dia lhe levam os papos de tucano para servir de indumentária no teatro e

¹³³ Lúcio de Mendonça, “O Ano Passado” in *A Caminho*, p. 279. O autor se referia ao ano de 1883.

¹³⁴ *Revista Ilustrada* de 9 de abril de 1881.

¹³⁵ In *Revista Ilustrada* de 9 de abril de 1881.

até mesmo “a Coroa irá para o prego”. Mas isso não traria qualquer constrangimento à Sua Majestade que “aprendeu a ser filósofo” e comparecerá à cerimônia da fala do trono com um chapéu (fig. 19¹³⁶).



Temos visto como a *Revista* mudou de atitude em relação ao governo, à monarquia e à família real após a Abolição. Durante o Gabinete João Alfredo foi só elogios e defesa do governo, colocando na sua alça de mira crítica os republicanos — de 14 de maio. Mas a 13 de maio de 1889, indignada com a indiferença da Coroa diante da epidemia que grassava em São Paulo, conclui o periódico: “Todas as simpatias que o governo conquistara numa hora de decisão perdeu-a em meses de letargo”¹³⁷.

Atos de desrespeito ao imperador eram notícia. O redator de um jornal católico se vangloriava de não mais cumprimentar o imperador. O diretor do *Liceu de Artes e Ofício* só recebia Sua Majestade “em completo *debraillé*: a gravata desatada, chinelo de tapete, etc, em sinal de pouco caso.” O imperador é vítima contumaz, sem direito de defesa, das brincadeiras dos carros carnavalescos¹³⁸. Essa imagem carnavalesca lembra aliás um poema de Fontoura Xavier, que ficou famoso na época, no qual D. Pedro é tratado de “régio saltimbanco”.

¹³⁶ *Revista Ilustrada* de 26 de novembro de 1882.

¹³⁷ Júlio Verim “Superior à Situação” in *Revista Ilustrada* de 13 de abril de 1889.

¹³⁸ *Revista Ilustrada* de 7 de fevereiro de 1880, de 30 de novembro de 1883, de 11 de fevereiro de 1883 e 29 de fevereiro de 1884, respectivamente.

Escrevendo seu livro de memórias já no século XX, Medeiros e Albuquerque pode ser tomado como intérprete de outra vertente de análise do caráter e da personalidade de D. Pedro II, neste caso nada lisonjeira. Realmente, no final da década de 1880 os retratos do imperador eram mais sombrios do que luminosos. Contrário à monarquia, busca o jornalista e poeta desfazer as aludidas qualidades do rei, acreditando que, na realidade, o imperador era “um charlatão hipócrita”. Reproduz no seu livro um argumento que se tornou comum: “No entanto — caso assombroso — os que possuíam esse incrível museu de perfeições [os membros da família real] não as defendiam, quando eram diariamente atacadas e no dia em que a Revolução varreu fora, espanou, atirou longe toda essa coleção de admiráveis maravilhas, ninguém, se levantou pata defendê-la. Ninguém absolutamente”¹³⁹.

Continua ainda o memorialista no mesmo tom: se já se tornava razoavelmente reconhecido não ser o imperador nenhum sábio ou poeta — do que, aliás, ele mesmo tinha perfeita consciência —, vangloriava-se, ainda, sua honestidade e patriotismo. Quanto ao primeiro caso, Medeiros e Albuquerque diz ser fácil a honestidade quando se tem garantido para si e para sua família vastas dotações do tesouro nacional. Em relação ao patriotismo, usa, em parte, os mesmos argumentos já batidos: o pouco que se obtivera de desenvolvimento fora obra da evolução do povo e da ação de alguns estadistas. Não revelava, pois, nenhum interesse ou capacidade do rei que, embora viajasse para a Europa e os Estados Unidos, nunca chegou a conhecer todo o Brasil¹⁴⁰.

Por fim, enfrenta Medeiros a “lenda que posteriormente se procurou espalhar, e em que muita gente acredita, de que o Imperador era ou adorado ou, pelo menos, muito estimado”. Garante ele que ela “nada tem de verdadeiro”. Aquele que a lenda diz ter sido “cercado de uma verdadeira adoração popular” não teve por si “nem um gato pingado”¹⁴¹.

O testemunho provavelmente tendencioso de Silva Jardim nos dá, por exemplo, uma outra versão em relação à recepção ao imperador quando de seu retorno da Europa. Diz ele que, no dia seguinte, o que lhe espantou foi surpreender o “olhar silencioso, frio, inquiridor” do povo. Acrescenta ainda que

¹³⁹ Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 95.

¹⁴⁰ Ibid., p. 95-96.

¹⁴¹ Ibid., p. 106.

logo que o carro do monarca passou, a mocidade dos cafés prorrompeu em vivas à república, a Saldanha Marinho, a Quintino, a Silva Jardim e a Lopes Trovão. Conclui, então: “Donde, em face do monarca enfermo, nota-se apatia indiferente do maior número, politicamente cretinizado”¹⁴².

Quanto à Medeiros e Albuquerque, explicava ele que as realezas eram cercadas de nobres. Já D. Pedro II não criara uma aristocracia hereditária porque queria se utilizar das titulações como instrumento de sujeição. Portanto, “não havia classe alguma interessada na sua conservação”¹⁴³.

Silva Jardim, em discurso público, assim faz o retrato do imperador: “Natureza essencialmente medíocre, inteligência fraca, caráter irresoluto, sentimentalidade estreita”. Rebate, em seguida, todas as propaladas qualidades de D. Pedro II para terminar dizendo que a arma que melhor manejava era a da corrupção. Quanto à sua sabedoria, descreve-a como a “indigesta memorização de retalhos de erudição científica”¹⁴⁴. Fortemente abalado com a agressão que sofreu da Guarda Negra na sua famosa conferência de 30 de dezembro de 1888, quando escreve sua “Carta Política” no início de janeiro de 1889, sobe o tom quanto à caracterização do monarca. Agora, o qualifica como “o comodista, o pedantocrata, o imprevidente, o retrógrado, o cético, o corruptor, o fraco, o hipócrita, o minuciomaníaco, o demente, que apodrece, apodrecendo a Pátria”¹⁴⁵. De qualquer maneira, é significativo que tenha taxado a popularidade de D. Pedro de “usurpada e passageira”¹⁴⁶, o que significa que a reconhecia.

O que nos parece mais veraz é que o imperador era benquisto pelo povo, provavelmente em função de sua figura veneranda de pai, ou melhor, de avô. No entanto, a grande agricultura retirou-lhe seu apoio quando o sistema deixou de lhe garantir seu monopólio e, ademais, interferiu substancialmente nas relações dentro da Casa. Entretanto, até mesmo republicanos indignaram-se com o atentado do dia 16 de julho de 1889. Rui Barbosa traduz a indignação geral da “imprensa independente” quando reclama das insinuações de um crime político porque isto seria “não conhecer o sentimento nacional em relação à pessoa de Sua

¹⁴² Antônio da Silva Jardim, “Acefalia Governamental”, seção republicana do jornal *Novidades* in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 250 e 252.

¹⁴³ Ibid., p. 196-107.

¹⁴⁴ Antônio da Silva Jardim, “A Pátria em Perigo” in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 53 e 51.

¹⁴⁵ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in op. cit., p. 326.

¹⁴⁶ Antônio da Silva Jardim, “Acefalia Governamental” in op. cit., p. 244.

Majestade”. E termina incisivo: “O país inteiro está de guarda à vida do Imperador”¹⁴⁷.

Mas, graças em grande parte à propaganda republicana, no final do período a desconfiança sobre a sua capacidade mental tornou-se geral. E o Terceiro Reinado, positivamente, não era do agrado de praticamente ninguém. Quando da viagem do príncipe consorte ao norte na indesejada companhia de Silva Jardim, Rui comentou: “Circunstâncias, que toda gente sabe entre nós, envolvem hoje a família imperial na mais desastrosa impopularidade; e esta concentra-se intensamente sobre o nome do sr. Conde d’Eu”¹⁴⁸. Três dias depois, afirma: “Ninguém já se ilude sobre a perpetuidade da realeza entre nós; e bem poucos, se ainda os há, são os que seriamente contam com o terceiro reinado”¹⁴⁹. Indignado com a mudança de atitude dos liberais após a volta ao poder em 1889, lembra o jornalista os termos com os quais, da Assembléia de Pernambuco, eles qualificaram o Conde d’Eu: “escroc”, “corticeiro”, “especulador ignóbil (...) capaz de vender no balcão da sua usura o torrão nativo da esposa coroadada”¹⁵⁰.

Evaristo de Moraes exprime com mais perspicácia o que seria, naquela fase, o sentimento mais generalizado em relação ao imperador: “Havia — é indiscutível — alguma consideração para com o velho Monarca, tido por sábio e generoso. Mas essa consideração ia, já, degenerando em piedade, sentimento que não basta para garantir tronos vacilantes”¹⁵¹. A veracidade da extensão desse sentimento pode ser medida pela análise de Silva Jardim: “A piedade não se fará covardia”¹⁵².

Foi da generalizada percepção de que o monarca estava “de miolo mole” que se valeu Benjamim Constant para convencer Deodoro na célebre reunião na casa deste no dia 11 de novembro de 1889. Alegou que “o velho já não regula”, que não mais governava, estando o palácio entregue aos áulicos. Aos que o procuravam, diz-se que o marechal insistia na sua afeição pelo imperador: “não desejava desgostá-lo nem vexá-lo. Mas se é forçoso, paciência”¹⁵³. Teria mesmo expressado o desejo de carregar o caixão do velho monarca.

¹⁴⁷ Rui Barbosa, “O Imperador”, 17 de julho de 1889, in op. cit., tomo IV, p. 173 e 175.

¹⁴⁸ Rui Barbosa, “Primeiro Sangue”, 17 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 323.

¹⁴⁹ Rui Barbosa, “Partidos e Idéias”, 20 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 346.

¹⁵⁰ Rui Barbosa, “O Avesso Liberal”, 3 de agosto de 1889, in op. cit., tomo V, p. 25.

¹⁵¹ Evaristo de Moraes, op. cit., p. 12.

¹⁵² Antônio da Silva Jardim, “Acefalia Governamental” in op. cit., p. 254.

¹⁵³ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 359.

A filha de Benjamim, nas suas reminiscências, revela que D. Pedro teria manifestado o desejo de falar a seu pai, quando foi decretado o exílio da família real. Diz ela que Benjamim não aceitou o apelo do monarca “porque ficaria muito comovido”¹⁵⁴. Aliás a programação do embarque para a madrugada é tido como estratégia dos vencedores que temiam a possibilidade de uma reação adversa de populares ou de correligionários da monarquia. É bastante conhecido o belo texto de Raul Pompéia no qual descreve a partida da família real.

Extremamente expressiva é a interpretação de Quintino Bocaiúva, em maio de 1888, sobre as chances de substituição de regime. Em carta a Rangel Pestana, o líder maior do Partido refere-se ao apego do povo brasileiro ao monarca e que, portanto, era necessário aguardar sua ausência porque sem ele as pessoas se sentiriam liberadas. Assim expôs as suas idéias: “A monarquia não tem raízes entre nós. O prestígio do imperador moribundo pode atrasar a nossa causa por muitos anos; porém, morto ele, a emancipação das consciências se fará mais depressa do que a emancipação dos escravos”¹⁵⁵. A apreciação de Quintino é perspicaz: a desafeição ao regime não atingia a pessoa do imperador. Também os positivistas ortodoxos, que rejeitavam a monarquia, queriam uma república com D. Pedro como “ditador”.

No dia 17 de novembro de 1889, o poeta republicano Alberto de Oliveira publica um poema de comemoração da vitória, onde se lê em certo trecho: “A multidão prorrompe em aplausos à liberdade / Esse país era um ‘mar morto’ / Povo bom: pobre imperador / Esse mundo imenso [o Brasil] cujo nome leva [D. Pedro] no coração / Não soubeste reinar. / Tudo veio a faltar, exceto o coração / América não precisa de reis”¹⁵⁶.

5.5 Os Anos de 1888 e 1889

Os dois anos finais da monarquia no Brasil condensaram o que para os contemporâneos era visto como seus melhores e piores aspectos, já agora com todas as questões fartamente expostas e debatidas no espaço público.

¹⁵⁴ Apud Hélio Silva, *1889: a república não esperou o amanhecer*, p. 129.

¹⁵⁵ Apud Eduardo Silva (org.) in op. cit., p. 601.

¹⁵⁶ Alberto de Oliveira, “Ex-Soberano” in *Revista Ilustrada* de 21 de dezembro de 1889.

A Abolição trouxe enorme prestígio para a Coroa. Calou censuras, ganhou adesões inesperadas para o regime e jogou os republicanos em difícil situação para a crítica e a propaganda.

Até então, a atitude contraditória de D. Pedro II manifestando sua adesão ao ideário abolicionista ao mesmo tempo que segurava as reformas emancipadoras deram ensejo a expectativas tanto funestas como apaziguantes, conforme o caso. Mesmo Joaquim Nabuco vacila quanto à melhor interpretação em relação a essas atitudes. Vimos que não sabia dizer se monarquia e escravidão eram instituições que se amavam ou se odiavam.

Como um monarca esclarecido, D. Pedro II era susceptível à idéia de que a escravidão feria os princípios liberais e humanitários. Cosmopolita, desgostava-lhe a imagem externa de um país escravocrata. Aos apelos de governos estrangeiros, respondia com argumentos protelatórios. Mas participou de associações abolicionistas, contribuindo para o resgate de escravos. É crível supor a sinceridade de sua adesão à causa.

Entretanto, os militantes do movimento não perdoavam a morosidade do processo, certos que estavam também eles, como Louis Couty, de que “nunca talvez um homem esteve em condição de fazer tanto por um povo”. Acostumados com o poder pessoal do imperador, impugnavam-lhe a indecisão.

O movimento da Abolição teve um caráter e uma dimensão realmente populares. Havia algo de romântico e de idealista no seu discurso e na vibração que provocava. Dois princípios caros ao Império estavam a ele associados: liberdade e civilização. Portanto, observações como esta deviam causar impressão sobre D. Pedro: “a escravidão (...) um cancro que faz o país cavar a sua própria sepultura e apresenta-o sob um triste aspecto perante a civilização”. A discrepância entre discurso e prática era realçada: “fazem [os parlamentares] brilhantes discursos sobre civilização e liberdade. Isso na verdade faz rir”¹⁵⁷.

A *Revista Ilustrada* teve na campanha abolicionista o principal mote de sua existência e durante toda a década de 1880, em textos e imagens, associou a escravidão ao atraso, como vimos fartamente no capítulo 2. Suas ilustrações tiveram uma poderosa e exemplar função pedagógica, como ressaltou Joaquim Nabuco. Aplaudia ela os atos e falas emancipacionistas, de onde viessem eles, da

¹⁵⁷ *Revista Ilustrada* de 28 de agosto de 1880.

oposição, como da Coroa, dos políticos ou de fazendeiros. Exaltava todos aqueles que se pronunciavam, agiam e, mais ainda, os que se batiam pela Abolição. Em 1885, com a vitória da ala abolicionista nas eleições, retrata o índio-Brasil subindo uma escada, alçado pela mão de uma mulher, em cujo vestido aparece inscrita a palavra “Civilização”, enquanto o texto proclama: “O país galgou mais um degrau no templo do progresso”¹⁵⁸. Quando lavradores de Campos pediram a Abolição em sete anos, esse pronunciamento foi retratado como a entrada deles no templo “Progresso”, guiados pela figura feminina da “Razão” (fig. 20¹⁵⁹).

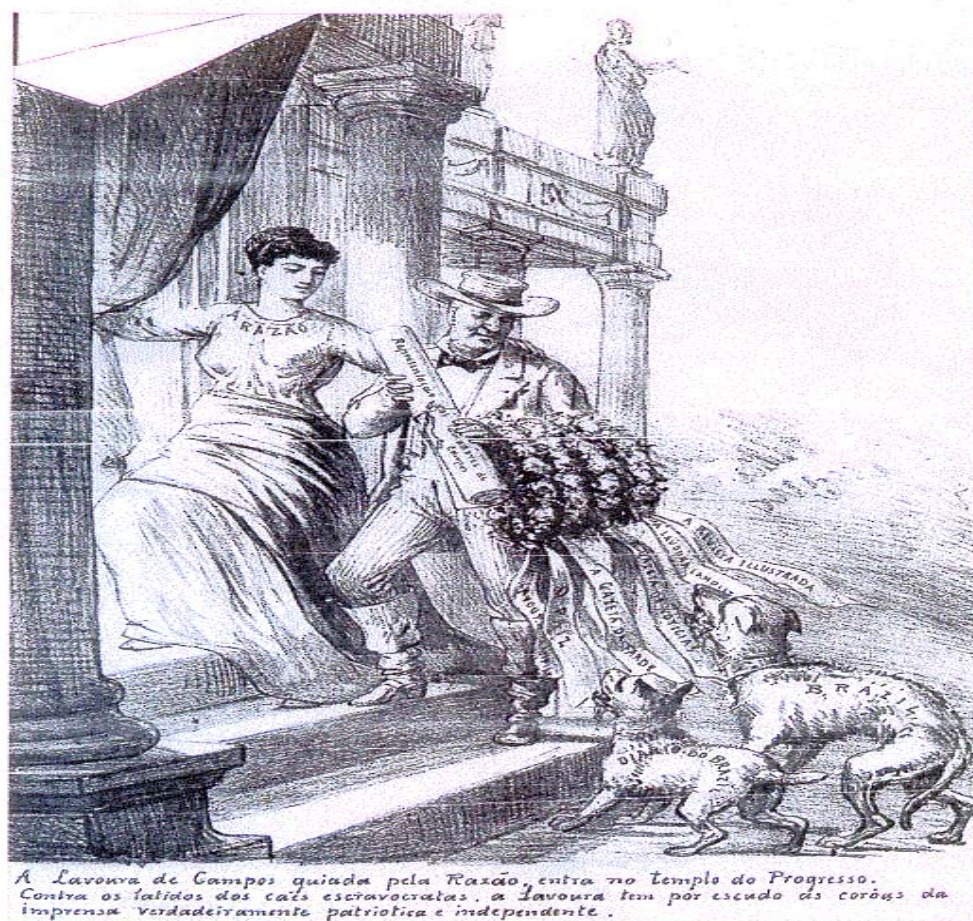


fig. 20

Ao contrário, a Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885 aparece montada num burrinho que assiste passar o trem do progresso, denominado “Abolição”¹⁶⁰. Os militares foram incensados quando se recusaram a servir de capitães do mato.

¹⁵⁸ Revista Ilustrada de 10 de janeiro de 1885. A figura feminina representa idéias abstratas e ideais como liberdade, civilização, república.

¹⁵⁹ In Revista Ilustrada de 28 de fevereiro de 1885.

¹⁶⁰ Revista Ilustrada de 28 de fevereiro de 1885 e 13 de agosto de 1887.

Culpava aquele órgão da imprensa o regime e o soberano pela lentidão do processo. Em 30 de setembro de 1883, lembrando o longo tempo já da lei do Ventre Livre, é com a ilustração do índio-Brasil acorrentado a Presidentes de Conselho que resume: “símbolo da inércia dos que pretendem governar-me, tanto liberais como conservadores.” Nessa toada, a monarquia era a responsável pelo atraso: “o império, essa planta exótica da América, produziu [a escravidão], como uma flor ensangüentada, em fins do século XIX”¹⁶¹. Já em 30 de junho de 1883, apresentara D. Pedro II em congresso internacional com o letreiro “Escravidão” na sua cartola.

A anomalia da escravidão ficava assim marcada em comparação com tudo o que parecia progresso, marcha da história, civilização. Em 1885, diz a *Revista* que se assumisse a fala do trono pediria a abolição total em 1889, porque “na grande festa da Liberdade, o Brasil não pode ser enxotado no meio das Nações civilizadas, como um selvagem”¹⁶².

O movimento teve a adesão engajada da juventude e de grande parte da intelectualidade. Luiz Delfino escreveu poemas abolicionistas antes de Castro Alves e no 13 de Maio entregou ao público seu *Fiat Libertas*. Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, sob a liderança de Luís Gama e depois de Antônio Bento, tinham na província escravocrata motivos fartos de combate. Foram caifazes alguns deles e davam combate através de associações ou nas tribunas e nos jornais. Raul Pompéia, em 1883, ironizou a glória de São Paulo, a província mais rica do país e que se vangloriava de ser um centro das “idéias avançadas”:

A província mais escravocrata deste feliz império, é, sem discussão, sem concorrência ao lugar de honra, sem a mais fugitiva névoa der dúvida, a muito adiantada província do apóstolo das gentes.
Verdade é que o Rio de Janeiro deu o Sr. Paulino e Minas Gerais é a causa desse efeito interessante cognominado Martinho Campos...
Mas, qual! São Paulo está na vanguarda.
É o porta-estandarte da bandeira negra.
Cada um tem suas vaidades ...¹⁶³

A monarquia, pois, era vista como um sustentáculo da escravidão. Mesmo após a Abolição, a *Revista* não se conforma com a distribuição de títulos a ex-

¹⁶¹ “Notas e Impressões” in *Revista Ilustrada* de 18 de fevereiro de 1886.

¹⁶² *Revista Ilustrada* de 8 de março de 1885.

¹⁶³ Apud Camil Capaz, *Raul Pompéia. Biografia*, p. 45.

negreiros¹⁶⁴. É do que se vale a retórica oposicionista. Na sua primeira conferência no Rio de Janeiro, Silva Jardim recrimina: “Pois o imperador sempre foi escravocrata, pela delonga que firmou na solução do problema servil”¹⁶⁵.

O movimento teve tanta aceitação que já ficava difícil alguém apresentar-se como defensor da escravidão. França Junior ridiculariza o fato na peça *Lotação dos Bondes*. Na cena VII, uma das personagens, Ramiro, ironiza: “um filantropo quer comemorar o aniversário natalício da mulher, liberta o ventre de uma escrava de oitenta anos e manda publicar logo em todas as folhas diárias”¹⁶⁶.

Entretanto, com a promulgação da Lei Áurea, a monarquia soergueu-se. A Regente foi feita “a redentora”. Adesões ao regime se multiplicaram, sendo mais notório o caso de José do Patrocínio, conhecido e reconhecido militante do republicanismo, membro que era do Partido que, teatralmente, atirou-se aos pés da princesa. Outra atitude de suma importância para atrair as consciências — e não registrada na historiografia — foi a da *Revista Ilustrada* que se fez uma ardorosa defensora do Gabinete João Alfredo. No artigo “Trigésimo Dia” — em comemoração do 13 de maio —, publicado a 16 de junho, afirma-se nela: “Nunca tivemos no poder um governo tão forte, tão providente e tão cheio de prestígio”. Quando a princesa Isabel derrubou Cotegipe para convocar um novo gabinete com a missão de preparar uma lei da abolição, disse o periódico que o povo considerava a Regente “sua boa estrela” e Ferreira Viana na pasta da Justiça “por si só faria o sucesso de um ministério”¹⁶⁷.

Em abril, com o concurso de republicanos abolicionistas, Ângelo Agostini oferece um almoço no qual ergue um brinde à princesa Isabel. O 13 de Maio provocou uma edição especial do periódico, todo ele dedicado à narrativa exaltada de seus fatos e personagens. Na redação, mais uma vez, “um respeitoso e entusiástico brinde foi levantada à Princesa Regente e à Família Real”. Quando o projeto foi encaminhado à Câmara, a princesa tornou-se “grandiosa, sublime, única”.

Em 28 de junho, o passado de críticas parecia ter se esvanecido: a Lei Áurea era “uma honra ao caráter brasileiro e à nossa adiantada civilização”. Júlio Verim, o mais destacado articulista da *Revista* nos dois anos finais do Império,

¹⁶⁴ *Revista Ilustrada* de 16 de junho de 1888.

¹⁶⁵ Antônio da Silva Jardim, “A República no Brasil” in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 166.

¹⁶⁶ França Junior “Lotação dos Bondes” in *Teatro de França Junior*.

¹⁶⁷ *Revista Ilustrada* de 17 de março de 1888.

escreve no dia 8 de setembro um artigo comemorativo da Independência — “Sete de Setembro” — onde analisa: sempre houve plena liberdade no país, a culpa da escravidão deveria ser atribuída aos partidos, não aos homens de 1822 nem à Constituição, que instituiu uma nação livre, com igualdade perante a lei, diante da qual toda pessoa nascida no Brasil era considerada seu cidadão. Todos os artigos da Carta Magna haviam tentado pôr fora da lei a escravidão, haja vista a abolição do açoite.

No mesmo mês, no dia 29, destacou aquele órgão da imprensa a entrega da comenda pontifícia, a “rosa de ouro”, à princesa com a “aclamação do povo”. Mas certamente de impacto mais expressivo foi a capa de 28 de julho que retrata um grupo de negros depositando flores num altar erguido à princesa, altar encimado pelo título “A Redentora”¹⁶⁸ (fig. 21).

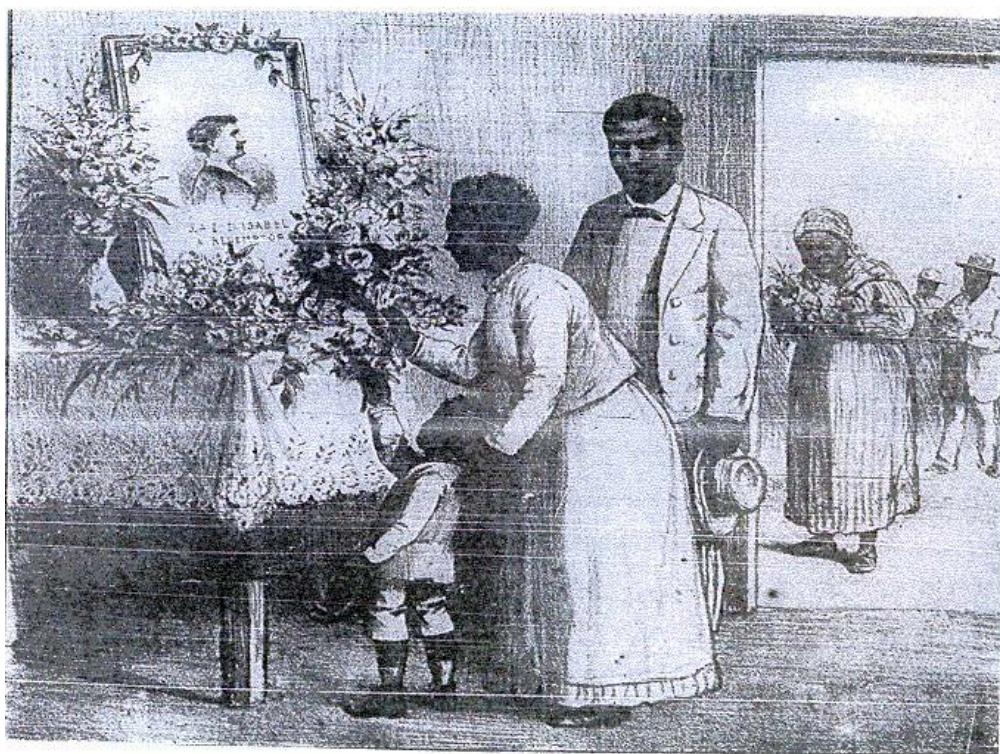


fig. 21

Do grupo se destaca uma mãe ensinando seu filho a homenagear D^a Isabel. E, inaugurando naquele mesmo ano o seu panteão de vultos nacionais, aparece na *Revista*, a 1^o de dezembro, o retrato de D. Pedro II. Já relatamos o destaque que deu à chegada do imperador. Em 21 de julho reproduz uma página ilustrada do

¹⁶⁸ É bem verdade que por suas declarações antiescravistas, D^a Isabel já gozava da bemquerença da *Revista*. Em 17 de março de 1883, a coluna “Ecos e fatos” referia-se às “justas e merecidas simpatias de que goza S. A”.

jornal *Charivari* da cidade portuguesa do Porto com o seu texto: “A abolição da escravatura será uma das páginas mais brilhantes do reinado de D. Pedro II”.

A iniciativa real pela Abolição obscureceu o fato difundido de que a libertação dos escravos era um bandeira do republicanismo. Embora saibamos da timidez do Manifesto de 1870 quanto à “questão servil”¹⁶⁹, da adesão de alguns escravocratas àquele ideário — especialmente os agricultores paulistas —, para a opinião pública, Abolição e República eram “idéias avançadas” que se conjugavam, ou melhor, que não podiam achar-se separadas. Imaginava-se que todo republicano fosse, por princípio, abolicionista. Na sua famosa conferência de 30 de dezembro de 1888, Silva Jardim lembra que “o republicano era claramente considerado um abolicionista”¹⁷⁰.

A forte presença de republicanos na campanha, as declarações antiescravistas de jornalistas, literatos, intelectuais, pelo menos simpatizantes do republicanismo, davam ensejo a essa impressão generalizada. A lista de personagens públicos que poderiam ser incluídos nessa imagem é suficientemente grande para ser listada. Fiquemos com os nomes de dois líderes do movimento: José do Patrocínio e João Clapp.

Desde o início da década, das tribunas das conferências populares no Rio de Janeiro, republicanos se pronunciaram vivamente contra a escravidão e se inscreveram como membros de associações abolicionistas. Os periódicos que mais se bateram pela libertação dos escravos, tinham simpatia pelo republicanismo ou eram vistos como tais: a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, *O País*, a *Revista Ilustrada*. Quintino Bocaiúva — dentro do Partido criticado por Patrocínio por sua posição pouco definida —, na “Circular aos Srs. Eleitores do 1º Distrito do Município Neutro”, de 1º de dezembro de 1885, declara: “Sou também abolicionista na mais genuína expressão deste qualificativo”¹⁷¹.

Muitos republicanos exigiam que a Abolição antecederesse a República. Lúcio de Mendonça, em 1882, diz que se o Partido Liberal fizer a “reforma do elemento servil” como prometia, “terá feito obra maior do que a de todos os

¹⁶⁹ Rebelando-se contra a escolha de Quintino pra a chefia do Partido Republicano, em maio de 1889, Silva Jardim o recrimina por seu evolucionismo e por querer pautar-se ainda pelo Manifesto de 1870, que o propagandista considerava já retrógrado, e que “só muito vagamente, e por dedução combate a escravidão” (“A Situação Republicana” in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 370).

¹⁷⁰ Antônio da Silva Jardim, 2ª Conferência na Sociedade Francesa de Ginástica in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 294.

¹⁷¹ Apud Eduardo Silva (org.), op. cit., p. 594.

governos que tem havido nessa terra”¹⁷². Em agosto de 1884, publica interessantíssimo artigo, que é reproduzido na *Gazeta de Campinas* e comentado no *Província de São Paulo*. Nele, proclama sua total adesão ao abolicionismo, mas não por ser republicano, mas em decorrência da sua condição de cidadão. Entende como “vergonhosa” a demora na solução da questão, que nos absolveria “dessa longa e tremenda culpa”. De qualquer maneira, para ele, o republicanismo é um “promotor do abolicionismo”, o que não impede que pessoas movidas pelo amor à liberdade existam nos dois partidos imperiais, embora raras. Por isso, exige a intervenção do imperador que tem atitude “nobre, generosa e humanitária”. E termina de maneira profética: seria um mau agouro para a República brasileira se a monarquia caísse por uma revolução “ateada pelo escravismo”, porque, nesse caso, ela teria sido implantada “por uma obra da injustiça”¹⁷³.

Em 1888, já escrevendo no jornal fluminense *O Escândalo*, Lúcio elogia a princesa por ter ela corrido riscos com a promulgação da lei, mas lamenta que a sanção dela tenha sido feita em nome de D. Pedro II, que não merecia essa glória.

Entretanto, a adesão de escravocratas ao republicanismo — por mágoa, sensação de traição ou por vingança — manchou a áurea de idealismo que revestia aquele princípio político.

A campanha da *Revista* contra os chamados “republicanos de 14 de maio” foi intensíssima, usando para tanto de todos os seus recursos persuasivos. Alguns republicanos nunca deixaram de ter boa apreciação dela, como foi o caso de Saldanha Marinho por sua luta pela total secularização do Estado, o que o levou a ter grande participação na “Questão Religiosa”; de Lopes Trovão, o inesquecível herói da Revolta do Vintém, visto como um prócer da liberdade, “índole generosa e ardente em que o amor da liberdade é religião”¹⁷⁴. Mas sua principal admiração recaía sobre Quintino Bocaiúva, cujo jornal teve papel ativo no movimento. É quase impossível que seu nome apareça naquele periódico sem receber qualificações como tais: “imaculada honestidade”, “firmeza de suas crenças”, “homem de bem”, “brilhantismo do seu talento”¹⁷⁵, “cometa da imprensa”¹⁷⁶.

¹⁷² Lúcio de Mendonça, “A Situação” in *A Caminho*, 230.

¹⁷³ Lúcio de Mendonça, “Quod Caesaris, Caesari” in op. cit., p. 296 a 298.

¹⁷⁴ Júlio Verim, “Dr. Lopes Trovão” in *Revista Ilustrada* de 10 de novembro de 1888.

¹⁷⁵ “Crônica Fluminense” in *Revista Ilustrada* de 6 de agosto de 1881.

Outros também mereciam elogios. Como a lista seria extensa, citemos Rangel Pestana, “um dos primeiros jornalistas brasileiros, caráter sério e moderado” e Martins Junior, que é um “nome que honra a geração moderna”¹⁷⁷.

Aquele periódico reverencia a grandeza da idéia republicana e tem a França como paradigma da liberdade e da civilização, noção aliás amplamente difundida. Estabelece mesmo um significativo contraste entre um presidente, o francês, e monarcas, os europeus: o primeiro pode sair às ruas sem temor, “anda só e a pé pela cidade e é saudado por todos”¹⁷⁸, enquanto os reis deviam precaver-se de ataques anarquistas. Traduz ela a opinião geral quando revela: “Não é sem razão que eu ligo toda importância à sorte da França. Devemos-lhe muito, devemos-lhe a nossa renovação (...) é ela que irradia para as nações mais velhas essas grandes idéias em que se educa a sociedade moderna (...) abafadas por essas monarquias pelintras, esmagadas pelo clericalismo dissimuladamente despótico”¹⁷⁹.

O amor pela França é uma conseqüência da verdadeira adoração pela Revolução Francesa, aqui comemorada todos os anos. Efeméride que não passava despercebida por quase nenhum periódico. A “marselhesa” acompanhava quase que obrigatoriamente todas as manifestações liberais de rua e, muito

¹⁷⁶ *Revista Ilustrada* de 10 de setembro de 1881. É impressionante o prestígio de Quintino Bocaiuva no meio literário, na imprensa e entre os políticos. Foi eleito “o príncipe dos jornalistas”. Seria mesmo impossível enumerar as incontáveis demonstrações de apreço e admiração que suscitou. Joaquim Nabuco — que, em 1888, recebeu dele permissão para escrever uma coluna, denominada “Campo Neutro”, em *O País*, com a finalidade de defender a monarquia e retrucar as teses republicanas —, em *Minha Formação*, fala do entusiasmo juvenil em conhecê-lo, através dos contatos de seu pai. Qualifica-o como “o jovem Hércules da imprensa” que lhe deu “a primeira idéia de um polemista destemido” (apud Eduardo Silva, org., op. cit., p. 18). Machado de Assis que ingressou, em 1860, no *Diário do Rio de Janeiro* por suas mãos, fez-lhe o retrato em “O velho Senado”. Prezava ele a opinião crítica de Quintino, o que lhe fez pedir a sua apreciação para as suas comédias de estréia, em função da “estima literária e estima pessoal” que nutria pelo chefe republicano (“Correspondência” in *Obras Completas*, p. 125-126). França Junior gabou-lhe o seu drama *Omphalia*, chamando-o de “meu caro Quintino” (“Omphalia” in *Folhetins*, p. 267). O radical Lúcio de Mendonça dedica-lhe sua obra de coletânea de artigos republicanos, *A Caminho*, procedimento idêntico ao de inúmeros literatos, como Luiz Delfino no seu poema *Fiat Libertas*. Há mesmo uma corrente, civilista, que lhe atribuiu a república, como José Maria dos Santos e até mesmo o imperador em carta a Pasteur, publicada no *Journal de Paris* de 20 de novembro de 1889 (apud Eduardo Silva, org., p. 20). Fato é que também lhe impugnavam uma personalidade vacilante, melindrosa, que não se expunha por inteiro. O militante republicano, e também radical, Medeiros e Albuquerque bem exprime essa avaliação: era uma “nobre figura”, “bom; porém hesitante”. Como polemista era, diferentemente dos seus pares, bastante delicado. Repetindo uma expressão corrente, Medeiros descreve sua atuação jornalística como uma “mão de ferro dentro de uma luva de pelica” (op. cit., p. 97 e 98).

¹⁷⁷ “Pequenos Ecos” e “Martins Junior” in *Revista Ilustrada* de 14 de janeiro de 1888 e 1 de setembro de 1888, respectivamente.

¹⁷⁸ A de Lino, “Notícias da Europa”, in *Revista Ilustrada* de 17 de abril de 1880.

¹⁷⁹ *Revista Ilustrada* de 3 de abril de 1880.

especialmente, as de teor republicano. Na edição de 16 de julho de 1881, a *Revista* transcreve uma frase que Machado de Assis copiou de um historiador italiano e que fora publicada no jornal *Rio de Janeiro*. A importância que lhe atribui é sintomático da irmandade de um sentimento que extravasa as fronteiras nacionais. Repetiu Machado: “todo homem tem duas pátrias — a sua e a França”. E acrescenta o periódico: “A festa de hoje [o 14 de Julho] é a da nossa própria família, a família da civilização e da liberdade”.

Certamente, é por ver grandeza na idéia republicana que a *Revista* não deixa de repudiar todas as atitudes de republicanos brasileiros que entravam em contradição com os seus princípios ou com supostas posturas que aquela posição política deveria impor. Quando Lafayette aceita o convite do imperador para dirigir o governo, debocha: “E querem ser tomados a sério!”¹⁸⁰. Em 1885 elogia um distrito mineiro por ter eleito Felício dos Santos, “republicano, livre pensador e positivista”, o que demonstrava que aqueles eleitores não queriam “ministros que prometam ser abolicionistas, e, afinal saiam simples emancipadores”¹⁸¹. Estranho é que no ano anterior, a 30 de junho, do deputado fizera a *Revista* o seguinte retrato: “O Sr. Felício dos Santos (...) como já não pode fazer-se mais republicano, porque já o é, nem escravocrata pela mesma razão, faz-se ateu, porque em seguida a tudo isso era igualmente carola, ultramontano”.

O que parece mais convincente é que aquele periódico distinguia o “republicano sincero” e que via com bons olhos a estratégia “oportunista”. Insiste mesmo no fato de que Gambetta conseguira chegar à república com uma minoria. Mas o mais importante para ela era dar aval a todos os atos liberais. Por isso “também jamais combateremos uma reforma democrática, uma conquista da liberdade, só porque não vem, de longe, acenando com o barrete frígio”¹⁸². Da mesma maneira, elogiara ela, em 17 de setembro de 1881, a opção evolucionista de Quintino, pois a evolução natural é a forma que “devem ter todos os grandes acontecimentos políticos e sociais”.

Uma das críticas que se fazia aos republicanos era sua teorização, sua “abstração”, as discussões filosóficas ou eruditas demais com o que se perdia em atuação pragmática. Em 1886, a *Revista* volta a defender o oportunismo,

¹⁸⁰ “Crônicas Fluminenses” in *Revista Ilustrada* de 26 de maio de 1883.

¹⁸¹ “Cenas Políticas” in *Revista Ilustrada* de 31 de janeiro de 1885.

¹⁸² “Livro da Porta” in *Revista Ilustrada* de 17 de outubro de 1885.

lembrando que Gambetta se unira na França a monarquistas “para extrair uma república”. Era um exemplo a ser considerado: “Para republicano ganhar tem que se aliar com quem estiver mais perto de suas idéias. (...) os republicanos animem a sua idéia a descer das regiões lunáticas, para vir habitar essa terra que precisa dela, como de pão para a boca”¹⁸³.

Entretanto, o fato é que muito desgostou a *Revista* o “oportunismo” — usando-se o termo aqui na mesma acepção que vinha sendo dada pelo periódico — dos republicanos que aceitaram a adesão dos proprietários escravocratas que a partir do 13 de Maio se desligaram da monarquia. Suas matérias, seus termos, suas ilustrações são, então, retumbantes: “seria vergonhoso para o Brasil que o movimento republicano aqui proviesse da libertação dos escravos”. A união de republicanos sinceros com “esses despeitados, os suja”. Atitudes suspeitas do Partido são lembradas: seus jornais estamparam anúncios de escravos fugidos, advogados republicanos defenderam escravocratas, houve conchavo com o governo Cotegipe e muito mais. No momento, por exemplo, não se pronunciavam sobre a questão da indenização¹⁸⁴. Conclui que se é para não se escolher os meios de ação “então é melhor ficarmos como estamos” porque “democracia e escravismo são coisas que não combinam”¹⁸⁵.

O efeito visual de personagens de chapéu chile¹⁸⁶ em conversas — ou em situações excusas — com pessoas portanto barrete frígio é de forte valor simbólico. Nas eleições de abril de 1888, sob o título “A Grande Pescaria Eleitoral”, o barco “Abolição” vai carregado de muitos peixes “de todos os tamanhos e cores políticas” para Ferreira Viana, enquanto o “República” só consegue pequenas “sardinhas republicanas e baiacús negreiros” para Quintino (fig. 22¹⁸⁷).

¹⁸³ “A República ... nas Nuvens” in *Revista Ilustrada* de 31 de dezembro de 1886.

¹⁸⁴ Na semana seguinte, constatam, satisfeitos, que o Partido Republicano se pronunciara contra a indenização aos ex-proprietários de escravos. Mas noticia a 11 de agosto o sucesso da peça de Coelho Neto e Emilio Rouède, *Indenização e República*.

¹⁸⁵ Júlio Verim, “Pobre República” in *Revista Ilustrada* de 23 de junho de 1888.

¹⁸⁶ Com o chapéu chile se representa o homem do campo de posses. Neste caso, o que se quer ilustrar são os proprietários rurais.

¹⁸⁷ In *Revista Ilustrada* de 21 de abril de 1888.

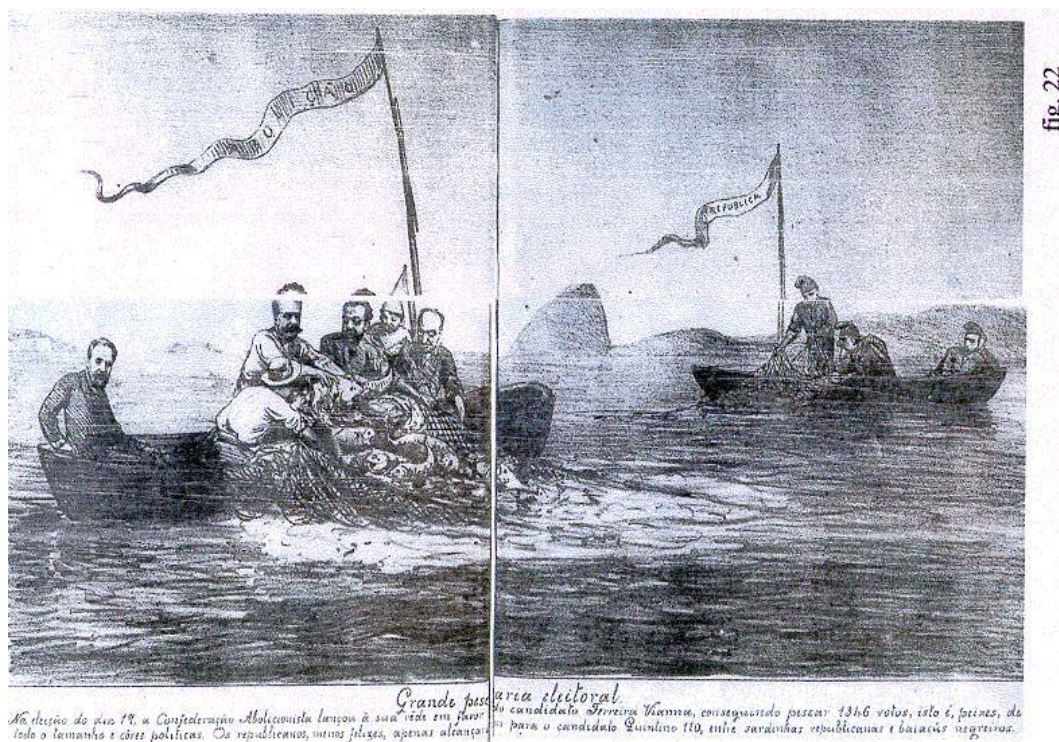


fig. 22

Por isso se deveria fazer, de agora em diante, de Tiradentes um mártir da república e não da monarquia. Quanto a Quintino não precisava ele de se submeter a tais humilhações, não precisava ele do parlamento, porque tinha outra tribuna: a do jornal *O País*¹⁸⁸.

Na ilustração de 2 de junho do mesmo ano, lavradores trocam seus chapéus chile pelo barrete frígio, enquanto são apresentados os “novos cidadãos” — os negros. Nas páginas centrais do número de 16 de junho, Saldanha Marinho conversa com um sujeito de chapéu chile que lhe recomenda que, estando os lavradores despeitados com a monarquia, era então “uma boa ocasião para lançar a rede”, apesar das águas serem “turvas” e o fundo “de lodo”. No quadro seguinte, lavradores e bacharéis da roça vociferam contra a monarquia. O texto ironiza: “Quem sabe eles supõem que a República [uma mulher de barrete frígio] é que vai engraxar-lhe a bota? Que grandes pândegos!” (fig. 23).

¹⁸⁸ Revista Ilustrada de 21 de abril de 1888.



Mais contundente é um quadro de 21 de julho que mostra Cotegipe sonhando em passar o projeto da indenização. Ornado com um barrete frígio, é carregado nos ombros do povo e proclamado presidente, carregando uma bandeira: “República e Escravidão”.

O que acontece é que a *Revista* se tornara uma fervorosa propagandista do governo João Alfredo e incomodava-lhe qualquer ato que pudesse desestabilizá-lo. Assim, quando estourou uma agitação republicana em São Paulo, ela a classificou como “um sarampo republicano, que a liberdade dos escravos fez aparecer na pele dos que não podem tragar o 13 de maio”¹⁸⁹. Porque não se conformava a *Revista* com o fato de que se o governo estava “fazendo política adiantada (...) por que o partido republicano aumentou e agita-se”. Pergunta-se de onde tinha vindo “essa legião que faz manifestos anarquistas com erros de gramática e que os assina de cruz [referência os positivistas ortodoxos]”. A eles se juntavam “as classes parasitas (...) que vêm nos ensurdecer com sua marselhesa do socialismo, da anarquia e da guerra civil”. Mas como “o país está próspero”, o “Zé Povinho” daqui fará como o dos Estados Unidos que surpreendeu os escravistas do sul quando estes já cantavam vitória: “Aqui acontecerá o mesmo”¹⁹⁰.

Com o advento do ano de 1889, mas antes da ascensão do Gabinete Ouro Preto, a continuação e mesmo a exacerbação do clima de agitação política desespera a *Revista*, o que vimos particularmente com a alegoria que introduz essa tese. Assusta-se ela muito com a ação da propaganda republicana sobre os

¹⁸⁹ “Agitação em São Paulo” in *Revista Ilustrada* de 1º de dezembro de 1888.

¹⁹⁰ S. Maciel, “A República do Despeito” in *Revista Ilustrada* de 8 de dezembro de 1888.

espíritos porque a “opinião pública é impressionista” e só quem não tem ligação partidária pode julgar sem “fanatismo”. Os liberais fazem “guerra de morte à um governo, que proclamou a unidade do Brasil (...) e que está trabalhando bastante para a reorganização moral e econômica da pátria”, o que lhe parecia inadmissível. O Partido Republicano usa a Abolição como isca, “falando ao ódio, ao despeito, às vinganças, e apontando aos adversários — a guilhotina”. É um partido que se nivela “aos capitães do mato”, um partido “que se nutre do ódio à liberdade”. E exclama com mordacidade: “E é ele que quer purificar a atmosfera e dar-nos um regime igualitário, talvez como o dos Estados Unidos, que sendo república, teve escravidão por quase um século ... Só uma gargalhada!”. Sugere, então, ao público que “não se deixe levar por essa política”¹⁹¹.

Agora, a *Revista* que passara a década reclamando da lentidão das reformas, acha que não se deve apressar a instalação de uma monarquia federativa, como preconizava Joaquim Nabuco. Ela deveria vir gradualmente, como a Abolição: “As reformas em pequenas doses são as melhores” porque o povo vai fazendo sua educação¹⁹².

Ciente da força de uma campanha que buscava conjugar república e escravidão, Silva Jardim, desde 1888, batalha por isentar os republicanos da pecha de escravistas, enumerando os líderes abolicionistas saídos de suas fileiras e os jornais republicanos ou simpatizantes que defenderam a causa. Ele mesmo, dizia nos seus discursos, advogara para libertar escravos. Reclama que antigos correligionários do movimento abolicionista estivessem agora em guerra contra eles. Em todo o caso, pessoalmente, não gostava de acentuar antagonismos porque não era estratégico para um propagandista criar inimizades. Por isso, diferentemente de outros republicanos, cumprimentava José do Patrocínio.

Quanto à questão da Abolição tinha duas preocupações: 1) convencer os ex-escravos de que a libertação não fora obra da Coroa — do pai desvelado —, porque a monarquia sempre defendera a escravidão, enquanto o ideário republicano propugnava pela liberdade e igualdade; 2) justificar o descontentamento dos proprietários com o trono e a adesão deles à causa republicana.

¹⁹¹ Júlio Verim, “Os Partidos” in *Revista Ilustrada* de 26 de janeiro de 1889.

¹⁹² Tomé Jr., “Federação das Províncias” in *Revista Ilustrada* de 11 de agosto de 1888.

Argumenta o propagandista que atizar os negros contra os republicanos era continuar a exploração deles: “Infelizmente havia almas assaz pervertidas para fazerem do preto o instrumento de suas vinganças políticas. Pobre raça! A exploração de seus filhos não tinha ainda acabado!”¹⁹³

É muito clara — é quase obcecante — a preocupação de Jardim com a reação dos negros durante suas conferências e discursos em praça pública. A frequência com que registra as reações deles é um especioso demonstrativo dessa sua inquietação. Em Angusterra, por exemplo, a ameaça foi grande, mas no caminho houve algumas adesões, inclusive um negro se ofereceu para abrilhantar o comício com sua música. Entrando na cidade, entretanto, eles recuaram. Esse fato arrancou-lhe a observação: “faltava-lhes um branco, a dirigi-los”. Intrigado, chamou um deles que lhe confessou haverem todos sido advertidos de que o seu discurso teria por finalidade escravizar de novo os negros e que “vossemecê quer matar a princesa”¹⁹⁴.

A adesão popular era fundamental para Silva Jardim. Na estrada para Minas Gerais parou em um local onde estivera Tiradentes, o maior de todos os seus ídolos. Quis deixar gravado aí, na pedra, um recado para os viajantes e assina-a também pelo seu pagem porque “eu quis que o homem do povo comungasse com nosso sentimento”¹⁹⁵. Quando, em 1889, já tem quase todas as atenções voltadas para si, declara, peremptoriamente, que só recuaria de sua opção revolucionária diante de uma completa ausência de apoio¹⁹⁶.

Em abril de 1889, durante um banquete oferecido por comerciantes de São Paulo, declara: “Vindo do povo, eu seria um ingrato se não batalhasse pela causa do proletariado, pela causa do Povo”¹⁹⁷. É nesse sentido que Joaquim Nabuco conseguiu ferir profundamente os seus brios, conseguiu acertar no alvo, quando escreveu em *O País* que a propaganda republicana era “uma agitação sem povo, uma revolução que se amanhã saísse à rua pareceria um funeral de chapéus altos” e que o partido tinha vendido sua alma de proletário. E continua seu ataque

¹⁹³ Antônio da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 293.

¹⁹⁴ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 297. Num dos seus artigos no *Diário de Notícias*, Rui registrou com indignação a atitude oficiosa contra a conferência do propagandista em Angusterra (“Libertos e Republicanos “ in op. cit., tomo I, p. 107).

¹⁹⁵ Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 314.

¹⁹⁶ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 331.

¹⁹⁷ Antônio da Silva Jardim, “Política Republicana Revolucionária” in op. cit., p. 339.

qualificando o movimento republicano de “plutocracia infrene”. A ele se contrapunha a “verdadeira democracia brasileira, que é o povo de pé no chão”¹⁹⁸. Jardim debate-se em busca de defesas. Esforça-se por mostrar a presença de proletários nos seus comícios. Esgrime teses como as de que o conceito de 3º Estado não servia mais para definir a categoria “povo”. Povo, agora, éramos “todos nós”. Mas encerra seus argumentos de maneira consistente: se havia poucas pessoas do 3º Estado em seus *meetings*, isso se devia ao fato de que, no Brasil, ele “sempre foi pequena parte em todas as nossas agitações políticas”¹⁹⁹.

Defende ele sempre da tribuna a evolução necessária que levaria da Abolição à República, um recurso aliás de que se serve para explicar a adesão dos proprietários. O mais freqüente, no entanto, é culpar D. Pedro por não ter preparado os lavradores para a Abolição, o que veio a soar para estes como uma traição. Das atitudes do imperador, segundo o propagandista, só se poderia deduzir uma opção escravocrata “pela delonga que firmou na solução do problema servil: que melhor prova que a que fornece a retirada do gabinete Dantas?”²⁰⁰. Sobre a ação da princesa Isabel, reinvidica: “Durante sua regência nenhum ato notável a fez credora de uma tão desejada gratidão. O título de *Redentora* (...) não corresponde a uma verdade (...). (...) a *Redentora* mantinha o escravocrata gabinete Cotegepe (...). (...) depois de os ter liberto, coata pela nação, quer forçá-los ao serviço militar”²⁰¹.

A certa altura, nessa mesma conferência, brada com veemência, sendo aplaudido prolongadamente de pé, enquanto senhoras acenavam com lenços: “O abolicionismo que se desvia para a monarquia é a mais vil escravidão e a mais indigna escravocracia!”²⁰².

Em resposta a um discurso de Joaquim Nabuco proferido na Câmara em 22 de setembro de 1888 — e publicado no *Correio do Povo* em 21 de outubro de 1889 —, reuniu Jardim uma conferência-*meeting* na noite do mesmo dia. Começa por repetir uma frase de efeito que fazia sucesso: “Não, os republicanos que pertencem à classe agrícola, não são republicanos, como ainda hoje se afirmou, por causa da abolição da escravidão; e sim, como o elucidou um eminente

¹⁹⁸ Joaquim Nabuco in O País, 22 de novembro de 1888.

¹⁹⁹ Antônio da Silva Jardim, 2ª Conferência na Sociedade Francesa de Ginástica in op. cit., p. 300.

²⁰⁰ Antônio da Silva Jardim, “A República no Brasil” in op. cit., p. 166. Trata-se da primeira conferência sua realizada na cidade do Rio de Janeiro e que foi publicada na *Gazeta da Tarde*.

²⁰¹ Ibid., p. 167.

²⁰² Ibid., p. 173.

companheiro nosso, depois da abolição da escravidão”, querendo com isso dizer, provavelmente, que após a Abolição, a República era uma fatalidade da evolução. Invoca, também, outra tese que, igualmente, já se fazia popular: depois da libertação dos negros, estava na hora da “abolição da escravidão dos brancos”²⁰³.

Jardim interpreta a Abolição como o fato mais glorioso da nossa história depois da independência. Mas foi “um ato tardio e violento”. Quer mesmo forçar a idéia de que o sentimento abolicionista era maior na lavoura do que no trono. E que não havia culpar só a lavoura porque também nas cidades houvera escravidão.

Por fim, proclama ele que os republicanos aceitam a adesão dos agricultores como aceitarão a dos comerciantes, “representantes do argentarismo burguês” e até de monarquistas. E pergunta: “Que partido principalmente em oposição permanente cometeu já a inépcia de afastar de si os elementos que se lhe agregam”, embora o partido não pudesse aceitá-los quando ainda eram escravocratas. O importante não era verificar a causa do republicanismo agrícola, mas a sua existência. Todas as revoluções tiveram causas econômicas. Portanto, também o despeito era um gerador de revoluções²⁰⁴.

O que sustentou nos seus discursos é que a libertação dos escravos era uma bandeira republicana porque só nesse regime a igualdade era possível. Tentou ainda desvalorizar a ação de Joaquim Nabuco, o mais temível defensor da monarquia, como ele entendia. O deputado liberal só pugnara pela abolição da tribuna do parlamento e do exterior, enquanto ele, Silva Jardim, ia furtar escravos nas fazendas. Isso sim era um abolicionismo revolucionário porque procurava “revoltar no sentimento popular a aspiração da liberdade, e no preto a idéia de um direito”²⁰⁵.

Uma semana depois, promove a famosa conferência na *Sociedade Francesa de Ginástica* onde retoma, dentre outros, o argumento: “a idéia da escravidão liga-se à idéia da monarquia, ao passo que a idéia de república está

²⁰³ Antônio da Silva Jardim, “O Movimento Republicano” in op. cit., p. 199 e 200, respectivamente.

²⁰⁴ Ibid., p. 206, 207 e 208, respectivamente. Também Silva Jardim era um admirador de Gambetta e talvez se considerasse o Gambetta brasileiro em razão das excursões que fez pelo país para divulgar o republicanismo. Diz que propôs ao Partido essa estratégia e como demorava a aparecer alguém com essa disposição, ofereceu-se ele para a empresa: “Não vão agora pensar que eu pretendo ser um Gambetta ...” (*Memórias e Viagens*, p. 99).

²⁰⁵ Antônio da Silva Jardim in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 258. Esta foi a primeira conferência que fez, em 23 de dezembro de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica para rebater as teses de J Nabuco no jornal *O País*.

ligada à de uma plena fraternidade. República e escravidão são, em princípio, como todo o mundo o sente, incompatíveis”²⁰⁶. Isto era tão evidente, como proclamou, que todos os textos teóricos sobre a república no Brasil sempre falaram em abolição, quer fossem os que Alberto Sales ou os de Assis Brasil. Na direção da coluna republicana de *O País*, provoca ele: “Dos paladinos abolicionistas, Nabuco poderia apontar poucos que não fossem republicanos”²⁰⁷.

Rebatendo teses de que a *Revista* parecia destacada porta-voz, Rui advoga que a lei de 13 de Maio não fora obra de nenhum partido, nem da Coroa²⁰⁸, mas uma conquista popular²⁰⁹. Quanto à adesão dos escravocratas ao republicanismo, garante que “essa contribuição não o desmerece” e que “se a agitação republicana fosse só obra do despeito, a monarquia não teria o que temer”. Nesse artigo com o significativo título de “Origens Republicanas”, explica:

Pintar o movimento republicano, que agita a opinião nas províncias mais viris do império, um fruto do ódio negreiro, é levantar o mais clamoroso de todos os falsos testemunhos à história política do país. Os abusos de que a monarquia viveu, de que fez tradição, e que, afinal, a impopularizaram, são a verdadeira nascente dessa reação vigorosa, que encontra os mais sérios pontos de apoio na consciência ofendida da nação.

Não descobrindo outra mácula que irrogar a essa agitação, seus inimigos o que fazem, é confessar a própria impotência e a seriedade daquele movimento.

(...)

O fermento republicano cresce com espantosa rapidez [em Minas Gerais]. (...) não merece [Minas que recebeu D. Pedro I “com dobres de finado”] a gratuita afronta de a supomos bandeada contra as instituições por baixas ganâncias do escravismo. S. Paulo, o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, a corte, o Recife, estão superiores à injúria, que passa sobre a propaganda republicana para ir ferir no rosto os melhores sentimentos da população brasileira.²¹⁰

²⁰⁶ Antônio da Silva Jardim in op. cit., p. 297. Esta conferência foi publicada na *Gazeta de Notícias* a 20 de janeiro de 1889.

²⁰⁷ “Partido Republicano” in *O País*, 4 de dezembro de 1888.

²⁰⁸ Rui Barbosa, “10 de Março”, 10 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 36. Em diversas cidades de São Paulo houve manifestações de negros contra a tese de que a abolição fora obra do governo. Esses comícios foram ameaçados pela polícia. Em alguns deles, os libertos de São Paulo mostraram seu repúdio à Guarda Negra e afirmaram que a abolição fora uma conquista do povo e do exército. Em junho de 1889, alguns deles assinaram um manifesto onde, dizendo-se “sacrificados pela monarquia brasileira durante três séculos”, declararam-se republicanos e opositores da Guarda Negra (in *O País*, 12 de junho de 1889). Mas São Paulo não foi o único local que assistiu a esse tipo de manifestação. No Vale do Paraíba, uma comissão de libertos pediu, em abril de 1889, o apoio de Rui Barbosa para denunciar o não cumprimento da legislação do fundo de emancipação de 1871 que destinava parte do imposto à “educação dos filhos dos libertos”. E assim terminava a missiva: “Para fugir do grande perigo que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade” (Flávio Gomes, “Caderno Mais!” in *Folha de S. Paulo*, 23 de novembro de 2003).

²⁰⁹ Rui Barbosa, “A Política da Ingratidão”, 22 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 149.

²¹⁰ Rui Barbosa, “Origens Republicanas”, 21 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 136 a 144.

Mas a *Revista*, e até mesmo alguns republicanos, achavam que a República podia esperar a Abolição. Raul do Valle, articulista daquele periódico, cita o pernambucano Martins Junior que, com suas “idéias avançadas”, recomendou o voto no monarquista Joaquim Nabuco²¹¹.

Outro ponto de prestígio para o regime, em 1888, foi a sensação de prosperidade que a política emissionista do governo provocou. A *Revista* insistia em que, diferentemente do mau agouro dos que temiam a Abolição, o país estava “próspero, feliz e indiferente a esses baixos manejos”²¹². Acreditava-se mesmo que, com a Abolição, se repetiria aqui o fenômeno norte-americano de prosperidade após a Guerra de Secessão. O gabinete João Alfredo conseguiu um vultoso empréstimo externo, que revelou sua eficácia no aumento da circulação e do crédito bancário.

Nesse clima de euforia econômica, assume Ouro Preto. Converte ele parte da dívida externa e, confiante na estabilidade do câmbio, concede faculdade emissora sobre lastro ouro a bancos do Rio e São Paulo. O capital das sociedades anônimas elevou-se enormemente de maio de 1888 a novembro de 1889. O plano de reformas financeiras do último gabinete deveria se fechar com empréstimos do tesouro à lavoura, o que a proclamação da República impediu.

A paridade cambial foi sempre tida, no Império, como um termômetro de saúde financeira, embora, na realidade, nem ela nem a facilidade de crédito, possam expressar verdadeira vitalidade econômica de um país. Da euforia dos anos finais do Império vai-se cair na armadilha do “encilhamento” durante a República.

De qualquer maneira, a impressão generalizada era a de prosperidade. A rapidez com que se abriam negócios novos e se fazia fortunas, no entanto, causava estranheza e até mesmo indignação e apreensão em alguns que chegavam a comparar o país a uma banca de jogo.

No final de 1888, em pouco tempo houve um conflito em São Paulo, uma moção do *Club Militar* “que muitos consideram uma exorbitância” e um confronto com Deodoro. Como no caso do incidente com Euclides da Cunha na

²¹¹ Raul do Valle in *Revista Ilustrada* de 1º de setembro de 1888.

²¹² S. Maciel, “A República do Despeito” in *Revista Ilustrada* de 8 de dezembro de 1888.

Escola Militar²¹³, também aqui a *Revista* minimiza os problemas, pois não via “questão militar possível” porque o governo era bom. Diante dessa agitação, o articulista pede calma, porque tudo vai bem: os capitais estrangeiros afluem, assim como os imigrantes e “mil indústrias novas se estabelecem no país.” E conclui: “É um quadro novo e deslumbrante. Quem quererá sombreá-lo?”²¹⁴.

Na edição da semana seguinte, o mesmo articulista pede de novo por moderação, tolerância e calma porque o governo havia se instalado há pouco tempo. O que pede é que “sosseguem, pois, os impacientes e os reformadores de 14 de maio: quando uma democracia, como a nossa, toma posse de si mesma, nada pode obstruir-lhe o caminho”²¹⁵.

∴

O ano de 1889 começou debaixo de presságios. Logo no início dele, mobilizada como toda a imprensa e a opinião pública com a repressão à conferência de Silva Jardim de 30 de dezembro de 1888, a *Revista* adverte: “Há quem julque 89 um revolucionário terrível”²¹⁶.

A Abolição trouxe grande prestígio à Coroa, conseguiu adesões de peso e quase silenciou os detratores do regime. Por outro lado, a doença do imperador, a sensação de acefalia governamental e a ameaça do 3º Reinado deram gás à propaganda republicana.

A acolhida triunfal de D. Pedro quando de seu retorno ao país colocou sobre seus ombros a expectativa de manutenção do regime. Mas suas demonstrações públicas de desinteresse pelos negócios do Estado e os boatos sobre sua insanidade mental — muito alimentados pela propaganda republicana — fizeram dele um sustentáculo frágil.

A idéia era a de que o imperador não era mais capaz de exercer o poder pessoal e de que havia, portanto, um governo do palácio, chefiado, para alguns,

²¹³ Quando de uma visita do Ministro da Guerra à Escola Militar, em novembro de 1888, Euclides da Cunha “saiu da forma sem licença e atirou ao chão a carabina e o sabre-baioneta, depois de o haver procurado quebrar” (conforme a notificação oficial retirada de Celso Castro, op. cit., p. 147). Para contornar a situação, foi ele levado à enfermaria da Escola, alegando-se, oficialmente, que seu ato fora efeito de um excesso de estudos. Mas, em seguida, foi preso e expulso da Escola. Passou então a escrever no *Província de São Paulo* numa seção intitulada “Questões Sociais”, onde publicou importantes artigos de caráter republicano e socialista. Retorna então ao Rio de Janeiro para formar-se como engenheiro. O incidente de sua rebeldia na Escola Militar foi descrito na *Gazeta de Notícias* e comentado em outros órgãos da imprensa.

²¹⁴ Júlio Verim, “Calma” in *Revista Ilustrada* de 8 de dezembro de 1888.

²¹⁵ Júlio Verim, “Reflitamos” in *Revista Ilustrada* de 15 de dezembro de 1888.

²¹⁶ “Aurora” in *Revista Ilustrada* de 5 de janeiro de 1889.

pelo médico particular do monarca, Mota Maia, ou pelo conde d'Eu, para outros. A sensação era de acefalia. Com a politização exarcebada da sociedade, a palavra “anarquia” aparece com frequência na imprensa. O “espírito do regime” estava, pois, atingido.

A popularidade de D. Pedro (e da princesa) junto à população mais humilde provocou a formação da Guarda Negra que, por sua vez, não contava com nenhuma popularidade. Ao contrário, durante o quartel final da monarquia, era com horror que a opinião pública, expressa nos jornais, via a aliança tácita entre capoeiras e polícia. Agora, para maior escândalo, era a Guarda Negra que tomava o lugar dos capoeiras.

Os “apóstolos da restauração monárquica” que João do Rio conheceu na sua visita à Casa de Detenção ficavam entre a população que não recebia nenhuma consideração social. Testemunhou o repórter da *Alma Encantada das Ruas*: “Com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas. Passadores de moedas falsas, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração”²¹⁷.

Todo o imenso, popular e longo movimento abolicionista trouxe um certo respeito, uma consideração pela dignidade do negro escravo, sofrido e trabalhador. Em textos de época, republicanos ou não, há uma condescendência piedosa e mesmo admiração pelo “Zé Povinho”, humilde, ignorante, ingênuo, mas trabalhador. Talvez aqueles a quem Lúcio de Mendonça chamou de “verdadeiro povo” quando da Revolta do Vintém. Nesse incidente, a participação popular, embora em episódio de desordem e violência, foi louvada por toda a chamada imprensa independente. O próprio imperador teria se desgostado da truculência da repressão. Na ocasião, “o emprego da força contra o verdadeiro povo” não foi impressão singular de um republicano radical que, entretanto, sintomaticamente, percebe a dimensão que poderia ganhar o fato no imaginário. Diz ele que com tal atitude, “a monarquia já não ilude ninguém”. A razão dada por ele para essa descrença é que nos é particularmente importante pela acuidade da observação: “o usurpador, que se fingia de pai, confessa-se inimigo”²¹⁸.

Numa ambiência de apelo pela extensão da cidadania, pode-se perceber que novas categorias sociais ganhavam condições para ascender ao *statu* de

²¹⁷ Apud José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*, p. 31.

²¹⁸ Lúcio de Mendonça, “Nova Fase?” in op. cit., p. 91.

cidadão. Muitos já achavam absurdo a exigência de comprovação de renda para a condição de eleitor ou de candidato. Mas capoeiras, assassinos, prostitutas e afins continuavam a pertencer a uma rale rejeitada, à categoria da desordem, que não exercia atrativo sobre nenhuma corrente política, nem mesmo sobre os socialistas. Não eram reconhecidos como “povo”, principalmente agora que este ganhava consideração política.

Silva Jardim disputa a adesão dos negros. Seus correligionários gostavam de citar a companhia constante e admiradora do negro Anselmo em todos os seus *meetings*. O propagandista quis mostrar a penetração da idéia republicana entre comerciários. De qualquer maneira, o povo começava a ser visto como fonte legitimadora — enquanto “opinião pública”. Mostrava-se agora o povo nas ruas ou através de “seus órgãos cabeça da sociedade: conversa, discute, escreve, ora, reclama, exige, grita, impõe”. Diante dela, temendo a anarquia, o “aniquilamento das instituições”, o governo “ou cede, ou cai”²¹⁹. Por isso, Silva Jardim buscava a adesão do partido à via revolucionária.

O que visava o propagandista era ganhar essa opinião onde ela se achava: na rua ou através da imprensa. Veremos que, para ele, isso já era fazer revolução, uma prática fundamental em quem entendia a república como o governo da opinião pública — a sociarquia positivista —, aonde se chegava “depois de uma longa evolução demonstrada pela Ciência”, como a uma “grande fatalidade”²²⁰.

Sintomático é que em 1889 a *Revista* abriu uma seção para falar e aconselhar o “Zé Povinho”, em função da “influência que sobre ti exerce a imprensa”, numa linguagem “ao alcance de qualquer borra botas”²²¹.

Havia até quem ainda acreditasse na capacidade de resistência do regime. Coelho Neto põe na boca de Paula Ney a convicção de que “agora as nuvens que toldam o ar são as da abolição e da república. Amanhã acordaremos na mesma senzala e com D. Pedro em São Cristóvão, como sempre”²²².

Quanto à euforia provocada pela onda de negócios também dá conta o romancista, situando a zona de bancos na rua da Alfândega, entre as ruas da Quintanda e 1º de Março. Diz ele que aqueles eram “tempos fartos”, que “nadava-

²¹⁹ Antônio da Silva Jardim, “Salvação da Pátria” in op. cit., p. 138.

²²⁰ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in op. cit., p. 325 e 327.

²²¹ “Cartas ao Zé Povinho” in *Revista Ilustrada* de 27 de julho de 1889.

²²² Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 46.

se em ouro”, que em questão de horas, famintos se tornavam milionários. Cita a criação da *Companhia Apostólica* para explorar os tesouros do Castelo e mais a *Renaissance*, a *Bosier*, o *Chinês* e tantas outras pois que se dispunham ao melhoramento de tudo²²³.

Em 1889, o tom constante é o de crítica. Mesmo a euforia financeira ganha detratores. Numa mensagem dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha a Benjamin Constat pode-se ler:

(...) esse movimento monetário que nada explica, transformando a capital do Império em novo Mônaco, essa pletora eleitoral, um verdadeiro escárneo (...) e mais que tudo essa ameaça de licenciar o Exército.
Pobre Pátria, desgraçado País onde no trono se assenta um espectro de rei, cujo império transformaram numa banca de jogo.²²⁴

Interessante é que, em 1889, tenha sido o próprio Rui Barbosa que percebeu a falácia daquela prosperidade. É ele quem analisa: “Donde saiu essa explosão instantânea de prosperidade, ninguém atina. (...). Todos sentem que a essência desta felicidade é aleatória (...). (...) iludimo-nos confundindo o jogo de bolsa com a expansão da riqueza comercial”²²⁵.

Mas o mais generalizado, pelo menos na capital, era a euforia, embora essa não pudesse ser a imagem do país, como, agora, revela a própria *Revista*: “Mas a Corte, não é positivamente o Brasil, e se por aqui, todos estão radiantes com os negócios, pelas províncias o estado do povo brasileiro, vítima de meio século de cativo e de centralização, chega a ser trágica”²²⁶.

Desde a ascensão de Ouro Preto, o regime parece que não encontra mais defensores, exceto Joaquim Nabuco. Júlio Verim, o articulista da *Revista* que tanto apoiara o governo anterior, afirma, agora, que o novo Presidente do Conselho “tem o condão de atrair todos os raios da cólera popular”, de tal maneira que já se ouvia vivas a república “no seio da representação monárquica”²²⁷. Mesmo Rui Barbosa, sem deixar de ser monarquista, como garante, inceta uma terrível campanha contra o governo através do *Diário de Notícias*. Sua ação foi mais eficiente do que a do jornal *O País*, no entanto dirigido pelo chefe do Partido Republicano. Nenhum dos dois periódicos era órgão republicano. No Rio, o único

²²³ Coelho Neto, op. cit., p. 154.

²²⁴ Apud Hélio Silva, op. cit., p. 499.

²²⁵ Rui Barbosa, “De Maio a Abril”, 27 de setembro de 1889, in op. cit., tomo VI, p. 268.

²²⁶ Júlio Verim, “A Política” in *Revista Ilustrada* de 5 de outubro de 1889.

²²⁷ Júlio Verim “O Novo Ministério” in *Revista Ilustrada* de 15 de junho de 1889.

jornal a se anunciar como tal era o de Sampaio Ferraz e Chagas Lobato, *O Correio do Povo*, que apareceu em 1º de julho de 1889. A campanha na imprensa era feita por meio de colunas republicanas em jornais independentes, como no *Diário de Notícias*, em *O País*, na *Gazeta de Notícias* e, por um pequeno período, no *Novidades*, de Alcindo Guanabara.

Mesmo no exterior chegavam notícias da intensidade da agitação republicana no Brasil. A *Gazeta de Colônia*, na Alemanha, publicou, em 16 de agosto, um extensíssimo artigo analisando as razões do crescimento do Partido Republicano, o qual foi traduzido pelo *Diário de Notícias*. Em novembro, foi o jornal parisiense, *XIX^e Siècle*, que deu atenção ao assunto.

Em setembro, a *Revista*, que desde a queda do governo João Alfredo se pusera na ofensiva, resume a situação: “O governo parece-nos que dança sobre um vulcão”²²⁸. É de se salientar que José Antônio Saraiva, um dos mais destacados chefes liberais, ao ser chamado pelo imperador para formar novo governo com a queda do conservador João Alfredo, diz-lhe que a república já se tornara inevitável. O que devia fazer o monarca, na sua opinião, era promover a federação e em seguida abdicar da Coroa, entregando-a ao parlamento. Rui, como já vimos, via na institucionalização da federação a única forma de “dilatar os dias da realeza”. Com a recusa do imperador, o jornalista fala em “monarquia suicida”²²⁹. Diante do programa do novo gabinete, ameaça ele: sairá “antes do que se propunha a revolução republicana”²³⁰.

O mesmo Júlio Verim que, em 1888, terminava um dos seus artigos ameaçando os republicanos com um fracasso igual ao dos escravistas do sul dos Estados Unidos pela ação patrótica do “Zé Povinho”, agora, valendo-se da mesma estrutura textual, faz outra ameaça: assim como Cotegipe segurou a Abolição inevitável, também Ouro Preto tem a “mesma cegueira quanto à irredutibilidade de um movimento que haure suas forças no próprio coração da pátria (...) a mesma inconsciência em afrontar o futuro.” E daí, conclui: “A resposta não se fará esperar”. Como em 1887, quando um ministério julgou poder conter “uma

²²⁸ Tomé Jr., “Seara Ingrata” in *Revista Ilustrada* de 21 de setembro de 1889.

²²⁹ Rui Barbosa, “A Solução Saraiva”, 6 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 220.

²³⁰ Rui Barbosa, “O Novo Gabinete”, 9 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 228.

revolução do direito natural”, também “agora acontecerá o mesmo”. Porque Ouro Preto é “um delegado da realeza em apuros”²³¹.

Analisa a *Revista* os erros do governo, dizendo que o Partido Liberal com seus auxílios à lavoura se juntava ao Conservador, “ficando finalmente, o país dividido em dois partidos, o monarquista e o republicano, o que era bem preciso e constitui já assinalado triunfo para este”. No entanto, o dinheiro destinado a comprar consciências terá “um resultado oposto”²³². Afirmar agora o periódico que o poder não tem “apoio popular”. Só membros já tradicionais do Partido Liberal, com Nabuco e Rui à frente, pedindo pela federação, têm “talento para impressionar a opinião pública”²³³.

O que se registra nos dois últimos anos da monarquia é a intensa politização da sociedade da Corte. Com a apresentação do programa de Ouro Preto e dos fatos ocorridos na Câmara, Rui exclama: “O aspecto da capital é inenarrável. (...) As ruas borbulham de alvoroço. A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações. Não se crê no que se acredita”²³⁴. A *Revista* diz que pelas ruas se ouvem grandes argumentações para defender ora o ministério conservador, ora o liberal ou o triunfo republicano. A sua reclamação, além do mais, nos esclarece sobre os temas corriqueiros das conversas de rua e das confeitarias. Assim descreve o ambiente: “política na rua, nas conversações, nos bondes e até nas cozinhas! Nenhuma preocupação pela literatura, pelas artes, pelo movimento científico, pela política estrangeira. (...) A rua do Ouvidor, com esta saturação, está quase inabitável ...”²³⁵.

A adesão maciça da opinião pública à Abolição fez com que poucos ainda tivessem a coragem de se declarar escravistas. De qualquer maneira aquele foi um movimento que teve um caráter romântico, idealista, humanitário. Agora, o que estava nas ruas era a propaganda republicana, movimento intrinsecamente político, para derrubar não um governo, mas o regime, para afastar não um Presidente de Conselho, mas para destronar o velho imperador.

Com o monarca incapaz, de um lado da trincheira, e a virulência da campanha republicana que tinha em Silva Jardim seu tambor maior, de outro, a

²³¹ Júlio Verim, “Pela Política” in *Revista Ilustrada* de 22 de junho de 1889.

²³² Júlio Verim, “Nunca se Viu” in *Revista Ilustrada* de 6 de julho de 1889.

²³³ S. Marcial, “Dissidência do Talento” in *Revista Ilustrada* de 22 de junho de 1889.

²³⁴ Rui Barbosa, “O Ministério”, 10 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 243.

²³⁵ Júlio Verim, “Pela Política” in *Revista Ilustrada* de 18 de maio de 1889.

sensação era de anarquia. A palavra aparece constantemente, mas com sentidos diferentes. Para a *Revista*, a anarquia se tornou um partido, e o mais forte do país, cindindo os monárquicos e “agora se aninhou no partido republicano”. A confusão estava instalada: “ninguém mais se entende em política”, em função de um “fermento dissolvente” que apareceu em 14 de maio. Portanto, anarquia aqui significa confusão de espírito e agitação: “Uma corrente tumultuosa de adesões, se dirigiu para o lado republicano, por ódio à coroa (...), asfixiando o ideal puro desses grupos, e dando a todos uma tendência anarquista”. Não é a bandeira do progresso, da reforma e da ordem, porque essa precisaria de homens decididos e “só assim, a anarquia não apresentaria os progressos assustadores que estamos vendo”²³⁶.

Silva Jardim repetidas vezes fala na “moléstia mental” do imperador, insistindo em que, com isso, o país vivia uma “acefalia governamental”, expressão que se tornou o título de uma série de artigos que publicou no jornal *Novidades*, de 7 a 14 de dezembro de 1888. Rui, na sua ferocíssima campanha contra os dois últimos governos monárquicos, escreve: “Agora que nos achamos sob o governo do paço, e não sob o governo do rei, mudou a situação estupendamente [acabando-se com o direito de reunião]”²³⁷. Ou então quando assumiu a direção do jornal: “O Estado está sem chefe”²³⁸.

A posição da *Revista* é o de apelo à ordem, à moderação, declarando-se “neutra”. Na citada carta ao “Zé Povinho”, explica essa sua decisão. Nela, ademais, aparece, como novidade, uma clara e generalizada desafeição ao imperador: “Principiarei, declarando-me *neutro* em política; porque a essa bandeira se vão alistando tantos descontentes do rei e do trono, que dentro de pouco tempo haverá mais neutros no Brasil que moscas no matadouro municipal, nos dias calmosos de verão”. Lembra, por exemplo, a insalubridade da capital, a febre amarela que dizimava a população enquanto os ricos se refugiavam em Petrópolis. Então, reclama: “mas desse trabalho (...) não se ocupa o Imperador que agora *rege*, mas não governa, nem os ministros (...)”²³⁹.

Aquele periódico explica a sua virada: havia sustentado o ministério João Alfredo “por amor ao abolicionismo”, mas acabara por se separar dele “porque

²³⁶ Júlio Verim, “A Anarquia” in *Revista Ilustrada* de 1 de junho de 1889.

²³⁷ Rui Barbosa, “O Direito de Reunião”, 14 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 69.

²³⁸ Rui Barbosa, “Reagir pela Vida”, 11 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 47.

²³⁹ “Cartas ao Zé Povinho” in *Revista Ilustrada* de 27 de julho de 1889.

não correspondia ao nosso ideal progressista”. Propunha, como Rui Barbosa, “reformas com ou sem coroa”. A ela pouco se dava que fossem feitas pelo glorioso e liberal Dantas ou pelo conservador Paulino. Queria, como João Alfredo, a federação, a liberdade de culto, o senado temporário, “mas o principal é: federação e liberdade de culto”²⁴⁰.

O que se via, segundo aquele órgão da imprensa, era a repetição das mesmas mazelas: o ministério Ouro Preto garantira vitória para o governo, mas com um eleitorado muito restrito onde setenta mil eram empregados públicos que só votavam no governo. Portanto, o que lhe impressionava era, ao contrário, “a heróica resistência dos eleitores republicanos”²⁴¹.

Entrementes, as críticas ao ministério se amiudavam. Quando o governo proibiu *meetings* no Campo de Santana e em praças públicas para as comemorações do centenário da Revolução Francesa, acrescida pela repressão à festa dos republicanos, com provocações, funesta atuação da Guarda Negra, conflitos e tiros, a gritaria foi geral. Após o atentado ao imperador, foram proibidos os vivas à república. Inaugurando sua ação no *Diário de Notícias*, Rui escreveu diversos artigos sobre o direito de reunião. Respondendo à *Gazeta de Notícias* que o criticava por atacar a monarquia sem declarar-se republicano, retruca:

O *Diário de Notícias* não conhece ídolos: conhece princípios, eleva-os ele acima de todas as formas de governo. (...)

Um grande princípio é, *verbi gratia*, o direito de reunião. Por ele nos bateremos contra todas as formas de governo; por ele chegaríamos, amanhã, até à república, se a monarquia acabasse por aniquilá-lo. Defendemos esse direito ontem contra a realza, a favor do abolicionismo, defendemo-lo hoje, a favor dos republicanos, contra os abolicionistas que se esquecem do seu passado glorioso, aliando-se ao trono para esmagar a garantia liberal, que foi ontem o nosso terreno de combate.²⁴²

Os incidentes com os militares não davam trégua. Escurecia esse quadro a interferência do Conde d’Eu nas questões militares e na repressão à propaganda republicana. Em janeiro de 1889, corria a boca pequena que estivera ele envolvido nos atentados à conferência de Silva Jardim de 30 de dezembro do ano anterior. O jornal *Novidades* levantava a hipótese de que o governo queria a guerra civil. De qualquer maneira, havia o dedo do conde nos preterimentos, demissões,

²⁴⁰ Júlio Verim, “A Política” in *Revista Ilustrada* de 25 de maio de 1889.

²⁴¹ Júlio Verim, “As Eleições” in *Revista Ilustrada* de 7 de setembro de 1889.

²⁴² Rui Barbosa, “Nossos Ídolos”, 7 de abril de 1889, in op. cit., tomo I, p. 340-341.

nomeações e provocações aos militares. Acusa Rui: “é um “sobre-ministro”, um “sobre-governo”²⁴³.

A *Revista* classificou a punição ao tenente Carolino de “despotismo”²⁴⁴. O Ministro da Guerra mandara desterrar em Mato Grosso um tenente que se mostrara favorável à candidatura de Rui Barbosa²⁴⁵. Este escreve um extenso artigo sobre os atentados do governo aos brios militares como uma trama para fazer “desaparecer da capital do Império o último soldado e ficar o Rio de Janeiro entregue às forças do conde d’Eu: a polícia, a guarda cívica, a guarda nacional”²⁴⁶. Benjamim Constant disse-lhe que esse seu artigo, de 9 de novembro, precipitara os acontecimentos. Textualmente: “O seu artigo de hoje — O Plano contra a Pátria — fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da Revolução”²⁴⁷. Para piorar o quadro, o governo instituiu o “flagelo da Guarda Nacional”²⁴⁸ no Rio para contrapo-la ao Exército. Se de um lado o monarca estava fragilizado, a isso respondia o “governo do *posso, quero e mando*; um governo com atividade da força (...)”²⁴⁹. Mais uma vez é Rui o detrator mais incisivo. Quando o tenente Carolino foi transferido para o Amazonas, levanta ele, em 11 de novembro, sua espada verbal: “O exército foi posto fora da lei, como a lei foi posta ao serviço da conspiração do terceiro reinado”²⁵⁰.

Mas a expectativa vinha do povo: “(...) pela brecha que a abolição abriu nas muralhas do nosso edifício social (...). Agora é o povo que passará em peso sobre os velhos partidos aniquilando-os, lançando-os à margem como instrumentos desprezíveis, e orientando-os para novos ideais”²⁵¹. Silva Jardim manifesta confiança no povo e no exército para sustentar o regime de liberdade. O poder constituído podia “ordenar ilegal e abusivamente às autoridades policiais que impeçam a manifestação do pensamento nos comícios populares; pode determinar a criação de colégios militares, meio de afastar da capital do País a mocidade livre que põe sua espada a serviço de um Rei; pode desterrar o Exército Nacional para

²⁴³ Rui Barbosa, “Instituições e Príncipes”, 30 de abril de 1889, in op. cit., tomo II, p. 210.

²⁴⁴ S. Marcial, “Contorcendo-se” in *Revista Ilustrada* de 21 de setembro de 1889.

²⁴⁵ “Pequenos Ecos” in *Revista Ilustrada* de 27 de julho de 1889.

²⁴⁶ Rui Barbosa, “Plano contra a Pátria”, 9 de novembro de 1889, in op. cit., tomo VIII, p. 82.

²⁴⁷ Apud Hermes Lima (introdução) in Rui Barbosa, op. cit., p. XIV.

²⁴⁸ Tomé Jr., “Seara Ingrata” in *Revista Ilustrada* de 21 de setembro de 1889.

²⁴⁹ “Cartas ao Zé Povinho” in *Revista Ilustrada* de 31 de agosto de 1889.

²⁵⁰ Rui Barbosa, “O Exército Banido da Lei”, 11 de novembro de 1889, in op. cit., tomo VIII, p. 106-107.

²⁵¹ Júlio Verim, “Como há dez anos” in *Revista Ilustrada* de 28 de setembro de 1889.

expedições longínquas ... que o povo saberá manter a palavra dos seus órgãos; que a mocidade saberá, no retiro, afervorar mais ainda suas crenças (...)”²⁵². No dia 12 de novembro, seu artigo é quase uma incitação ao exército: “O despotismo de Pedro I não teria caído em 7 de abril de 1831, se o soldado brasileiro, naquela revolução, se considerasse obrigado a defender o Imperador contra o povo”²⁵³.

Apesar da vida frívola das confeitarias, dos percursos diários das senhoras pela rua do Ouvidor atrás das novidades, dos boatos e das celebridades, do sucesso das peças ligeiras de Artur Azevedo e Moreira Sampaio, o que se destacava era a politização da sociedade da Corte. Mas não era senão com uma certa surpresa que se acompanhava a dedicação dos jovens militares:

Os cadetes aparecem aos sábados na rua do Ouvidor, fazendo colheita de entusiasmos no Café Londres. *O País*, a *Gazeta de Notícias*, o *Diário de Notícias*, ateando incêndios todas as manhãs, expõem o trono aos assaltos dos audaciosos. O *Isabelismo* nada vale. Nem mesmo a guarda-negra, com reforços de capoeiras, contém a intrepidez da propaganda. Silva Jardim surgira com os estigmas dos evangelistas. A Praia Vermelha transformara-se em colmeia de agitadores.²⁵⁴

Coelho Neto testemunha uma interpretação coeva que correria de café em café de que o imperador deixara à filha a incumbência de proclamar a Abolição para criar “uma corrente simpática [à monarquia], ameaçada pela temerária propaganda republicana que tinha em Silva Jardim o principal campeão”²⁵⁵.

Agora, em 1889, o propagandista faz uma clara opção pela revolução. De início, embora não a exclua, o que faz é radicalizar o dístico dos reformadores da década de 1860. Em 1888, reunido para homenagear a Câmara de São Borja, terminara seu discurso com um apelo pela defesa da liberdade “ou seja pela reforma, ou seja pela revolução!”²⁵⁶

Havia, também para ele, um paradigma. Já era quase um lugar comum comparar o trajeto histórico brasileiro ao francês, posto que somos os “filhos diletos da República Central”²⁵⁷. Assim é que, em 1789, à Revolução Francesa correspondeu a revolta de Tiradentes; frente à Monarquia de Julho, em 1831

²⁵² Antônio da Silva Jardim, “Situação Política Atual (Manifesto à província da Bahia e apelo às províncias do Norte)” in op. cit., p. 392.

²⁵³ Rui Barbosa, “Disciplina e Lei”, 12 de novembro de 1889, in op. cit., tomo VIII, p. 125.

²⁵⁴ Elói Pontes apud Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 276.

²⁵⁵ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 231.

²⁵⁶ Antônio da Silva Jardim, “Discurso do Sr. Dr. C. Garcia”, in op. cit., p. 75.

²⁵⁷ Segundo A. Comte, a França tinha para os povos latinos um papel de República Central, destinada que estava ela, por sua maior espiritualidade, a ser a alavancadora da civilização futura de fraternidade universal.

fizemos o 7 de Abril; no ano da destronização de Luís Felipe, aconteceu a Revolução Pernambucana; em 1870, quando da proclamação da 3ª República, aqui apareceu o Manifesto Republicano. Em fevereiro de 1888, a França havia incriminado um traficante de honras, e então “vós direis o que a bravura patriótica manda fazer aqui”. Nesse caso, seria por um “pressentimento do Usurpador [o Conde d’Eu]”, que se impediu o país de se fazer representar na festa do centenário da Revolução Francesa?

Explica, então, a teoria revolucionária que o guia e como a aplicava ao caso brasileiro. Cientificamente, a revolução deve ser feita pelo alto, o que significava dizer que aqui a princesa deveria abdicar quando da morte de seu pai. Se não o fizesse, no entanto, que fosse ela deposta. Quanto ao usurpador, o seu marido, deveria ele, espontaneamente, se exilar ou então ser executado²⁵⁸.

Em junho de 1888, no Congresso Republicano, combate ele a opção evolucionista e alerta para o fato de que ela não exclui a revolução. Pertence ele à corrente voluntarista que vê no homem um “agente da evolução social”.

Repetindo as teses de revolução pelo alto, cabia a qualquer chefe de Estado ouvir o clamor popular. Aqui, o povo pedia por reformas que não podiam mais ser adiadas “sob pena de anarquia profunda”. Entretanto, o poder, no Brasil, era incapaz de realizá-las “porque todas elas levariam à eliminação da própria monarquia”. Então, a solução passava a ser “a Reforma pela Revolução, pela intimidação popular”.

O Brasil não poderia escapar da fatalidade histórica da transição da monarquia para a república. Mas como se “há de fazê-la então? — pelo Povo: pela Revolução”. Explica que a revolução é o levantamento em massa de um país, ou de parte dele para acabar com uma instituição política, “com ou sem o apoio da nação inteira”. Isso pode se dar pelas armas, o que “supõe uma guerra civil”. Mas também pode ser feita através dos “pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, nas reuniões, na imprensa, na tribuna, pelos artigos, pelos panfletos, pelos livros, pelos discursos, pelas preleções, pelas interpelações representativas, pela intimação última e positiva ao chefe de Estado para a obtenção de um certo fim”.

²⁵⁸ A apropriação da teoria revolucionária de A. Comte e as citações do parágrafo anterior estão em “A Pátria em Perigo” in Antônio da Silva Jardim, op. cit., p. 85.

Era esse último modelo, similar à revolução de 7 de Abril, que o propagandista recomendava e pelo qual atuava²⁵⁹.

Segundo Jardim, quando o governo não cedia diante da pressão popular por mudanças, criando uma situação de anarquia, a violência se fazia legítima: “paz não quer dizer apatia”²⁶⁰. Nessa frase, ademais, o propagandista se vale de uma crítica recorrente ao regime — a de ser ele um alimentador da inércia nacional, da apatia —, para desqualificar um de seus maiores trunfos: a paz.

Entretanto, não pretendia ele rasgar o Manifesto Republicano. Insiste em que essa revolução não se faria com desordens. Mas, se a Abolição foi feita, segundo ele, nos quilombos e nas fazendas, “a revolução política precisa ser feita nas ruas, e em torno dos palácios do Imperador e de seus Ministros ...”²⁶¹

Para isso, era necessário uma imprensa “que fale linguagem clara” ao povo a fim de que se formasse uma “opinião republicana”. E esse deveria ser o diferencial do Partido Republicano porque o Conservador já invadira o terreno das reformas e o Liberal se enveredara no discurso da federação. Então, “que bandeira arvoraremos nós? Certo que a da República imediata, e pois a da Revolução.” Cabia, pois, ao Partido Republicano estar “à altura do momento histórico” — e, aqui, está ele usando a idéia de “oportunismo” no sentido comteano —, fazendo “a Revolução para fazer a República”²⁶².

Na conferência na *Sociedade Francesa de Ginástica* adianta outra idéia, que não era original: “Por isso que revolução no Brasil será apenas o último termo de uma evolução”²⁶³. Mas numa conclusão de safra própria, entende que, assim sendo, será ela uma revolução pacífica.

Na “Carta Política” que se segue àquela conferência a radicalização é anunciada. Diz ele ali que sua palavra ainda não havia chamado o povo à revolução, mas que a “Revolução Brasileira” deveria se dar em 1889, “não além”.

²⁵⁹ Todas as citações relativas à concepção de Silva Jardim sobre a revolução foram extraídas de sua conferência, “Salvação da Pátria” in op. cit., p. 135 a 139.

²⁶⁰ Ibid., p. 137. A idéia de que a compressão política era a responsável pela revolução tinha adesões num espectro mais amplo do que o dos positivistas. Sem valer-se da noção de “oportunismo” social, também Rui Barbosa advertiu “que as revoluções são a terminação normal, o corolário humano, a reparação necessária e a justa sanção do despotismo” (“Responsabilidade dos Reis” in op. cit., tomo II, p. 121). E de forma mais alarmante, pergunta: “Herdeira dessa situação [da agitação provocada pela repressão] quem o será? (...) Sua alteza, ou a república?” (“A Enchente Anarquista” in op., cit., tomo II, p. 158).

²⁶¹ Ibid., p. 141.

²⁶² Ibid, ibidem.

²⁶³ Antônio da Silva Jardim, 2ª Conferência na Sociedade Francesa de Ginástica in op. cit., p. 289.

Num jogo de palavras, de efeito retórico, declama: “e quando não vem a reforma que é a revolução governamental, é mister que se faça a Revolução, que é a reforma popular!”²⁶⁴

Apresenta, então, a idéia de uma vanguarda revolucionária, a “guarda avançada” do Partido, composta pelos fortes, pelas minorias progressistas. E em decorrência de aclamações populares, pela insistência de amigos e de grêmios, foi-lhe dado “o primeiro lugar na atual agitação republicana”. Não significava isto, entretanto, qualquer divergência com o Partido, mas tão somente que ele era “nesse momento um franco destruidor”. Entre a tribuna parlamentar — com a qual lhe acenaram —, lugar que considerava apropriado para a destituição da monarquia, e a tribuna popular, preferia a segunda opção porque estava esta mais próxima da ação revolucionária e era por essa que se conseguiria a adesão da opinião pública, solução superior à da imposição da república por conspiração. Revolução armada — guerra civil, para ele —, seria o mesmo que dizer que os republicanos não tinham por si a unanimidade da nação²⁶⁵. Por outro lado, evolução pacífica era o mesmo que paralisia²⁶⁶.

Quando o Partido se reúne em congresso nacional, em maio de 1889, para escolher nova chefia, Silva Jardim volta à carga, explicando que o Manifesto de 1870 já estava retrógrado. Agora, já se falava em “evolução ativa” — expressão cunhada por Francisco Glicério. Retoma sua análise conjuntural: a situação que viviam era idêntica a de 1831. Naquela ocasião, o movimento degenerara em solução monárquica porque os “exaltados” deixaram-se vencer pelos “moderados”. E conclui: “O Sr. Bocaiúva será, sem o querer talvez, o nosso Evaristo”²⁶⁷. O liberalismo monárquico os estava absorvendo e Quintino deixa que a “república seja a Monarquia sem Imperador”. Se o poder couber aos evolucionistas, eles farão “da República apenas a ausência da Família Real”, enquanto o que se deve querer é que “a República (...) [seja] a realização do

²⁶⁴ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in op. cit., p. 322, 328 e 327, respectivamente.

²⁶⁵ Antônio da Silva Jardim, “Política Republicana Revolucionária” in op. cit., p. 342 a 347.

²⁶⁶ Antônio da Silva Jardim na coluna “Política Republicana”, saída entre outubro e novembro de 1889, na *Gazeta de Notícias* in op. cit., p. 425.

²⁶⁷ Muito mais conhecida é a comparação que Joaquim Nabuco fez entre Rui Barbosa e Evaristo devido à campanha do jurista no *Diário de Notícias*.

regime do *bem público*. E o *bem público*, é, hoje principalmente, o bem dos mais infelizes — do Povo”²⁶⁸.

Próximo da opinião do propagandista estava a de Saldanha Marinho que assim se definiu em carta à coluna republicana do jornal *O País* de 19 de novembro de 1888:

(...) parece-me que a revolução brasileira deve provisoriamente consistir numa propaganda clara, ativa e enérgica, que forme definitivamente a opinião pública no nosso país favorável à mudança imediata de forma de governo, e numa arregimentação eleitoral decisiva que nos autorize com vantagem ao *ultimatum* da nação contra a única casa dinástica representante da monarquia na América. Os meetings são de uma enorme eficácia. Sob a palavra do orador as massas se agitam, da agitação vem a ação, com a ação vem a intimidação, e após, a vitória.

∴

A decadência do regime monárquico no Brasil era evidente e, agora, restava a ele viver de concessões “como meio de conservar o regime que temos”: distribuição de títulos, condecorações e créditos à lavoura²⁶⁹. Ou pior: “O cofre das graças converteu-se em balcão público de compra de adesões à monarquia enfraquecida”²⁷⁰. E ainda: “abriram em grande, com gigantesca largueza a maior forja, que já se viu nessa terra, de brasões heráldicos, rasteira moeda de chumbo das simpatias do Império em liquidação”²⁷¹. Com sua prodigalidade com os monarquistas corruptos e com os republicanos corruptíveis, diz Rui, “o trono persuade-se que de muitas podridões se pode compor uma estabilidade”²⁷².

Em agosto de 1889, o imperador empreende com a família uma viagem à Minas Gerais que “precisa muito de ser deslumbrada com os ouropéis da monarquia. (...) depois das manifestações republicanas que ali tem havido”²⁷³. Nesse episódio ficou bem patente a contradição entre o afeto despertado pelo imperador, principalmente após a Abolição, e a desafeição ao regime. A descrição e os comentários da *Revista* são extensos, mas é importante transcrevê-los:

(...) e segundo rezam os cronistas, o nosso velho e acatado soberano, foi recebido com as mais vivas aclamações e atravessou as vilas e as cidades empavezadas, como um verdadeiro triunfador. Assim devia ser.

²⁶⁸ Antônio da Silva Jardim, “A Situação Republicana” in op. cit., p. 370 e 375.

²⁶⁹ Tomé Jr., “Seara Ingrata” in *Revista Ilustrada* de 21 de setembro de 1889.

²⁷⁰ Rui Barbosa, “A Moléstia do Imperador”, 27 de maio de 1889, in op. cit., tomo III, p. 133.

²⁷¹ Rui Barbosa, “A Eleição”, 10 de agosto de 1889, in op. cit., tomo V, p. 17.

²⁷² Rui Barbosa, “Só Corrupção”, 27 de agosto de 1889, in op. cit., tomo V, p. 255.

²⁷³ Tomé Jr., “Houve por mal...” in *Revista Ilustrada* de 29 de junho de 1889.

O reinado do Sr. D. Pedro II (...) um dos mais brandos e dos mais simpáticos. Os deslumbramentos do poder (...) nunca cegaram o soberano brasileiro, ao ponto de o transformarem em um déspota. (...).

É verdade que em 47 anos de reinado, tivemos 46 de escravidão e que ao fim desse estadiado recebemos de suas mãos (...) um país bastante desorganizado, onde o mérito ainda não tem conotação oficial, onde o talento vegeta e onde só as mediocridades sobem e se locupletam.

Todavia sob o ponto de vista do progresso material e da brandura do poder (...) é um dos que mais se recomendam às benções da posteridade.

(...) nada mais natural do que exaltar-se o entusiasmo das populações do interior.

Entretanto, só dois elementos, na excursão de Minas vibraram com efusão: o oficialismo (...) e a inconsciência dos libertos, ajoelhando-se e cobrindo de flores aos que eles presumiam serem os seus libertadores.

(...)

Quanto ao mundo oficial (...) está sempre alerta, de joelhos diante do poder (...) sendo-lhe indiferente que este se faça representar por uma coroa ou por um barrete frígio. (...).

Desgosto profundo, porém, feriu o coração de todos os abolicionistas (...). (...) na primeira demonstração festiva das suas alegrias, os esquecia a todos (...).

(...)

Passam-se dez anos de uma luta infernal contra todos os potentados, inclusive a monarquia (...) esquece o nome dos defensores (...) prostra-se de joelhos ante o trono (...) aquilo que o assédio do civismo lhe arrancou das mãos após 46 anos de indiferença e de cumplicidade com o martírio de tantas gerações.²⁷⁴

As notícias de manifestações populares de bemquerença ao monarca incomodaram a imprensa independente. Rui, por exemplo, perguntando “Qu’est-ce cela prouve”, relembra a viagem de D. Pedro I à Minas em dezembro de 1830 e as festas de Carlos X às vésperas de sua queda. Também ele liga a efusão manifestada à ignorância dos libertos, à “ilusão dos auxílios à lavoura” e aos “cálculos eleitorais”, enquanto exproba “as luminárias de encomenda”, as “fanfarras de aluguel”, as “ovações de ensaio” do funcionalismo. O que o faz surpreender-se, ao invés, foi que a “passagem imperial [tenha sido] tão sensabor, tão choca, tão malograda na sensação, a que a fadavam”. Alerta, então, aos incautos que Minas não é essa gente. É a “chama da idéia, que a possui, e que por ela possuirá o país”²⁷⁵.

O termo “democracia” foi ressignificado para indicar a igualdade, o que, no contexto, deve ser entendido, mais concretamente, por uma sociedade sem privilégios. Mas como um regime parlamentar, de prevalência do legislativo, não recebia ela a adesão dos positivistas. É neste sentido que no congresso nacional do

²⁷⁴ Júlio Verim, “Viagem a Minas” in *Revista Ilustrada* de 7 de agosto de 1889. Muitos interpretaram como um mau presságio essa viagem do imperador, lembrando a que seu pai fizera em dezembro de 1830 e isso quando muitos já comparavam a situação por eles vivida com aquela por que passara o país na época da abdicação, fato que os republicanos gostariam de reproduzir.

²⁷⁵ Rui Barbosa, “Qu’est-ce que cela prouve”, 5 de agosto de 1889, in op. cit., tomo V, p. 43-45.

Partido Republicano, de maio de 1889, Silva Jardim diz que resolvera lutar contra a dinastia e a democracia²⁷⁶, isto é, contra a monarquia e o parlamentarismo democrático. Assim é que quando acusa Quintino de querer fazer da república “apenas a ausência da Família Imperial”, o que estava condenando era uma democracia “eivada dos mesmos erros da monarquia democrática”²⁷⁷.

Rui ajudou a vincular a noção de democracia à de república, assim como fez desse ideário político um desvelo com a causa popular. Quando da fala do trono de maio de 1889, por exemplo, deixa sair frases assim: “Na pressão de força bestial, assim exercida sobre opiniões simpáticas ao povo”²⁷⁸, querendo referir-se, logo se vê, à opinião republicana.

Se em 1872, Francisco Cunha podia ainda dizer “que a opinião pública não existe entre nós como força social”²⁷⁹, isto não era mais inteiramente verdadeiro na década de 1880, principalmente com a campanha abolicionista. Em 7 de março de 1889, no seu artigo inaugural na direção do *Diário de Notícias*, Rui Barbosa explicita essa novidade de forma sagaz: “O movimento abolicionista (...) começou a infundir à nação a consciência de uma vontade independente do trono e capaz de subjugar-lo”²⁸⁰.

O certo é que a opinião pública ganhou importância na década de 1880, muito especialmente no seu final. Os campos antagônicos disputaram a sua conquista, desenvolvendo estratégias discursivas e simbólicas para ganhar seu coração e mente. Benjamin Constant e Silva Jardim, dentre outros, só aceitavam a república com o apoio popular. Assim como o propagandista, também Rui disse preferir a tribuna do jornalismo à do parlamento quando perdeu as eleições para deputado pelo 1º Distrito. Explicou ele naquela ocasião: “esta [a imprensa] é a minha tribuna (...). A sua propaganda é mais contínua, mais independente, mais poderosa que a do parlamento (...). Nela é que se conquistou a abolição do cativeiro. Por ela, a despeito de câmaras e governos, é que há-de consumir a federação, ou a revolução”²⁸¹.

A opinião pública era vista agora como a verdadeira representação do povo brasileiro, diferente daquela que saía fraudulentamente das urnas e ocupava

²⁷⁶ Antônio da Silva Jardim, “A Situação Republicana” in op. cit., p. 379.

²⁷⁷ Ibid, p. 380.

²⁷⁸ Rui Barbosa, “Resposta à Fala do Trono”, 4 de maio de 1889, in op. cit., tomo II, p. 246.

²⁷⁹ Francisco Cunha, “O Partido Republicano Federal II” in op. cit., p. 228.

²⁸⁰ Rui Barbosa, “7 de Março”, 7 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 9.

²⁸¹ Rui Barbosa, “Ao País”, 1 de setembro de 1889, in op. cit., tomo VI, p. 5.

as tribunas oficiais. Era ela, pois, a fonte legítima e única da soberania. E o bombardeio da propaganda ensurdecadora dos dois últimos anos do Império, conseguiu a introjeção de uma cultura em que a república era entendida como o governo da opinião pública.